



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS

MARIA HEBE CAMURÇA CITÓ

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
ACESSO POR GRUPOS ORGANIZADOS NA CIDADE DE FORTALEZA

FORTALEZA

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS

MARIA HEBE CAMURÇA CITÓ

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
ACESSO POR GRUPOS ORGANIZADOS NA CIDADE DE FORTALEZA

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará – UFC, para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Alícia Ferreira Gonçalves.

FORTALEZA

2010

C528a Citó, Maria Hebe Camurça.

Avaliação das políticas públicas de economia solidária [manuscrito] – acesso por grupos organizados na cidade de Fortaleza / por Maria Hebe Camurça Citó. – 2010.

105f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará,Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação,Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza(CE), 01/07/2010.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª.Alicia Ferreira Gonçalves.

Inclui bibliografia.

1-COOPERATIVA DE GRUPOS DE PRODUÇÃO SOLIDÁRIA.2-ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DENDÊSOL.3-COOPERATIVISMO – POLÍTICA GOVERNAMENTAL – AVALIAÇÃO – FORTALEZA(CE).4-PARTICIPAÇÃO SOCIAL – POLÍTICA GOVERNAMENTAL – AVALIAÇÃO – FORTALEZA(CE). 5-ECONOMIA – ASPECTOS SOCIOLÓGICOS.6-SOLIDARIEDADE. I-Gonçalves,Alicia Ferreira, orientador. II-Universidade Federal do Ceará.Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas.III-Título.

CDD(22^a ed.) 302.14098131

87/10

**AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
ACESSO POR GRUPOS ORGANIZADOS NA CIDADE DE FORTALEZA**

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará – UFC, para obtenção do título de mestre.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Prof.^a. Dr.^a. Alícia Ferreira Gonçalves
Universidade Federal do Ceará
Orientadora

Prof. Dr. Eduardo Girão Santiago
Universidade Federal do Ceará
Avaliador

Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas
Universidade Estadual do Ceará
Avaliador

AGRADECIMENTOS

À minha família e aos meus amigos, pelo estímulo, apoio, orações e torcida durante todo o período desta pesquisa. Ao meu marido, José Henrique, que também foi excelente companheiro, e me ajudou com todo o aparato tecnológico necessário e nos cuidados com nossos filhos e com a casa; ao meu filho Arthur, que ainda ajudou como companhia em visitas aos grupos, em discussões sobre vários temas que permearam o trabalho e em digitações; aos meus filhos menores, Caio e Victor, que compreenderam a minha ausência em muitos momentos nesse período, inclusive nos estudos deles e no lazer; aos meus pais, Cícero e Ângela, e aos meus irmãos, que muito me encorajaram e também ajudaram no suporte às minhas atividades de mãe e dona de casa.

Aos que contribuíram em algum momento deste trabalho, como o meu irmão Parmênio e meus primos Eduardo Júnior e Valdinar Filho, e minha amiga Germânia, pela orientação acadêmica à elaboração do meu projeto de pesquisa ou da dissertação.

Aos meus colegas de trabalho, por todas as formas de viabilizarem a realização do curso; aos que assumiram responsabilidades minhas sempre que precisei me ausentar para as atividades do mestrado; à direção da SEPLAG e da EGP, a quem agradeço no nome da Lena.

À minha orientadora Alícia Gonçalves, aos professores do MAPP e aos professores das bancas de qualificação do projeto e de defesa da dissertação, professores Eduardo Girão, Geovani Jacó e Alcides Gussi, por todas as contribuições.

Aos meus colegas de turma, com quem também aprendi muito e desfrutei de uma saudável, cordial e enriquecedora convivência, durante e além do período letivo.

Aos profissionais da UFC, especialmente do MAPP e das bibliotecas que me forneceram apoio, informações e material, quando necessário.

A todos os que me concederam entrevistas, responderam questionário, disponibilizaram material, me permitiram participar de suas reuniões, pela acolhida, disponibilidade, solidariedade, ensinamentos, partilhas, e preciosas informações, nos grupos Dendêsol e Coopsol, na RCSES, na Rede Estrela, na Célula de Economia Solidária da SDE/PMF, na Câmara de Vereadores, na Terrazul, no Banco Palmas, na Associação Santo Dias, na Cáritas Regional e Diocesana, no Cearah Periferia.

Por fim, a Deus, por me proporcionar todas as condições de vida, de fé, de luz, de relações e, especialmente, por ter colocado todas essas e outras pessoas no meu caminho.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado é apresentada como proposta qualitativa de avaliação de políticas públicas de economia solidária, no âmbito da Prefeitura Municipal de Fortaleza - CE. A pesquisa tem como recorte grupos organizados na cidade de Fortaleza - Dendêsol e Coopsol – e a problemática central da pesquisa é a acessibilidade das políticas públicas municipais de economia solidária a esses grupos. O trabalho utilizou como metodologia o estudo de caso exploratório, focando esses dois grupos, envolvendo ainda levantamento bibliográfico sobre o tema e pesquisa documental sobre políticas públicas de economia solidária. O levantamento bibliográfico concentra-se em estudos de Paul Singer, Marcos Arruda, Luiz Gaiger, Noelle Lechat, Rosangela Barbosa, Aécio de Oliveira, Alícia Gonçalves e Ademar Bertucci, discutindo teorias que envolvem a economia solidária – histórico, relação com capitalismo, cidadania, participação e autogestão. A pesquisa documental foi realizada na Célula de Economia Solidária da Prefeitura e Câmara de Vereadores. Noutro momento, a partir de entrevistas e pesquisas documentais, é apresentado o que existe de políticas públicas de economia solidária na cidade de Fortaleza. Num terceiro momento, como análise do estudo de caso, é apresentada avaliação das políticas públicas municipais de economia solidária, em seu acesso pelos grupos pesquisados.

Palavras-chave: Economia solidária; Políticas públicas, Avaliação.

ABSTRACT

This dissertation is presented as a qualitative proposal of assessment of public policies on solidarity economy in the City of Fortaleza - CE. The research is focused on organized groups of this city - Dendêsol and Coopsol - and the issue of the research is the accessibility of municipal public policies of solidarity economy to those groups. The methodology used in the research was the study of exploratory case, focused on these two groups, involving also bibliographic survey on this subject and documentary research on policies for solidarity economy. The literature survey focuses on studies of Paul Singer, Marcos Arruda, Luiz Gaiger, Noelle Lechat, Rosa Barbosa, Aetius de Oliveira, Alicia Goncalves and Ademar Bertucci, discussing theories which involve the social - historical economy, relationship with capitalism, citizenship, participation and self-management. The desk research was conducted in the Solidarity Economy Cell of the City hall and City Council. At another point, from interviews and documentary research, it is shown what exists in terms of public policy of solidarity economy in the city of Fortaleza. Thirdly, as regards the case study analysis, the evaluation of municipal public policies of economic solidarity is presented regarding its access by the groups surveyed.

KEYWORDS: Solidarity Economy, Public Policy, Evaluation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- ACCMV – Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida
- ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
- ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária
- COEP – Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida
- CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
- COPPE/UFRJ – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- COOPSOL – Cooperativa dos Grupos de Produção Solidários Ltda
- COOPVIDA – Cooperativa Social de Artesãos Soropositivos
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DENDÊSOL – Associação de Mulheres Dendêsol
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EPS – Economia Popular Solidária
- FADOC – Fundo de Apoio para a Dinamização das Organizações Comunitárias de Base
- FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FSM – Fórum Social Mundial
- FUNCI – Fundação da Criança e da Família Cidadã
- GT – Grupo de Trabalho
- IDT – Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
- ITCPS - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
- MAPP – Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego
- ONG – Organização Não-Governamental
- PACs – Projetos Alternativos Comunitários
- PMF – Prefeitura Municipal de Fortaleza
- PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas

RCSES – Rede Cearense de Socioeconomia Solidária

SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SER – Secretaria Executiva Regional

SIES – Sistema de Informações em Economia Solidária

STDS – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

UFC - Universidade Federal do Ceará

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo

UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
Metodologia	13
CAPÍTULO 1 – TEORIAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA: A REFLEXÃO BRASILEIRA	16
1.1 Participação e Economia Solidária	24
1.2 Capitalismo e Economia Solidária	27
1.3 Economia Solidária no Brasil	32
CAPÍTULO 2 – ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM FORTALEZA-CE	38
2.1 Políticas Públicas de Economia Solidária	41
2.2 Projeto Feiras Solidárias	43
2.3 Rede Solidária Estrela de Iracema	44
2.4 Programa Trabalho Comunitário Solidário	46
CAPÍTULO 3 – AVALIANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE FORTALEZA FRENTE ÀS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	54
3.1 O Acesso dos Grupos aos Programas e Ações da Prefeitura Municipal de Fortaleza.....	59
3.2 Resultados e Comentários sobre os Dados Coletados nos Questionários aos Grupos.....	64
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
ANEXO I – QUESTIONÁRIO PARA PARTICIPANTES DOS GRUPOS	95
ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA A PARTICIPANTES DOS GRUPOS	98
ANEXO III – ROTEIRO DA PRIMEIRA ENTREVISTA A GESTOR DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PREFEITURA DE FORTALEZA	99
ANEXO IV – ROTEIRO DA SEGUNDA ENTREVISTA A GESTOR DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PREFEITURA DE FORTALEZA	100
ANEXO V – ROTEIRO DE ENTREVISTA A ENTIDADES DE APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA	101
ANEXO VI – SÍNTESE HISTÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	102

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação de mestrado aborda a temática da economia solidária, estabelecendo, como objetivo geral, a avaliação da acessibilidade das políticas públicas de economia solidária para grupos organizados na cidade de Fortaleza-CE.

A supracitada temática nos remete às origens históricas da economia solidária que remonta ao século XIX na Europa, como um movimento dos trabalhadores contra a exploração capitalista, engendrando-se, neste contexto, segundo Singer (2002), o pensamento social associativista e as práticas cooperativistas. Para Paul Singer, a economia solidária nasce das entranhas e das contradições do sistema capitalista de produção de mercadorias baseado no trabalho alienado, estranhado e fetichizado.

Paul Singer afirma que, em 1815, depois de um longo período de guerras na Europa, com a vitória britânica sobre Napoleão, a Grã-Bretanha passou por grande depressão, em função da cessação de várias atividades decorrentes da produção bélica, o que pôs fim a um grande número de postos de trabalho.

Continuando sua explanação, o autor refere-se à apresentação, em 1817, de um plano ao governo britânico, por Robert Owen, o qual sugeria que os fundos de sustento dos pobres fossem investidos em aldeias cooperativas, onde trabalhadores e trabalhadoras desocupados/as passassem a trabalhar na agricultura e na indústria produzindo a própria subsistência. Segundo Singer, não obtendo respaldo do governo, o próprio Owen implementou seu projeto nos Estados Unidos, criando uma aldeia cooperativa, em 1825, em New Harmony, no estado de Indiana. Um outro movimento decorrente das ideias de Owen aconteceu quando do crescimento do movimento sindicalista e do fortalecimento dos trabalhadores, momento em que foram criadas várias sociedades cooperativas de grupos que passaram a viver diretamente de suas atividades profissionais (Ibid., p. 25-27).

Singer cita, ainda, outras iniciativas bem ou malsucedidas de outros visionários europeus, como George Mudie, Abram Combe, Dr. William King, Charles Fourier, os quais foram atores na criação de alternativas autogestionárias de combate ao ócio ou à exploração dos trabalhadores pelo capitalismo. O autor afirma, também, que reações da classe

empresarial foram fortes, impiedosas e longas, enfraquecendo o poder de resistência dos trabalhadores. (Ibid., p. 27-34)

Como parte da história mais recente da economia solidária, Singer afirma que, já no século XX, entre as décadas de 1940 e 1970, os trabalhadores dos países ricos experimentaram uma época de pleno emprego. No entanto, nas décadas seguintes, grande parte da produção industrial saiu de países ricos ou semidesenvolvidos para países onde reivindicações e conquistas dos trabalhadores não eram realidade. Assim desapareciam postos de trabalho nos países mais desenvolvidos economicamente e, ao mesmo tempo, trabalhadores dos países de menos consciência política eram explorados como mão de obra barata. (Ibid., p. 110)

O autor assegura ainda que “ter um emprego em que seja possível gozar os direitos legais e fazer carreira passou a ser privilégio de uma minoria” e que, a partir dessa realidade, na segunda metade do século XX, ressurgiu a ideia da economia solidária, com a criação de cooperativas, associações e outras formas de agregação e autogestão para o trabalho, a produção e a comercialização. (Ibid., p. 110-111)

Seguindo a linha de argumentação do professor Paul Singer, poder-se-ia considerar a economia solidária, na sociedade contemporânea, como uma ressignificação do pensamento associativista mesclado às práticas cooperativistas?

Não há consensos entre intelectuais, movimentos sociais, lideranças sindicais e entidades a esse respeito; para alguns, a economia solidária, como forma de autogestão por grupos de trabalhadores e trabalhadoras, é uma solução que coexiste com o capitalismo, para outros é apresentada como alternativa a uma marginalização oriunda do modelo capitalista e meio para a construção de uma sociedade mais igualitária, justa e solidária.

Tzoni (2007), por exemplo, apresenta a socioeconomia solidária como um modelo econômico inclusivo, o qual considera “as capacidades e os potenciais de cada indivíduo com igualdade como base da construção de relações justas, livres e democráticas na integração de um desenvolvimento social.” (p. 95).

Para a realização desta pesquisa, utiliza-se essa ideia do “modelo econômico inclusivo”, como forma de verificar o alcance das políticas públicas de economia solidária, ou seja, avaliar se estas conseguem fazer-se chegar ao seu público-alvo e facilitar a inclusão

dos componentes dos grupos como sujeitos ativos, na comunidade do Dendê e do Grande Jangurussu, através da sua participação nas atividades solidárias.

Com a pesquisa sobre o acesso dos grupos Dendêsol e Coopsol às políticas públicas de economia solidária disponíveis em Fortaleza, busca-se avaliar a relação entre o seu desenho e execução e o resultado alcançado em termos de se fazer acessível ao público-alvo das mesmas.

Como afirma Arretche (2007), a avaliação de políticas públicas é uma necessidade no Brasil porque, “paralelamente à escassez de recursos públicos, os “universos” populacionais a serem cobertos pelos programas sociais são de enormes proporções.” (p. 35).

Quanto aos grupos escolhidos para este estudo, é sabido que Amorim (2005) e Gonçalves (2009) já efetuaram pesquisas na Dendêsol e na Coopsol, respectivamente, porém não na perspectiva de avaliar seu acesso a políticas públicas.

Amorim (2005), ao estudar a forma de organização da Comunidade Dendêsol, faz uma comparação entre a prática de economia solidária e as práticas de atividades informais desenvolvidas de forma individual. Ela ressalta que

[...] nessa prática de economia solidária, as atividades informais desenvolvidas proporcionam uma forma de organização social que, além de gerar uma renda (que nesse caso é apenas complementar), contribui para o resgate e/ou construção da cidadania dos participantes. A organização coletiva, especificamente nessa experiência, proporciona uma forma diferente de viver e se relacionar, construindo novos paradigmas sócio-econômicos, políticos e culturais, baseados na cooperação, além de abrir novos horizontes para uma vida mais solidária. Em geral, isso não é observado nas práticas de atividades informais que são desenvolvidas isoladamente, que leva em consideração apenas o viés econômico onde as pessoas trabalham de forma individual. (p. 9).

Estudando o sentido da experiência de economia solidária na Coopsol, dentre outros grupos, Gonçalves (2009) buscou apreender como as experiências são representadas pelas pessoas que as vivenciam, que significados são atribuídos a essas experiências e como são articulados os valores da economia solidária e da economia de mercado nas práticas cotidianas. Especificamente sobre o trabalho desenvolvido na Coopsol, a autora explica

Início este relato contextualizando a gênese da Coopsol no final da década de 1990, nos movimentos sociais urbanos em uma região periférica da cidade de Fortaleza; a seguir, descrevo a sua atuação contemporânea, os relatos *êmicos* sobre o empreendimento e sobre a proposta da economia solidária e, por fim, um relato exemplar em que dois planos no plano simbólico articulam-se: o universo acadêmico e o sistema classificatório *êmico*. (p. 68)

Resgatando a abordagem das pesquisadoras citadas sobre a Dendêsol e a Coopsol, esta pesquisa, além do significado da economia solidária para os grupos, busca conhecer o acesso dos grupos às políticas públicas de economia solidária, verifica se isso facilita o desenvolvimento de suas atividades nas respectivas comunidades, procurando saber também que características desses grupos são facilitadoras a esse acesso e o que pode dificultá-lo.

Como justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa, o interesse em abordar a questão do trabalhador participante dessas iniciativas de economia solidária, tem como base a vivência da pesquisadora, como trabalhadora com mais de 20 anos de atividade e, especialmente, como participante de associações profissionais, conhecendo de perto a importância da agregação de pessoas que querem ver defendidos interesses comuns ou semelhantes.

Ainda como razão para a realização da pesquisa, pelas experiências da pesquisadora como profissional, como associada e até tendo assumido cargo de direção de associação de classe, é percebida a importância de um modelo inclusivo de gestão, com base na participação e nas decisões coletivas e com vistas a objetivos comuns, como alternativa a modelos que têm, dentre outras consequências, a exclusão e a não valorização de trabalhadores. Por outro lado, também conhece dificuldades que se apresentam a essas vivências, uma vez que num grupo de pessoas, por mais que comunguem os mesmos objetivos, há possibilidade de opções por diversos caminhos e soluções para atingi-los, gerando divergências e conflitos a serem discutidos e resolvidos.

Diante desses aspectos gerais sobre o tema e sobre o próprio trabalho, são apresentados a seguir seus objetivos:

- Objetivo geral: avaliar se as políticas públicas municipais de economia solidária se fazem acessíveis a grupos organizados na cidade de Fortaleza.
- Objetivos específicos:
 - conhecer as políticas públicas de economia solidária disponíveis, na esfera municipal;
 - identificar quais dessas políticas públicas são acessíveis aos grupos estudados;
 - levantar quais as exigências feitas aos grupos estudados, para que tenham acesso a essas políticas públicas;
 - conhecer como se dá o acesso dos grupos estudados às políticas públicas de economia solidária;

- identificar que características dos grupos estudados são facilitadoras para seu acesso às políticas públicas de economia solidária e quais são obstáculos.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, que Gil (2008) define, no que tange aos objetivos, como um trabalho que visa

[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a constituir hipóteses. [...] Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão”. [...] na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso [...] (p. 41).

O trabalho foi feito em uma abordagem qualitativa e teve como base a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo com estudo de caso, observação *in loco*, conversas informais, pesquisa documental e pesquisa em sítios na internet, no período de 2007 a 2010.

A pesquisa bibliográfica iniciou-se quando da elaboração do projeto para o mestrado e ao longo do período do curso e de todo o estudo, o levantamento bibliográfico concentrou-se, mais fortemente, em livros e trabalhos publicados por pesquisadores brasileiros ou com estudos desenvolvidos no Brasil, sobre o tema economia solidária.

A pesquisa documental teve como fontes documentos colhidos na Célula de Economia Solidária da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE da Prefeitura de Fortaleza, na Câmara de Vereadores da mesma cidade, na Cáritas Regional e Diocesana e na Associação Terrazul, com o intuito de obter informações mais detalhadas acerca das políticas públicas de economia solidária desenvolvidas neste município.

Iniciando a pesquisa de campo, acompanhada da orientadora, Profa. Dra. Alicia Gonçalves, em 21/07/2008, a pesquisadora contactou com a Direção do Cearah Periferia, em busca de informações sobre grupos de economia solidária com possibilidade de participarem do estudo de caso. Essa Organização Não-Governamental tem entre seus eixos de trabalho a economia solidária, atuando na formação das pessoas, no fortalecimento do potencial organizativo das comunidades, na busca de linhas de crédito e na viabilização de compras coletivas, numa perspectiva mais ampla de desenvolvimento urbano integrado e solidário.

O estudo de caso foi realizado a partir da realização de visitas, entrevistas, aplicação de questionários e participação de reuniões, em dois grupos organizados como iniciativas de economia solidária, a Dendêsol e a Coopsol.

A Dendêsol, um dos grupos do estudo de caso, é composta predominantemente por mulheres, localizado no Bairro Edson Queiroz, contando com um número em torno de 20 associados que trabalham na produção de artesanato e alimentação. A este grupo foram feitas cinco visitas – sendo quatro na sede da associação e uma em feira na Gentilândia, onde o grupo estava expondo seus trabalhos artesanais e comercializando alimentação – também foram aplicados questionários e realizadas entrevistas.

A Coopsol situa-se no Grande Jangurussu e trata-se de um grupo organizado em forma de cooperativa, que congrega subgrupos de bairros diferentes, como Conjunto João Paulo II, Santa Maria e Conjunto Palmeiras, tendo como componentes, em sua grande maioria, mulheres que trabalham na atividade de confecção. A este grupo, foram realizadas cinco visitas em suas três sedes, aplicados questionários e feitas entrevistas.

Ainda como parte da pesquisa de campo, foi entrevistado, em dois momentos, gestor municipal que lida com políticas públicas de economia solidária, especificamente com o programa Trabalho Comunitário Solidário, com o projeto Feiras Solidárias e com a ação Rede Solidária Estrela de Iracema e foi entrevistada também uma das lideranças dessa Rede.

Além disso, entrevistaram-se representantes de instituições de apoio ao movimento e profissionais que participaram da execução dos Programas, como: Cáritas Regional, Cáritas Diocesana, Associação Terrazul, Banco Palmas, Cearah Periferia e Associação Santo Dias.

Neste percurso pelo campo, para aprofundamento do conhecimento sobre o tema e para maior familiaridade com o problema, a pesquisadora participou de palestra proferida por Marcos Arruda, um dos autores citados na bibliografia deste projeto; tomou parte também em dois seminários de Formação de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária, realizados pelo Governo do Estado em parceria com a Prefeitura de Fortaleza, eventos que contaram com a presença de políticos, técnicos e pessoas que atuam em projetos de economia solidária; participou de seis reuniões da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária – RCSES e de feiras organizadas com apoio da Rede; da palestra *Pesquisa Avaliativa*: – aspectos teóricos e metodológicos, com a Profa. Dra. Maria Ozanira Silva, promovida pela UFC, em março de 2009; do I Fórum de Debates sobre Políticas Públicas do Estado do Ceará, realizado

pela UFC, em junho de 2009; da Mesa-Redonda Economia Solidária, Cultura e Mercado, realizada pela UFC-MAPP, em dezembro de 2009.

A pesquisa documental se deu a partir do projeto de lei e, posteriormente, da própria lei municipal que institui a política municipal de fomento à Economia Solidária em Fortaleza; de material didático e de relatórios do Programa Trabalho Comunitário Solidário.

A pesquisa em sítios na internet, tanto serviu para conseguir conteúdo teórico sobre o tema, através de artigos, monografias, dissertações, como também para obter informações sobre a economia solidária e políticas públicas nos sítios da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, dentre outros.

Após a conclusão da pesquisa de campo, a análise dos dados foi feita com base nas respostas às entrevistas que foram gravadas e transcritas e dos questionários cujas respostas foram tabuladas, buscando compreender como as políticas públicas de economia solidária, idealizadas e desenhadas pela Prefeitura de Fortaleza, conseguem-se fazer acessíveis a grupos de iniciativas produtivas solidárias.

Com base nos levantamentos e estudos dessas informações, buscou-se estabelecer uma comparação entre o que está sendo executado em termos de políticas públicas municipais de economia solidária e os resultados efetivamente alcançados.

Considerando que os programas do Município estão em funcionamento de forma ainda incipiente, o acompanhamento feito é bem pertinente à avaliação formativa, uma avaliação da concepção do programa, do seu planejamento e de como se dá seu funcionamento, antes de chegar a seu término.

A dissertação está estruturada em uma apresentação, três capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo são apresentadas as teorias sobre a economia solidária a partir da experiência contemporânea brasileira; o segundo capítulo aborda discussão sobre políticas públicas de economia solidária e o que existe dessas políticas na Prefeitura Municipal de Fortaleza; no terceiro capítulo, procede-se à avaliação dos programas e ações da Prefeitura, com ênfase no Programa Trabalho Comunitário Solidário, procurando visualizar a questão do acesso pelos grupos pesquisados, com base no que foi coletado na pesquisa.

CAPÍTULO 1

TEORIAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA: A REFLEXÃO BRASILEIRA

O presente capítulo apresenta um breve panorama da reflexão brasileira sobre a temática da economia solidária, com base em alguns intelectuais com significativa inserção no campo em foco. Em um primeiro momento, é realizada uma reflexão sobre os termos, conceitos e categorias acionados pelos referidos intelectuais; a seguir, são resgatadas as origens históricas do movimento da economia solidária no século XIX, como um movimento de reação da classe trabalhadora à exploração capitalista, e, por fim, é apresentado breve cenário do movimento no Brasil, a partir da reação dos movimentos sociais urbanos e no campo, que ganha força política no I Fórum Social Mundial, realizado no período de 25 a 30 de janeiro de 2001, em Porto Alegre - RS.

A economia é uma ciência social amplamente discutida em nossos dias, até mesmo por quem dela tem pouco ou nenhum conhecimento acadêmico, devido à sua abrangência e à influência que exerce nas relações cotidianas entre as pessoas e as sociedades. Etimologicamente, é originada das palavras gregas *oikos* (casa) e *nomos* (costume ou lei). Tratando sobre sua origem, Lechat (2004, p. 110) expõe que existe uma distinção entre dois tipos de economia que remonta a Aristóteles, sendo uma “‘crematística’ – consiste na forma mercantil de adquirir bens em vista da ganância e a outra – ‘oikonomia’ – diz respeito ao abastecimento e ao cuidado material da casa e da cidade”. Especialmente nas discussões sobre economia solidária, a etimologia da palavra economia é por vezes resgatada, uma vez que trata do cuidado com a casa, em um sentido que se amplia ao meio ambiente, ao planeta e às pessoas que nela habitam, e do cuidado com os recursos que estão envolvidos nas relações e nas atividades desenvolvidas.

Destaque deve ser atribuído ao termo solidariedade que adjetiva a economia e trata de um tipo específico de economia: “solidária”. Etimologicamente, Lechat (Ibid., p. 113) explica que “o termo é uma deformação da palavra latina *solidum* que [...] servia para designar obrigação que pesava sobre os devedores quando cada um era responsável pelo todo.” Sistematizando definições colhidas em dicionário, a autora diz que “a solidariedade tem por característica a formação de um laço ou vínculo entre duas ou mais pessoas; sendo que este

laço poderá revestir a forma de um sentido moral, de um sentimento ou de uma dependência recíproca, dependendo da situação.” (LECHAT, loc. cit.).

Por sua formação antropológica, em momentos distintos de sua obra, Noelle Lechat refere-se à solidariedade, relacionando-a com o ensaio de Marcel Mauss (1974) sobre o dom, em que ele estuda práticas de povos, em épocas distintas, que implicam doações aparentemente gratuitas, mas que, de fato, esperam uma retribuição, sendo esse momento de recompensa aguardado tanto pelo doador quanto pelo agraciado.

A referência à solidariedade é também explicitada em relatos biográficos, a exemplo do que se pode identificar na fala de uma das lideranças da Dendêsol, quando diz que vivenciava a solidariedade desde a infância:

[...] eu lembro muito que eu era pequena e morava no interior com os meus pais, não tinha muito essa questão do dinheiro, por exemplo, um vizinho do meu pai matava um porco, meu pai trabalhava com questão de farinhada e o outro não tinha, aí ele retribuía a carne com a farinha, com o feijão, com a rapadura, com o queijo [...]

No relato acima sobre a prática da solidariedade, percebe-se que não se trata de voluntarismo, filantropia, nem caridade. Tanto nos estudos teóricos apresentados, como no exemplo dessa experiência, a solidariedade implica comprometimento, responsabilidade, reciprocidade, vínculo, inclusive obrigação de uma pessoa ou grupo para com outra pessoa ou grupo com quem mantenha contato.

Outro termo que aparece frequentemente nos relatos é o desenvolvimento. Pois também é discutido sob duas visões – uma que privilegia meramente o desenvolvimento econômico e outra que transcende a dimensão meramente economicista e incorpora outras dimensões, como participação, cidadania, democracia, meio ambiente e relações de gênero.

Sobre a concepção dominante e globalizada de desenvolvimento, Arruda (2000, p.11) o diz sinônimo de crescimento econômico, de modernização industrial, de progresso tecnológico e de acumulação ilimitada de bens materiais. Na mesma linha, a cartilha da Campanha da Fraternidade 2010, explica sobre a expansão dessa concepção de desenvolvimento, como crescimento econômico, que ocorreu com o clima de desenvolvimentismo pós-Segunda Guerra Mundial puxado pela industrialização e urbanização, afirmando que

[...] o crescimento da economia, medido pelo aumento da produtividade e da produção de riquezas, pela ampliação da capacidade de consumo nas cidades e pela modernização tecnológica, na produção e nos bens de consumo, virou sinônimo de desenvolvimento. (CONIC, 2010, p. 12)

Reconceituando desenvolvimento, Arruda (op. cit., p. 17) serve-se de definição oferecida pela Declaração da ONU sobre Direito dos Povos ao Desenvolvimento (1993), que o apresenta como “um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa o constante melhoramento do bem-estar de toda a população e de cada indivíduo na base da sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios resultantes dele”.

Por sua vez, Bertucci e Silva (2003, p. 87-88) fazem uma relação entre a economia popular solidária e a busca de uma nova concepção de desenvolvimento, explicando que se trata de “um novo modelo de desenvolvimento sustentável, ecológico e solidário que atenda às necessidades básicas do povo e de uma sociedade mais solidária e justa”. Os autores afirmam, ainda, que conteúdos como identidades etno-culturais e ecologia vêm sendo colocados como pressupostos do desenvolvimento sustentável, “onde a produção e preservação dos recursos naturais e sociais sejam dimensões de um processo de libertação.”

Numa proposta de construir alternativas de desenvolvimento de baixo para cima, Melo (2005, p. 466) assevera que

[...] enquanto o crescimento conduz inexoravelmente à concentração e ao totalitarismo, o desenvolvimento local sustentável é fortemente dirigido para a liberdade, pois tende a propiciar a autonomia, a consciência e a participação cooperativa da maioria.

Vê-se, nessas concepções mais amplas de desenvolvimento, uma perspectiva de desenvolvimento local, sustentável, a partir da percepção e necessidade das próprias comunidades, envolvendo aspectos tanto econômicos, quanto humanos, sociais, políticos, culturais e ambientais.

Também é interessante fazer um esclarecimento sobre a autogestão, que se coloca como uma das fortes características das iniciativas de economia solidária. Oliveira (2004, p. 340), por exemplo, explanando sobre indicadores e variáveis utilizados para compor e aferir a densidade do solidarismo praticado pelos grupos, em sua pesquisa, considera a autogestão um desses atributos

[...] no sentido de que o controle da gestão do empreendimento seja exercido efetivamente pelo conjunto dos associados, sobretudo com autonomia em relação a agentes externos. Além do mais, sem a existência de outros regimes de trabalho (subcontratação ou assalariamento) para o desenvolvimento das atividades em seu interior.

Como se pode observar, a autogestão diz respeito a aspectos internos e externos dos grupos. Externamente, precisam ser autônomos na relação com organizações não-governamentais, políticos e instâncias do governo, evitando dependências que possam inclusive comprometer o desenvolvimento das atividades, caso passem por uma situação de interrupção ou falta de algum desses apoios. O que significa dizer que precisam de independência tanto financeira, quanto política.

Quanto aos aspectos internos, a autogestão diz respeito à relação de trabalho entre os participantes, à tomada de decisão coletiva e à participação efetiva dos integrantes, como gestores e, não somente como trabalhadores, definindo sobre a administração dos recursos materiais e financeiros, sobre a forma de coordenar a produção, sobre a destinação de resultados, dentre outros temas de interesse comum. Tratando acerca dessa forma de gestão, Gaiger (2004, p. 389) pontua algumas consequências:

[...] a *prática da gestão partilhada*, ou da autogestão, exerce três efeitos importantes: ela inibe as tentações de reintroduzir a divisão social do trabalho e de adotar práticas não igualitárias [...]; ela eleva o grau de comprometimento dos indivíduos, reforça os laços mútuos e favorece a criação de um ambiente de *confiança mútua* [...]; como terceiro efeito, a partilha da gestão predispõe ao zelo, à maior atenção e cuidados para evitar desperdícios e otimizar o processo produtivo.

Gaiger (2004, p. 392) cita ainda exemplos de autogestão em empreendimentos, no Rio Grande do Sul – empresas como a *Univens* e a *Cooperнови* – que “cultivam formas democráticas e participativas de gestão e de organização do trabalho, o que distribui horizontalmente as responsabilidades e gera um controle mútuo, cujo efeito são a maior satisfação e ganhos individuais.”

Sobre o que vem a ser autogestão e heterogestão, Singer (Op. cit., p. 16-23) apresenta uma explicação, falando que a heterogestão, esta forma de administrar na economia capitalista, trata-se de uma administração hierárquica, em que as informações e consultas fluem de baixo para cima, enquanto que as ordens e instruções circulam de cima para baixo nessa hierarquia. O autor afirma, ainda, que uma das características dessa gestão é que os trabalhadores de nível mais baixo têm muito pouco conhecimento além do estritamente

necessário para o cumprimento de suas tarefas, na maioria dos casos, atividades repetitivas e rotineiras.

Singer continua sua explicação afirmando que a autogestão é uma forma democrática de administrar, em que todos participam das decisões direta ou indiretamente. Se a empresa, ou cooperativa, ou empreendimento for pequeno(a), as decisões são tomadas em assembleias por todos os participantes. Se é uma estrutura grande, são eleitos representantes, por todos os participantes, para que aqueles tomem as decisões de rotina. Quanto às diretrizes, são definidas pela autoridade maior que é a assembleia de todos os sócios. Na autogestão, os níveis mais altos são delegados pelos mais baixos e aqueles assumem responsabilidades perante estes.

Singer trata ainda sobre esforços adicionais exigidos dos trabalhadores na empresa solidária, o que representa vantagens e desvantagens da autogestão. O esforço adicional significa que cada trabalhador, além de cumprir as tarefas sob sua responsabilidade diária e direta, tem que se preocupar e se envolver com os problemas gerais da empresa. Quanto a vantagens desse acréscimo de responsabilidade, o autor afirma que

Esse esforço adicional produz ótimos resultados quando se trata de envidar mais esforços para cumprir um prazo, eliminar defeitos de um produto ou para atingir algum outro objetivo que todos desejam. O fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor de todos [...]

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. (Ibid., p. 19-21)

Por outro lado, o autor faz algumas observações sobre pontos críticos da autogestão, alertando para o perigo que essa forma de administrar corre, pela insuficiente formação democrática dos sócios, como nas citações a seguir:

[...] o esforço adicional torna-se desgastante quando é preciso se envolver em conflitos, tomar partido pró ou contra companheiros, participar de reuniões cansativas, etc.

O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige [...]

A prática autogestionária corre o risco de ser corroída pela lei do menor esforço. Os gestores da cooperativa enfrentam frequentemente questões

urgentes, que têm de ser resolvidas sem haver tempo de consultar outros sócios. (Ibid., p. 19-20)

Tratando da realidade da gestão dos empreendimentos, Singer (2005, p. 83-85) apresenta como característica básica da economia solidária, a negação da separação entre trabalho e posse dos meios de produção, em oposição ao capitalismo. Nesse caso, trabalho e capital estão juntos, já que os trabalhadores são também donos do negócio e essa propriedade e a responsabilidade pelas decisões e os resultados são divididos entre todos os participantes. O autor exemplifica as modalidades de empresas solidárias, citando as cooperativas de produção, como sendo a modalidade básica da economia solidária; as cooperativas de comercialização, composta por produtores autônomos, individuais ou familiares; as cooperativas de consumo, que têm a finalidade de proporcionar a máxima satisfação ao menor custo aos cooperados e as cooperativas de crédito, que são empresas de intermediação financeira possuídas pelos depositantes. Na explanação de Singer, outra característica dos empreendimentos solidários é que eles “tendem a se federar, formando associações locais, regionais, nacionais e internacionais”. Isso permite ganhos de escala, redução de custos, otimização de recursos e desenvolvimento e disseminação de novas e melhores tecnologias.

Na perspectiva da autogestão, a economia solidária já acontecia, tanto como realidade empírica, quanto nas discussões de teóricos e instituições que estudavam e apoiavam iniciativas populares de geração de trabalho e renda, mesmo antes de ter essa denominação. Com outros títulos ela já se dava como:

[...] projetos alternativos, projetos comunitários, microprojetos, cooperativas populares, empresas autogestionárias ou ainda clubes de troca; [...] este tipo de economia era chamado academicamente de popular, de informal ou, às vezes, de não organizada. (LECHAT, Op. cit., 26).

Ainda no estudo de Lechat (2004) são identificadas várias denominações e definições. Quanto ao nome, a autora dá preferência a tratá-lo por economia solidária, por entender que o termo é mais sucinto e mais usado internacionalmente. No entanto, em seu trabalho, ela apresenta os vários termos usados para identificá-lo, como por exemplo:

[...] cooperativismo popular, cooperativismo popular e autogestionário, economia alternativa, economia autogestionária, economia cidadã, economia da dádiva, economia da simplicidade, economia de solidariedade e trabalho, economia do trabalho, economia moral, economia popular de solidariedade, economia popular solidária, economia popular e solidária, economia social, economia solidária, economia solidária e autogestionária, a outra economia,

socialismo autogestionário, socioeconomia popular e solidária, socioeconomia solidária. (p. 106).

Sobre os nomes, a autora afirma que possuem duplo significado, sendo que, de um lado, o nome se aproxima da visão do seu idealizador, criador ou utilizador e por outro dá uma ideia de identidade. Especificamente sobre cinco das denominações, ela explica melhor, assim:

A expressão “economia popular solidária” lembra miniprojetos, reunindo pessoas carentes em torno de atividades de cunho artesanal de pouco valor agregado, e sustentados por ONGs e, principalmente, por igrejas. A categoria de “cooperativas populares” traz a imagem das incubadoras universitárias lideradas pela COOPE da UFRJ. Tudo o que tem no seu nome a palavra autogestão lembra os sindicatos e a ANTEAG. A expressão economia solidária dá uma impressão de generalização, uma expressão aglutinadora de milhares de experiências as mais diversas possíveis. E o nome socioeconomia solidária lembra Arruda, o PACS e a Rede Brasileira. (LECHAT, 2004, p. 156-157).

Além das denominações, Lechat (2004) trata a economia solidária como categoria, afirmando que, segundo seus intelectuais, esta se refere

[...] à organização de produtores, consumidores, poupadores, que privilegiam relações cooperativas autogestionárias e solidárias na produção de bens e serviços, na sua comercialização e financiamento em vista de um desenvolvimento justo e sustentável alternativo ao modelo capitalista neoliberal.

Sabe-se que o estudo, a pesquisa, a discussão, a definição conceitual e a denominação de um tema tendem a fazer com que este se torne mais conhecido, mais visível, mais claro, mais bem delimitado e mais forte. Todo esse tratamento traz consigo também questões e disputas relacionadas ao poder, à política, à academia. Sobre essas questões Lechat mostra uma reflexão de Gaiger apresentada num dos primeiros seminários nacionais (1999) a respeito da economia solidária, reunindo universitários, ONGs, órgãos governamentais, agências de financiamento e representantes de grupos populares:

Quando nós criamos um conceito – por exemplo, Economia Solidária – e tudo aquilo que a ele se relaciona – neste caso, a ela – passa a ser usado como um instrumento de poder simbólico e, logo em seguida, de poder político. Isso ocorreu em muitas situações históricas. A luta pelo poder é uma luta também pelas palavras, pelos conceitos. Eu acho que é em defesa do poder anteriormente já instituído que há certas reticências quanto a Economia Solidária. Porque isso mexe com certos poderes, seja no campo das ONGs, seja no campo do sindicalismo, seja também, tenho para mim, no

campo da academia. (GAIGER, 2000a, p. 179-180 *apud* LECHAT, 2004, p. 54-55)

Bertucci e Silva (2003, p. 85-86) falam que, apesar do debate ser recente no Brasil, já existem diversas linhas de pesquisa sobre a importância e as perspectivas da economia solidária. Como exemplo, ele cita Luis Inácio Gaiger, da UNISINOS/RS, que trabalha o conceito de empreendimentos econômicos solidários; Paul Singer que usa o termo economia solidária; Marcos Arruda, Coordenador do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, que fala em socioeconomia solidária; Gabriel Kraichete, da Universidade Católica de Salvador, que trata da economia dos setores populares e José Luiz Coraggio que versa sobre a economia popular solidária.

Dentre definições e visões sobre a economia solidária, Gonçalves (2009, p. 18) afirma serem os empreendimentos econômicos solidários

[...] um universo simbólico distinto e específico [...], que articula simultaneamente, no tempo e no espaço, várias dimensões: simbólica, política, econômica, social, geográfica, religiosa, de gênero e étnica, configurando um *fato social total*.

Empiricamente, foram percebidas várias dessas dimensões na fala de lideranças dos grupos, de participantes da RCSES, de gestores públicos, em que era colocado um significado da economia solidária para além da própria atividade produtiva e financeira, fazendo evoluir para uma ideia econômica no sentido da etimologia da palavra apresentada anteriormente neste trabalho, até em função do fato de ser uma história, uma realidade em construção, em pleno desenvolvimento contemporâneo. As falas dão conta de que a economia solidária é e/ou representa um projeto de vida, sonho, resgate de autoestima, orgulho do que é capaz, sentimento de pertencimento, relação com a comunidade, construção de amizades, troca de saberes, aprendizados, descobertas, educação, formação, enfrentamento à violência doméstica, promoção de saúde mental, ocupação com flexibilidade de horário de trabalho e sem opressão, luta, aposta, vontade de crescer, confiança em dias melhores, realização, possibilidade de ter opinião, direitos e deveres, dentre muitos outros significados pessoais.

De forma semelhante, foi identificada essa constatação na pesquisa de Gonçalves (2009, p. 243), especificamente nos relatos sobre a etnografia das cooperativas sociais, quando afirma que, para além da esfera da produção, encontra laços profundos de solidariedade e uma sólida teia de reciprocidade unindo as pessoas. A autora afirma que

Para elas, estar sócio de uma cooperativa significa fazer parte novamente de um circuito de trocas (experiências, afetos, saberes, informações e conhecimentos técnicos) que lhes confere uma outra identidade social. Neste sentido, essa nova identidade social que tomam para si enquanto sócios de um empreendimento solidário e autogestionário opera simultaneamente em dois planos: subjetivo e intersubjetivo, isto é, reintegra-os à sociedade a partir de um novo estatuto: o de cidadão e de militante da economia solidária, no qual é reconhecido socialmente; e a partir dos laços de afeto, que lhes possibilitam uma melhoria no quadro clínico.

1.1 Participação e Economia Solidária

Além das características dos empreendimentos, das denominações e dos significados pessoais da economia solidária, existem também simbologias para a categoria, como conjunto, que se expressa, por exemplo, na participação. A participação requer e contribui para formar atores ativos, envolvidos com a realidade em que estão inseridos, inquietos com os problemas existentes, inconformados com os limites que lhes são impostos, atentos às possibilidades.

Pode-se confirmar isso através do comentário de Singer (Op. cit., p. 21-22) sobre o abalo à cultura alienante da família patriarcal, da escola e da heterogestão, quando afirma que isso acontece quando as pessoas participam, quando se envolvem em lutas emancipatórias, desafiadoras da ordem vigente, quando se irmanam, se reconhecem iguais e se insurgem contra a sujeição e a exploração. O autor assegura, ainda, que “esses avanços antiautoritários e democráticos fazem com que as novas gerações sejam menos reprimidas e passivas que as de seus pais e avós.”

Para Singer, o modelo da autogestão “promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários (em termos), que é o que seus sócios precisam.” (p. 23). Assim, a proposta da economia solidária pode ser vista como oportunidade de participação ativa e criativa dos sujeitos envolvidos, pois os participantes têm vez e voz nas reuniões, nas discussões, nas decisões, nos trabalhos realizados, na organização, na partilha dos resultados, agregando suas experiências, competências e conhecimentos. Partindo dessa abertura à participação, as pessoas podem ter espaço para exercer o poder de influir, em parte, nos rumos daquele grupo.

Quanto à importância dessa participação, pode-se recorrer novamente aos estudos de Oliveira (Op. cit., p. 341), que a elenca como mais um dos atributos compreendidos entre os indicadores e variáveis utilizados para compor e aferir a densidade do solidarismo praticado

pelos grupos. O autor explica que, nesse sentido, a participação efetiva “deve ser aferida através de um indicador do comparecimento dos associados a instâncias de consulta e de decisão, reuniões, assembléias e outras consideradas importantes para organização e funcionamento do empreendimento”.

Visualiza-se também o valor dado por Gaiger (Op. cit., p. 11) à participação, quando a coloca entre os oito princípios, em torno dos quais giram as propriedades de um empreendimento econômico solidário, princípios esses que espera ver internalizados na compreensão e na prática das experiências associativas. O autor acrescenta, ao lado da participação, os demais princípios como: autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Na pesquisa, é percebido ainda que a participação desenvolve nas pessoas senso de seus direitos e deveres, gera novos conhecimentos e maior consciência política, faz aflorar lideranças, permite conhecer outras alternativas e fortalece o participante, o grupo e o movimento. Nos depoimentos de lideranças da Dendêsol, da Coopsol e da Rede Estrela de Iracema, nas falas dos/as trabalhadores/as em reuniões da RCSES e na Conferência da Região Metropolitana de Fortaleza, ocorrida em abril de 2010, verifica-se que, pelo fato de se haverem envolvido com a economia solidária suas vidas apresentaram vários desses avanços, tendo várias delas saído de casa pela primeira vez para trabalhar ou para discutir questões de trabalho dentre outras, tendo ocorrido de umas desenvolverem escolarização formal, outras aprendido uma profissão, e falarem com a propriedade de um grande conhecimento do que representa politicamente o movimento, sendo capazes de enfrentar plateias e outras instâncias para verem defendidas suas ideias e suas lutas. Pode-se ver pelos exemplos:

[...] quando, em 2000, nós começamos a desenvolver esse trabalho com donas-de-casa que não tinham nenhuma renda. Porque essas mulheres, que hoje participam desse grupo, antes elas não faziam nada. Eu costumo dizer que elas só lavavam louça, cozinhar e assistir novela. Hoje, elas... já tem delas que conseguem dar cursos fora e outras, nós temos agora a [...] que é uma das mulheres que trabalham aqui, que, a partir do mês de dezembro, vai administrar dois cursos de alimentação em Caridade. [...] O interessante da ES é a questão do intercâmbio. A gente, o que aprende, a gente tá sempre passando pra outras companheiras de outras entidades. [...] Quando a gente vê que a companheira tá indo pras feiras só pra vender, vender, vender, não importa o que é que eu vou vender, não importa a qualidade, não importa o ser humano, aí a gente dá uma chamada e vamos ter uma tarde ou duas tardes de resgatar conceitos da economia solidária, porque pra nós isso não é o importante, porque na questão do só vender, tá a outra história. A outra economia, o capitalismo tá que quer é passar por cima de você e não quer saber de princípio, não quer saber de nada. E a

economia solidária, a gente já faz o contrário. Nós temos uma companheira que passou uma boa parte do tempo não vinha pras reuniões. Porque é obrigatório. Se você falta até duas reuniões a gente não se preocupa, mas se faltar três a gente já procura saber porque, qual foi o motivo, foi doença, se é a autoestima que não é legal, foi o marido o que é que foi? Quando a gente vê que pra ela aquela reunião não é mais tão importante, só ir pra feira de sábado pra vender. Dependendo do que a coordenação avaliar, a gente chega até a suspender. Porque esse não é o objetivo. [...] Essas reuniões toda segunda-feira é exatamente pra isso, pra gente avaliar o comportamento, pra gente avaliar se aquela pessoa tá se trabalhando aquilo que a gente quer fazer. (Depoimento de liderança da Dendêsol)

Antes de eu começar a participar desse trabalho? Eu era mãe de família, dona de casa [...] O primeiro projeto que eu participei, que foi o curso "Reconquistar". Esse projeto beneficiou nove bairros, na grande área do Jangurussu. E a maioria das pessoas, 73% da população vivia desempregada, homens e mulheres, e o nível de escolaridade é era um nível bem pouco mesmo. Nem a quinta série completa. E esse curso profissionalizante não tinha só a prática de uma profissão, mas, também, a elevação da escolaridade. [...] Eu não sabia nada de costura. Nunca tinha pegado numa máquina pra mim botar uma linha na agulha. Eu costurava na mão, alguma coisa, fazia alguns consertos. Era um sonho muito grande. Hoje, eu me considero uma profissional. Já fui chamada várias vezes pro SENAI, pra trabalhar, pra dar aula lá. [...] Ah! Eu acho que é uma renovação. Eu renasci de novo pra vida. Antes, eu não tinha expectativa, não tinha esperança. Hoje, não. Há muito tempo que eu já vejo que eu posso mudar minha vida. Eu mudei a minha vida e posso mudar a vida de outras pessoas, ajudando da mesma forma como também fui ajudada. [...] Existe um respeito muito grande, existem os critérios também. Não é uma coisa de você só faz o que você quer, na hora que quer, não. Mas isso é uma coisa compartilhada, é pensado junto. Não é eu que decido só as coisas. Nós decidimos juntas. Todo mundo tem opinião, tem seus direitos, tem seus deveres. (Depoimento de liderança da Coopsol)

Eu era dona-de-casa. Antes, eu era dona-de-casa e costureira. Só vivia dentro de casa trabalhando na costura. [...] Ai, fui largando a costura, o individual. E os meus conhecimentos eu fui levando para o grupo. Passei a produzir junto com as mulheres. Na época, eram só seis. A gente foi ampliando. Eu dei a ideia de a gente fazer um curso de capacitação, pra poder ter um número maior de mulheres. E, com isso, a gente foi... É tanto que, hoje, tem mulheres que... elas aprenderam lá, e elas tiram o sustento, uma grande parte da ajuda de casa. Foi através da capacitação. [...] Tudo é bem controladinho. Nós temos uma pessoa encarregada do estoque, tem a pessoa do artesanato, nós temos a tesoureira, nós temos a coordenadora de produção, temos a pessoa que toma de conta do estoque e a do artesanato. Então, é uma coordenação formada por cinco pessoas. Isso aí ficou ótimo porque e a gente vai juntando. [...] Pra mim, eu tenho ele, assim, como lição. [...] Porque, no início, era um grupo assim fragilizado. [...] E, hoje, pra mim, ele significa muita coisa. Eu digo que o Soliarte, pra mim, o grupo Soliarte, mesmo a marca foi criada por nós. Eu sou uma das fundadoras. Então, a gente criou junto. Isso, pra nós, tem um significado muito grande. Pra mim, então, é uma coisa que deu certo. A gente apostou, a gente queria muito. Era um sonho de a gente ter uma marca e tudo. E, hoje, nós temos. (Depoimento de liderança da Rede Estrela de Iracema)

Pela participação efetiva, esse modelo de organização para o trabalho é apresentado como democrático e inclusivo (TZONI, 2007), visto que envolve pessoas que em outra realidade teriam dificuldade ou impossibilidade de se inserir em uma atividade produtiva e chama todos à responsabilidade de coautores da nova realidade que estão construindo.

No entanto, participar, usar de suas capacidades, exercer o poder de influir, em parte, nos rumos de um grupo e ser corresponsável por uma realidade em construção, não significam, por si só, estar vivendo uma democracia integral ou uma cidadania plena. Tudo isso precisa ser contextualizado em uma ambiência de fronteiras bem mais amplas, pois a realidade, o sistema político e os direitos não se restringem à comunidade.

Conquista de participação e reconhecimento de direitos são experiências vivenciadas na economia solidária, porém não se pode fazer uma avaliação ingênua e ter

[...] uma visão simplificada do que seria a comunidade (sempre homogênea, estática e harmônica) e das pessoas que nela convivem (sempre compartilhando valores, interesses e necessidades comuns) (MILANI, 2005, p. 20).

O exercício de participação faz aflorar as diferenças, as divergências, os conflitos, e abre possibilidades à argumentação, à negociação e à persuasão, mas também a desgastes. Assim, é preciso que o movimento, que os grupos cuidem dos direitos e da participação, para que se deem no maior nível de consciência cidadã.

1.2 Capitalismo e Economia Solidária

Resgatando um pouco da história, Dobb (1987, p. 261), sobre o período pré-industrial, fala que “nos velhos tempos, a produção era essencialmente uma atividade humana, em geral individual em seu caráter, no sentido de que o produtor trabalhava em seu próprio tempo e à sua própria maneira.”

Com a revolução industrial, as fábricas vieram imprimir um outro estilo e ritmo à produção. Agora, não era o trabalhador que definia seu tempo e maneira de trabalhar e sim as máquinas, o processo de produção, o industrial. O capital se sobrepunha, então, ao trabalho. Como também cita o autor sobre a transição do trabalho artesão para o fabril,

Uma outra característica foi a necessidade crescente no sentido de que as atividades do produtor humano se conformassem aos ritmos e movimentos do processo mecânico: uma mudança técnica de equilíbrio que teve seu reflexo sócio-econômico na crescente dependência do trabalho em relação ao

capital e no papel cada vez mais desempenhado pelo capitalista como força disciplinadora e coatora do produtor humano em suas operações detalhadas. (DOBB, 1987, p. 261).

Assim, além de definir o ritmo e o processo de trabalho o capitalismo industrial interferiu também no local e, especialmente, no ganho dos trabalhadores. Para o capitalismo, a maior remuneração tem que ser para o capital e seus representantes ou seus detentores. Quanto mais se mecanizam e automatizam tarefas, mais trabalhadores ficam desempregados, maior a oferta de mão de obra e menor o seu valor no mercado de trabalho. Isso, tanto era realidade no início do capitalismo, quanto o é em nossos dias. A esse respeito Dobb (1987, p. 276) cita ainda sobre a época da Revolução Industrial,

Deve-se ter sempre em mente, é claro, que, ao falarem de abundância em ligação com a oferta, tanto os economistas quanto os capitães da indústria pensavam não só na quantidade, mas também no preço; e que desejavam uma oferta não só suficiente para preencher um dado número de empregos disponíveis, mas em superabundância bastante para fazer os trabalhadores concorrerem impiedosamente entre si pelo emprego, de modo a restringir o preço dessa mercadoria, não o deixando subir com o aumento da demanda.

Como foi afirmado neste trabalho, anteriormente, isso não foi privilégio do início do capitalismo, também não se deu somente na Europa, ou nos países centrais. Essa desvalorização da força, do esforço e da capacidade do trabalho humano, em favor de maiores ganhos do capital e conseqüente maior acumulação para o capitalista, se reproduz nos dias atuais, com a constante massa de trabalhadores mantida em situação de desemprego ou subemprego, em função de redução de estrutura e de custos e de maior eficiência das empresas, traduzidas em grande rotatividade, terceirização e informalidade dos trabalhadores, conforme ressalta Tavares (2000, p. 145-146) em sua análise sobre a luta de classes no capitalismo brasileiro

[...] os trabalhadores, como classe incluída e submetida ao modo de produção capitalista, são apenas uma parte da população economicamente ativa. Uma parcela muito numerosa da população é excluída de forma permanente do chamado mercado de trabalho e empurrada para relações sociais que podem continuar mercantis, mas não são especificamente capitalistas, alcançando inclusive a marginalidade completa.

Retratando especialmente a realidade Brasil de capitalismo, de subdesenvolvimento, dominação e luta de classes, Tavares (2000, *Ibid.*, p. 135) cita também que No ensaio “Brasil: da República oligárquica ao Estado militar”, Furtado afirma logo no início que “a miséria de

grande parte da população não encontra outra explicação que a resistência das classes dominantes a toda mudança capaz de pôr em risco seus privilégios”.

Esse fenômeno global e também contemporâneo é citado por Gaiger (2004, p.329), explicando que as mudanças técnicas e organizacionais decorrentes dos avanços da tecnologia da informação e comunicação, da biotecnologia e da robótica têm acarretado profundas transformações na sociedade industrial, com impacto no desnível na relação entre trabalhadores e empregos. O autor afirma, ainda que

A humanidade assiste a um formidável desenvolvimento da ciência e da tecnologia – particularmente da informação e da comunicação – e, ao mesmo tempo, a um enorme desperdício de recursos materiais e de força de trabalho (mesmo aquela considerada altamente qualificada) deslocada em virtude da automação que atinge os ‘postos de trabalho’”.

Falando também acerca da desvalorização do trabalho frente às novas tecnologias e mudanças organizacionais, Arruda (2000, p.121) afirma que “a crise do trabalho assalariado emerge da intensa substituição do trabalho humano por máquinas ‘inteligentes’, originadas da revolução cibernética, assim como das transformações organizativas da produção que ela acarreta”.

Frente a essa realidade de dominação, desvalorização, e exclusão, desde os primórdios do capitalismo, os trabalhadores precisavam construir uma alternativa que, no mínimo, reduzisse esses efeitos da relação capital x trabalho, que criasse espaço para incluir mais trabalhadores que se encontravam à margem das oportunidades do mercado de trabalho.

Assim é, que segundo Singer (2002), a economia solidária nasce no século XIX, pouco depois do capitalismo industrial, como reação da classe trabalhadora aos capitalistas e, nesse sentido, são as próprias contradições do capitalismo que favorecem as condições necessárias para o florescimento de teorias associativas e práticas cooperativistas.

O autor acredita na Economia Solidária não só como uma mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar todos os trabalhadores na economia, mas como uma “alternativa superior ao capitalismo”. Ele idealiza, afirmando que

A questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção *intersticial*, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma *geral* de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal. O que implica que os

empreendimentos solidários, que hoje se encontram dispersos territorial e setorialmente, cada um competindo sozinho nos mercados em que vende e nos que compra, teriam que se agregar num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos os que a desejassem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente.

A economia solidária teria que gerar sua própria dinâmica em vez de depender das contradições do modo dominante de produção para lhe abrir caminho. (SINGER, p.116).

Vários outros autores podem ser citados como tendo semelhante visão dualista entre capitalismo e economia solidária, apontando esta última como a grande alternativa para os trabalhadores à margem da economia. Abaixo, são apresentados alguns exemplos.

Apresentando a Economia Solidária como alternativa à lógica do capitalismo, Oliveira (2007, p. 31) afirma que

[...] há outra via em experimentação para a ruptura com a ditadura do capital [...] buscando viabilizar outro tipo de sociabilidade, em que a economia esteja a serviço das necessidades reais das pessoas e da construção de relações integralmente humanas [...] portanto, uma economia sob controle social, que tem na solidariedade seu valor ético fundamental [...]

Nesta mesma linha, Braga (2004) cita a experiência do Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza-Ceará, como o grande marco de um novo tempo que sedimenta a lógica das relações solidárias em contraposição à lógica capitalista.

Mance (2003, p.78) aponta como meta principal da Rede de Economia Solidária produzir tudo que seus integrantes consomem do mercado “porque, quando uma rede compra produtos do mercado, os recursos escapam e vão desaguar na acumulação capitalista.”

Dessa forma, foi idealizada e funciona a moeda social do Banco Palmas, segundo uma representante do Banco entrevistada para esta pesquisa:

A grande vantagem da moeda social é que ela circula na comunidade. Então, isso te dá possibilidade de gerar trabalho e renda localmente em uma dimensão, muitas vezes, maior que o próprio real. Porque a facilidade que o real tem de sair da comunidade é muito grande. Os palmás não. Se eu coloco trinta mil reais em circulação, rapidamente ele sai da comunidade. Mas, se eu coloco trinta mil palmás, ele fica circulando ali dentro.

Para além da polarização entre capitalismo e economia solidária, pode-se pensar como é possível acontecer essa relação com espaço para as duas frentes, sabendo que o capital e sua intrínseca competição não vão ceder passagem gratuitamente para os trabalhadores e suas

relações de trabalho solidárias. Esses trabalhadores, em suas organizações, podem vir a conquistar seu lugar, sem ceder à mesma lógica dos capitalistas, mas também sem querer se impor a ela.

Lechat (Op. cit., p.50) afirma que a economia solidária está à margem do mercado capitalista, “mas não sem troca com este já que os saberes ou as matérias primas usadas para produzir um bem ou prestar um serviço, na maioria das vezes, foram adquiridos no seu seio.”

Em situações concretas, Gonçalves (2008, p. 2-3), a partir do estudo etnográfico de experiências contemporâneas de economia solidária e dos múltiplos sentidos que adquirem a depender da realidade, da formação e da cultura do grupo, verificou que não basta se identificar como iniciativa de economia solidária, para estar se contrapondo à economia capitalista, na verdade

Os empreendimentos traçaram trajetórias específicas, constituíram identidades particulares e se defrontam com limitações similares. Portanto, há diferenças e especificidades entre os empreendimentos e ao mesmo tempo, similaridades. Ao longo desse percurso, alguns empreendimentos teceram em suas relações sociais teias sólidas de reciprocidade, enquanto outros não conseguiram construir laços sociais sólidos e coesos e fundamentados em relações simétricas, para transcender o individualismo exacerbado, o auto-interesse e o clientelismo político. Alguns empreendimentos construíram a sua viabilidade econômica adotando uma racionalidade empresarial capitalista, embora falem em nome da economia solidária.

Tauile (2002, p.107), por sua vez, analisa iniciativas de economia solidária como alternativas viáveis de organização social da produção, diante de efeitos deletérios do neoliberalismo, porém faz o seguinte questionamento:

[...] admitindo como um dado de realidade a existência dos mercados, providos essencialmente pela lógica capitalista de produção, não são absolutamente claros os caminhos para o possível sucesso em empreendimentos não guiados por esta lógica.

Para tornar essas iniciativas mais eficazes, o autor sugere operação em rede, para obter ganhos operacionais, para desenvolverem atividades que se complementem, propõe também a adoção de selo que identifique a produção sob o sistema de autogestão, aponta para a necessidade de desenvolver elementos que facilitem a comunicação entre os componentes, educação e cultura para que as ferramentas de gestão e de comunicação sejam bem manuseadas pelos trabalhadores, mecanismos eficientes de crédito para fugir à lógica fria e

insensível do mercado financeiro, criação de um banco de ideias para gerir propostas sobre produtos, processos, gestão e relacionamento na rede, dentre outras sugestões que viabilizem as iniciativas no longo prazo.

1.3 Economia Solidária no Brasil

Enfrentando convergências e divergências de visões, de denominações, de sentidos, de formas de organização, a economia solidária vem crescendo e se firmando no Brasil, numa história que se inicia na década de 1980, a partir da reação dos movimentos sociais urbanos e do campo aos impactos de políticas macroeconômicas de corte neoliberal no mundo do trabalho e no universo sindical.

Singer (2005) atribui seu surgimento a uma provável resposta à crise dos anos de 81 a 83 do século passado, quando muitas indústrias pedem concordata ou entram em falência, processo esse que teve continuidade inclusive na década de 1990. Vivenciando a realidade dos trabalhadores nessa conjuntura, parte do movimento sindical percebe a necessidade de adotar uma outra postura além da defesa de direitos trabalhistas. No primeiro momento, o sindicato que se destacou com essa nova visão foi o dos Químicos de São Paulo, através de sua Secretaria de Formação. Posteriormente, o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos apoia, com seus quadros e com literatura, a transformação de empresas em vias de falir em uma empresa a ser administrada pelos próprios empregados.

O autor cita várias empresas que passaram por esse processo de crise e que se tornaram autogestionárias, como por exemplo: fábrica de fogões Wallig (RS), Tecelagem Parahyba (PE e SP), fábrica de sapatos Makerly (SP), Facit, Hidro-Phoenix, dentre outras. Com essas experiências, em 1994, foi realizado em São Paulo o 1º Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, no qual foi decidido criar a ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária, com o objetivo de ajudar a luta dos trabalhadores pela preservação dos seus postos de trabalho e pelo fim de sua subordinação ao capital e também para assessorar novas empresas solidárias. A partir de 2000, a ANTEAG passou a ser contratada inclusive por governos estaduais e municipais que apoiavam as iniciativas da economia solidária.

Essa nova realidade que envolveu ações de sindicatos, não foi logo aceita pela totalidade dos sindicalistas. Sobre essa questão, Singer (Ibid., p. 124) cita duas formas de

resistência ao apoio a cooperativas autogestionárias. Uma delas foi a comparação feita entre essas cooperativas e as empresas que atuavam como pseudocooperativas, terceirizando mão de obra de uma forma que se isentassem de cumprir direitos trabalhistas. O autor continua explicando que

Surgiu, no entanto, uma outra oposição à economia solidária, de natureza ideológica, que apontava a necessidade de reforçar o trabalho assalariado por ser a base social dos sindicatos e porque só a classe operária assalariada teria por missão histórica derrubar o capitalismo e instaurar o socialismo. As cooperativas eliminariam o caráter de classe dos trabalhadores, tornando-os patrões e operários ao mesmo tempo.

Porém, a discussão sobre a economia solidária avançou, fato que podemos constatar na linha do tempo apresentada por Singer, que relata a criação, em 1999, da UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo, associação ligada ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, com objetivos semelhantes à ANTEAG, bem como a criação da ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário, a partir de discussões sobre a política da CUT para a economia solidária, feitas por um grupo de trabalho instituído pela executiva nacional daquela Central.

Ainda sobre a ADS, Gonçalves (Op. cit., p. 50) comenta relato do coordenador da UNITRABALHO no Ceará, que inclui a criação da Agência entre uma das estratégias do sindicalismo brasileiro “como uma forma de recuperar legitimidade, de refletir sobre seu papel na sociedade e junto aos trabalhadores, principalmente junto aos desempregados e excluídos do mercado de trabalho formal”.

Nessa fase inicial, enquanto na área urbana, predominantemente no sul e sudeste do Brasil, a economia solidária se faz a partir da autogestão de empresas falidas, no campo ela se dá por obra do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que, a partir de 1986, começa a discutir a organização dos assentados, no *I Encontro Nacional dos Assentados*. Quanto a essas discussões, Singer comenta que, apesar de algumas resistências, evoluíram “a favor do cooperativismo, em termos que hoje diríamos serem os da economia solidária.” (Ibid., p.103). O autor também informa que houve outro estímulo à multiplicação de associações nos assentamentos rurais, no período de 85-89, pelos órgãos governamentais de extensão rural, especialmente pela EMATER.

Singer ressalta que o modelo de trabalho no campo brasileiro é autônomo e individualizado. Isso fez com que propostas do MST e de outras instituições de agregar esses

trabalhadores para atividades associadas ou cooperativadas tivessem várias resistências; isso fez também com que o movimento procurasse dar aos assentamentos uma estruturação democrática, de forma que a economia solidária pudesse avançar e passasse a ser percebida como uma forma menos arriscada de trabalhar, do que numa atividade isolada. Sobre essa postura, ele transcreve parte de documento da CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil:

Para o MST o que importa é que todos os assentados participem de uma experiência de cooperação, rompendo assim com o isolamento. Pois a cooperação tem como objetivo principal o desenvolvimento da produção. Ela visa contribuir com o avanço da organização da produção em vista da melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. Uns podem apenas trocar dias de serviço. Outros podem comercializar em conjunto. Outros podem ter uma associação de máquinas. Outros podem ter alguma linha de produção em comum. Outros podem estar em grupos coletivos, Outros podem estar ligados a uma cooperativa. Outros estão em uma cooperativa totalmente coletiva. (CONCRAB, 1998, p. 50 *apud* SINGER, 2005, p. 106).

Nesse recorte histórico da economia solidária no Brasil, Singer descreve ainda a autogestão, como arma na luta contra a pobreza, nas ações da Cáritas Brasileira, da ACCMV – Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida e das ITCP – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Sobre as ações da Cáritas, Singer recorre a Bertucci (1996), que distingue três momentos da instituição com ênfases diferentes, sendo a primeira ênfase no assistencialismo, com início em 1956, depois a ênfase promocional, que, em vez de dar o peixe, ensina a pescar, a partir de 1966 e, posteriormente, a ênfase na solidariedade libertadora, que optou por apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), desde 1984.

Agora valemo-nos de outro trabalho de Bertucci (2003, p. 81) que trata da trajetória da Cáritas, desde as alternativas de sobrevivência até a economia solidária, em que ele explica que os PACs são parte de um contexto maior, dizendo:

Os PACs não são uma iniciativa exclusiva da Cáritas e nem da ação social da Igreja. Eles fazem parte de um contexto mais amplo de reorganização da sociedade no início da década de 1980, na luta contra o regime militar, quando se fortaleceram os movimentos populares como alternativas organizativas, valorizando os espaços da vida cotidiana e da política. Esse período foi marcado pela recessão econômica acompanhada de inflação descontrolada que repercutiram diretamente no mercado de trabalho, aumentando o número de trabalhadores sem contrato de trabalho e dos trabalhadores por conta própria. É nesse contexto que surgiram alternativas socioeconômicas de produção, consumo, saúde, etc. O apoio e disseminação

destas iniciativas foram conduzidos principalmente por entidades não-governamentais, contando com a orientação e o apoio de diversas entidades internacionais de cooperação.

A Cáritas Brasileira, através de seus escritórios regionais e entidades diocesanas, apoiava espontaneamente iniciativas sociais e econômicas, sobretudo para a viabilização de projetos de subsistência, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida, através do financiamento de pequenos projetos e de ajuda mútua dos grupos comunitários. O caráter alternativo dos PACs dizia respeito principalmente a sua intenção organizativa e libertadora.

À ACCMV – Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, Singer atribui forte aceleração ao desenvolvimento de experiências de economia solidária, quando, em 1994, houve uma mudança de tática dessa ação, que, em vez de apenas distribuir alimentos, passou também a fomentar a geração de trabalho e renda.

As ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – são consideradas por Singer (2005, p. 122-124) um passo para padronizar a ajuda da elite científica e educacional do Brasil, em seu engajamento na construção da economia solidária. Apresentando um histórico, o autor informa que

A primeira ITCP foi criada, em 1995, na Coppe/UFRJ, o centro de pós-graduação em engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mediante convênio da Coppe com a FINEP e a Fundação Banco do Brasil, sendo as duas últimas financiadoras da nova entidade. [...] A partir de 1996, ela iniciou a formação de cooperativas na Baixada Fluminense e nas favelas cariocas.

A Incubadora de Cooperativas Populares veio preencher uma lacuna vital no processo de formação de cooperativas e grupos de produção associada, iniciada pela Cáritas e expandida pela ACCMV: a de prestar assessoria contínua aos empreendimentos solidários, divulgando os princípios do cooperativismo entre grupos interessados, ajudando-os a organizarem atividades produtivas ou de prestação de serviços, a apurarem as técnicas empregadas, a legalizarem as cooperativas, a buscarem mercados e financiamento etc. [...]

Uma vez reconhecido o sucesso da ITCP do Rio de Janeiro, as entidades patrocinadoras – FINEP, Coep (Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida), a Fundação Banco do Brasil e a Coppe – resolvem ampliar o número de incubadoras em universidades, lançando em 1998, o Proninc (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas). [...] Naquele momento já estava formada uma incubadora na Universidade Federal do Ceará [...]

A rede de incubadoras, formada em 1999, decide aceitar o convite da Fundação Unitrabalho de se integrar a ela como um dos seus programas permanentes. À Unitrabalho estão filiadas mais de 80 universidades de todo o Brasil, sendo sua finalidade colocar os serviços das universidades à disposição dos trabalhadores e suas organizações de classe.

Após esses acontecimentos das décadas de 1980 e 1990, Barbosa (2007, p. 22-23) mostra fatos importantes do início dos anos 2000, quando o interesse pelo tema da economia solidária ampliou-se, “principalmente por parte de governos regionais de esquerda que apoiaram e fomentaram iniciativas econômicas dessa natureza”. No governo federal, a autora aponta como forte apoio, que ganha estatuto de política pública federal, a criação da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, em junho de 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Sobre essa estrutura, avalia que “a criação da Senaes aponta formalmente para a reconceituação da informalidade, como novo aparato institucional de investimentos públicos na área e interface com a sociedade sobre o fomento do trabalho em unidades coletivas autogestionárias.”

Da mesma época, a pesquisadora ressalta também a criação do FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária, no âmbito da sociedade, articulando experiências no território nacional e representando-as junto aos governos e em fóruns internacionais.

Também no início da década de 2000, é necessário citar evento de alta relevância na construção e visibilidade da economia solidária, não só no Brasil, mas com repercussão internacional – o I Fórum Social Mundial – realizado no período de 25 a 30 de janeiro de 2001, em Porto Alegre – RS. Como ressalta Lechat (Op.cit., p. 54)

Uma seção sobre a estruturação do campo da economia solidária deve obrigatoriamente tratar do Fórum Social Mundial, pois se este poderia ser considerado o lugar de junção e encontro supranacional dos mediadores e agentes de uma economia solidária mundial [...] de fato, foi este evento que permitiu pela primeira vez reuni-los nacionalmente. É no primeiro Fórum Social Mundial que nasceu o GT brasileiro de Economia Solidária, embrião do Fórum Nacional e parceiro da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Em publicação da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (2008, p. 13-25), encontramos outros registros que dizem respeito à história da economia solidária no Brasil. Um desses fatos foi a criação, em agosto de 2003, da própria Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, com o propósito de

[...] ampliar cada vez mais a construção de ferramentas adequadas dentro do Estado brasileiro, para o fomento e o desenvolvimento da economia solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e a participação social do segmento nas decisões em torno das políticas públicas. (*Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária*, 2008).

Na sequência, a mesma publicação cita realizações do ano de 2006, que foram a I Conferência Nacional de Economia Solidária, que mobilizou mais de 17 mil pessoas em todo

o Brasil e a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária, órgão colegiado integrante do MTE, “de natureza consultiva e propositiva, cuja finalidade é realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária”.

Concluindo este breve panorama do movimento da economia solidária no Brasil, apresentam-se, abaixo, dados coletados nesta pesquisa, junto a participante da coordenação da RCSES, sobre alguns acontecimentos no Ceará: em 2000, criação do Fórum Cearense de Socioeconomia Solidária; em 2001, o Fórum Cearense de Socioeconomia Solidária passa a ser Rede Cearense de Socioeconomia Solidária – RCSES e realização, em novembro do mesmo ano, do I Feirão de Economia Solidária e Agricultura Familiar; em 2002, realização do II Encontro Brasileiro de Cultura, em Fortaleza; em 2003, realização o II Feirão de Economia Solidária, Agricultura Familiar e Reforma Agrária; em 2005, elaboração do Projeto Feiras Solidárias, a partir da reflexão do GT de Cadeias Produtivas e realização do I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária e realização do III Feirão de Socioeconomia Solidária, Agricultura Familiar e Reforma Agrária; em 2006, aprovação pela Prefeitura Municipal de Fortaleza do Projeto Feiras Solidárias e realização do IV Feirão de Economia Solidária; em 2007, realização do Seminário Construindo a Política Pública de Apoio a Economia Solidária no Ceará, pelo Governo do Estado e RCSES e realização do V Feirão de Economia Solidária, Agricultura Familiar e Reforma Agrária; em 2009, aprovação da Lei Municipal de Economia Solidária.

CAPÍTULO 2

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM FORTALEZA-CE

Este capítulo aborda discussão sobre políticas públicas de economia solidária, apresentando uma rápida visão do que existe dessas políticas em âmbito nacional e estadual focando, mais especificamente, na Prefeitura Municipal de Fortaleza, recorte desta pesquisa.

Para discorrer sobre políticas públicas, recorro a definição apresentada por Marques Neto (2003, apud Sabóia, 2007, p.67):

As políticas públicas são aquelas oriundas da combinação das políticas de Estado e políticas de governo. As políticas de Estado são aquelas dotadas de maior estabilidade, de alcance mais amplo, e definidas em Lei, numa interação dos poderes Executivo e Legislativo. Representam a visão macro, e os objetivos que o Estado tem para um determinado setor, em um dado contexto histórico. A sua alteração pressupõe alterações constitucionais ou legais. Por sua vez, as políticas de governo configuram-se como sendo a visão e os objetivos que o governo vigente tem para um determinado setor. É mais instável, porque passa por um ciclo de definição e redefinição conforme as alternâncias do poder político, próprias de um regime democrático, e é condicionada pela política de Estado. A combinação dessas regras amplas (políticas de Estado) com as regras definidas pelo poder político vigente (políticas de governo) para um dado setor constituem as políticas públicas setoriais.

Especificamente, a discussão sobre políticas públicas de economia solidária vem recebendo maior ênfase, no cenário brasileiro, a partir de fóruns de debates sobre o tema, bem como da instituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE –, e da criação do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES, duas instituições que foram formalizadas em junho de 2003. Fiege (2005, p. 118), por exemplo, avalia que essa ampliação do debate dos rumos do movimento da economia solidária e a própria criação do CNES asseguram “cada vez mais o caráter de uma política pública que veio para ficar e provocar mudanças de rumo no desenvolvimento do Brasil”.

No Encontro de Formação de Gestores em Políticas Públicas de Economia Solidária, em dezembro de 2008, evento realizado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, do Governo do Estado e pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, percebe-se na iniciativa e na participação, o cuidado em aproximar ações dos políticos de nível federal, estadual e municipal para fortalecer a proposta da economia solidária,

entretanto, observa-se a carência de uma maior firmeza dessas políticas públicas, uma vez que o marco legal nacional ainda se encontra em discussão no Congresso Nacional.

Sobre esse aspecto da legalidade, é necessário observar que a lei por si só não consolida as políticas, porém imprime-lhes regras essenciais para torná-las mais respeitadas e mais fortalecidas e institucionalizadas. Convém atentar para a seguinte afirmação, constante na cartilha do CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (2010, p. 34-35):

Claro que leis não resolvem tudo, mas a sua existência garante a base legal para a luta por nossos direitos. Portanto, a luta pelo reconhecimento da Economia Solidária no Estado Brasileiro passa pela luta pela alteração de leis e artigos constitucionais, e se dá em quatro níveis: direitos; organização da política; apoio e fomento; e formalização e benefícios tributários

Esses aspectos são, de uma maneira ou de outra, apontados em vários estudos como essenciais à consolidação da política de economia solidária, de forma a viabilizar e permitir durabilidade às suas iniciativas. Assim, resgata-se publicação da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (Op. cit., p. 91), em que é reconhecido que existe um acúmulo significativo na identificação da agenda pública para a economia solidária e de suas prioridades, as quais são transcritas a seguir:

- a) uma nova legislação para o trabalho associado e cooperativado próprio dos empreendimentos econômicos solidários, cujos trabalhadores exercem a sua ação com base na autogestão com autonomia de criação;
- b) o reconhecimento de novas formas de organização associativa e cooperativada, que exigem do Estado a mudança nas leis vigentes do cooperativismo, com novos critérios de formalização dos empreendimentos econômicos solidários, que contemplem, inclusive, a complexidade que se apresenta nos vários níveis de organização – base, redes e complexos cooperativos etc. Neste quesito, os gestores consideram a importância de se ampliar o debate sobre a oportunidade de uma lei orgânica específica para a economia solidária, que haveria também de contemplar o item anterior;
- c) o acesso às políticas de crédito, assistência técnica, formação socioprofissional e desenvolvimento tecnológico, e a melhoria das condições de infra-estrutura para a produção, já amplamente debatidas e legitimadas pela I Conferência Nacional de Economia Solidária (2006);
- d) a descentralização das políticas, que pode fortalecer a base do movimento social da economia solidária, na medida em que o debate em torno das políticas chegará mais perto dos empreendimentos econômicos solidários e os envolverá nas esferas públicas de elaboração e controle social sobre a política pública.

Além desses aspectos legais e outros necessários à construção das próprias políticas, em si, muito importantes também são as relações que se estabelecem nessa construção, bem

como na execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação dessas políticas. Essas relações precisam ser observadas por todos os atores envolvidos, como, por exemplo, pelos participantes dos grupos produtivos ou das empresas autogestionárias, pelos representantes de entidades de apoio ao movimento e pelos gestores públicos. Todos precisam cuidar para fazer valer os princípios da economia solidária.

Observa-se que, com essa preocupação, é criada a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que busca ampliar a discussão sobre a construção e a utilização de ferramentas adequadas no âmbito do próprio Estado, de forma a viabilizar a economia solidária, em seu desenvolvimento e no fortalecimento da sua organização no estímulo à participação social nas decisões em torno das políticas públicas.

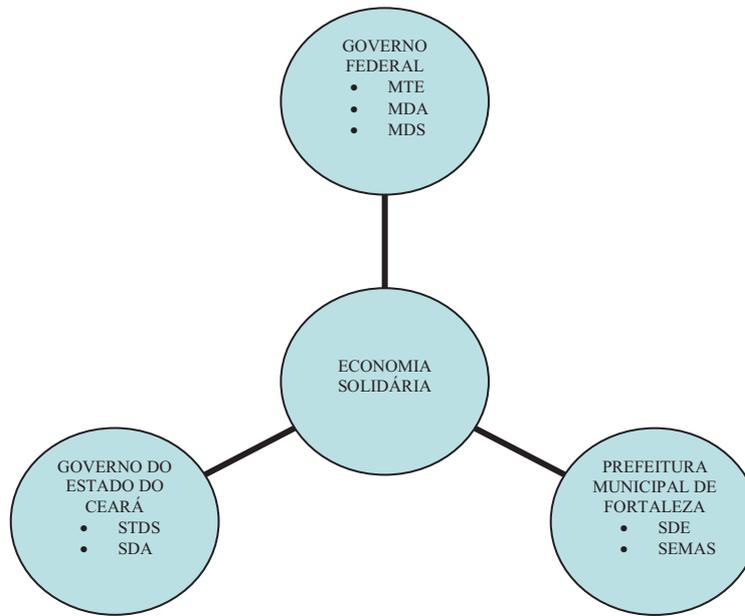
Também com o cuidado que a economia solidária merece, Barbosa (Op. cit., p. 277-281) alerta para a excessiva proximidade entre FBES e SENAES, considerando esta Secretaria como um prolongamento do movimento, afirmando ter havido, em alguns momentos, esvaziamento dos debates do Fórum. A autora reproduz uma fala de representante da ADS/CUT numa reunião, abordando a mesma inquietação:

Temos críticas ao governo em suas ações e não sabemos como nos posicionar. Como nos colocar na Economia Solidária para que ela se fortaleça no governo. Várias ações de governo como a reforma tributária e sindical são insuficientes para o que nós queremos, então temos que retomar a nossa pauta, além da crítica. O que queremos para a política pública da Economia Solidária? A Economia Solidária não nasce do Conselho Nacional, de cima para baixo, política pública nasce da mobilização social. Falta unidade de ação para que outros atores sociais estejam junto conosco, nossa organização é frágil, nossa mobilização depende da Senaes, devemos buscar partidos políticos, centrais e movimentos para nossa mobilização. Nossa luta não é só nossa, conquistamos vários espaços de mobilização, mas para mudar o rumo do país é insuficiente. (FBES, 2005, p. 3, *apud* BARBOSA, 2007, p. 280)

A partir dessa discussão, vê-se que é importante que o movimento se fortaleça, especialmente nessa configuração de redes, de inter-relações, de participação pró-ativa em relação às definições de políticas, porém, é preciso manter posicionamentos definidos, críticos, sem que se confundam os papéis dos atores, sejam eles participantes dos grupos, representantes de entidades de apoio, gestores públicos, ou outros interessados.

2.1 Políticas Públicas de Economia Solidária

Nas esferas federal, estadual e municipal há estrutura formal ou informal, ou programas, ou ações que dizem respeito à economia solidária, mais especificamente nos órgãos expostos no diagrama abaixo.



No Governo Federal, o tema é tratado no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, especificamente na estrutura da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES; no Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, na Secretaria de Desenvolvimento Territorial, que tem, dentre uma de suas competências, o fortalecimento das organizações associativas nos territórios e no Departamento de Financiamento e Proteção da Produção, a quem compete coordenar e implementar ações voltadas ao fortalecimento do cooperativismo de crédito, à expansão do microcrédito e de outros instrumentos da economia solidária voltados aos agricultores familiares; no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, no Departamento de Apoio a Projetos Especiais a quem compete planejar, coordenar e supervisionar a implementação de programas e projetos de desenvolvimento econômico solidário socioterritorial.

Fazendo uma observação sobre a atuação da SENAES em relação à conquista de espaço e instituição de políticas públicas, Lechat (Op. cit., p.60), explica que ela “precisa de um movimento social forte para afirmar sua própria legitimidade.” A autora fala sobre a

realidade da luta dentro do governo federal por conquista de espaço, de reconhecimento, de legitimidade e, conseqüentemente, de verbas para as diversas políticas públicas, e continua sua explicação sobre a SENAES, dizendo que

Para conseguir o reconhecimento político de um novo ator econômico, no caso o trabalhador associado autogestionário, e destinar verbas para o desenvolvimento econômico e social do setor da economia solidária não basta a instalação de uma Secretaria Nacional. Podemos observar como a participação do seu Secretário em comissões de trabalho para a elaboração de novas políticas públicas não é suficiente para a aprovação de medidas favoráveis a esta economia. Por isto, a Secretaria realiza todo o esforço para estruturar o Movimento da Economia Solidária como interlocutor do poder público e para demonstrar estatisticamente seu peso econômico e populacional e sua representatividade em termos de localização geográfica, pois está presente tanto no campo como na cidade e em todos os estados do país. As orientações recebidas para a realização do mapeamento são muito expressivas quanto à necessidade de abranger o máximo possível de empreendimentos como, por exemplo, as associações ainda em fase de formação.

Na esfera estadual, o trabalho da economia solidária se dá na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento do Artesanato e Economia Solidária e mais diretamente na Célula de Economia Solidária. Atenção ao tema também é dada na estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, na Coordenadoria de Crédito e Políticas Afins, no Núcleo de Apoio a Organização, Cooperativismo e Economia Solidária.

Na Prefeitura Municipal de Fortaleza, há trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, através da Coordenação de Inclusão Produtiva que, dentre outras ações, promove atividades de geração de renda também para usuários da Proteção Social Especial (PSE), através da organização produtiva, relações solidárias, comercialização e consumo, consolidando experiências sustentáveis de acordo com os princípios feministas e da economia solidária. Porém, o trabalho mais focado está na Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, especialmente na Célula de Economia Solidária, apesar de esta última ser uma estrutura ainda informal, atuando a partir da Célula de Associativismo e Comercialização. No âmbito da SDE, as ações mais significativas de apoio à Economia Solidária são o Projeto Feiras Solidárias, a Rede Solidária Estrela de Iracema e o Programa Trabalho Comunitário Solidário, sobre as quais é feita uma apresentação a seguir, a partir do que foi coletado na pesquisa.

2.2 Projeto Feiras Solidárias

Sobre o Projeto Feiras Solidárias, há relatos do gestor de economia solidária da SDE, de representante da coordenação da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária e de representante da Associação Santo Dias. Segundo essas informações, antes do projeto, para as atividades de comercialização eram contratadas empresas para montar os eventos. Posteriormente, foi formalizada parceria entre a Prefeitura e a RCSES, com base em projeto elaborado no ano de 2005, pelo Grupo de Trabalho de Comercialização da Rede. Essa parceria viabilizou celebração de convênio, em 2006, entre a Prefeitura e a Associação Santo Dias, a quem foi repassado recurso financeiro para que fossem adquiridos equipamentos e para montar uma equipe de técnicos, permitindo ao próprio movimento de economia solidária a responsabilidade pela realização de feiras de forma mais permanente. A ideia era que houvesse, além da atividade de comercialização, atividades de formação e atividades culturais; tinha uma proposta interessante para que o próprio movimento assumisse a gestão dos recursos, do patrimônio e da forma de organizar os eventos, contribuindo para a sustentabilidade dessa atividade de comercialização.

Ainda de acordo com os relatos obtidos por ocasião das entrevistas, as instituições que compunham a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária pensavam na realização dos eventos de comercialização nos bairros, nas periferias pra fortalecer as experiências, assim fala representante da Associação Santo Dias:

O povo sabia, produzia, mas não comercializava. Não comercializava por quê? Porque não tinha infraestrutura, [...] a gente apoiava mais de discurso, mas digamos no operacional eles não tinham uma barraca, eles não tinham iluminação, eles não tinham, não tinham mesa, [...] espaço eles tinham, eles não tinham condições de comercialização local.

Porém, era um desafio grande, um trabalho a ser feito em vinte e dois bairros de todas as Regionais de Fortaleza, que a Santo Dias não podia assumir como coordenação sozinha. A partir dessa avaliação, foi decidido criar um Conselho Gestor, para ajudar na gestão do Projeto; o Conselho era formado por um representante e um suplente, eleitos por cada regional; reunia-se mensalmente para planejar as ações das feiras e para discutir a operacionalização dos trabalhos.

Outros desafios eram onde guardar a infraestrutura, composta de 200 barracas, 3 palcos e 3 aparelhagens de som; como transportar o material de um bairro para outro;

coordenar as atividades com os espaçamentos entre os repasses de recursos; administrar os desgastes dos técnicos do projeto, da associação que estava à frente do convênio, da Rede que respaldava o convênio, dos produtores e dos próprios representantes da Prefeitura, devido ao atraso no repasse dos recursos; fazer o acompanhamento e monitoramento do que estava no projeto e do que de fato acontecia; dar continuidade ao projeto.

Mesmo com todos os desafios, tanto pela fala de representante da coordenação da RCSES quanto de representante da Associação Santo Dias, a proposta foi elogiável, é até colocada como “um marco na história da economia solidária”. Pelo projeto ter nascido na Rede, por meio do GT de Comercialização; por ter proporcionado acesso a grupos de todas as Regionais de Fortaleza, com critério de que o grupo ou participasse da Rede, ou fosse assistido por instituição participante da Rede; por ter havido envolvimento dos produtores na gestão do projeto, na tomada de decisões através do Conselho Gestor; por ter estimulado a atividade de comercialização, e ter feito uma mobilização a ponto de a experiência dos bairros ter potencializado a participação de produtores no Feirão da Economia Solidária do ano em que aconteceu o projeto – 2006; o fato de, mesmo sem recurso, mas com a infraestrutura que foi descentralizada entre os grupos, ainda hoje haver “algumas feiras que já viraram espaços mesmo da comunidade”.

2.3 Rede Solidária Estrela de Iracema

A Rede Solidária Estrela de Iracema foi apresentada nesta pesquisa pelo gestor de economia solidária da Prefeitura, em primeira entrevista realizada em 24 de abril de 2009. O gestor informou que essa iniciativa foi uma evolução dos trabalhos que vinham sendo feitos pela SDE, no período de 2005 e 2006, como apoio isolado à organização de uma cooperativa, ou de um grupo, ou financiamento de um projeto individual. A Rede começou com cinco grupos, no início de 2008, com investimento mais qualificado na formação profissional das costureiras, com ampliação do “parque de produção que elas tinham, ou seja, equipamos, compramos máquinas industriais, reformamos alguns locais [...] e fizemos um investimento inicial de crédito para capital de giro”. Sobre os grupos, ele afirma que “todos provêm de associações. Agora, dos cinco, só um é cooperativa, que fomos nós que, por meio da incubadora da UFC, incubamos a cooperativa [...] tem três grupos na Regional V e dois na Regional VI”.

Em uma segunda entrevista com o mesmo gestor, em 4 de fevereiro de 2010, a Rede Estrela já havia sido ampliada, contando com 15 grupos, com representantes de todas as Regionais de Fortaleza. No decorrer da entrevista, o entrevistado considera que a Rede Estrela é uma ação, ela “passa a ser parte da estratégia do Programa Trabalho Comunitário Solidário, que aí ampliará em muito as ações da Rede”. Sobre o funcionamento e perspectiva de futuro para a Rede, ele afirma:

Agora, em dezembro, nós constituímos, formalmente, o conselho gestor. Aprovamos o regimento interno e estamos em fase de elaboração da carta de princípios da Rede. Tem todo um processo de comercialização a partir das feiras e do espaço físico no terminal do Siqueira. [...]

E que, inclusive, a ideia é que se tenha uma sede própria. A Rede, com estrutura própria e etc. Pra, de fato, ter uma atuação mais descolada das ações de apoio da prefeitura. A gente continua apoiando, mas a tentativa é de que esta Rede, de fato, se constitua enquanto uma rede econômica, que tem inserção no mercado e que, de fato, os trabalhadores e as trabalhadoras consigam fazer um processo autogestionário.

Questionado se os recursos repassados para a Rede Estrela retornavam para possibilitar apoio a outros grupos, o entrevistado informou que

Não. Porque, na verdade, não é crédito. Na verdade, são serviços. Nós temos desenvolvido convênios e contratos pra contratar serviços para a Rede. Na área de capacitação, mercado, na área de assistência técnica, feiras, realização de feiras. Então, todos os recursos são, na verdade, serviços. Nós apoiamos essas iniciativas por meio de serviços. Não temos, ainda, crédito. Tem uma experiência, mas ainda está, também, no campo dos serviços, que é... Para os nossos empreendimentos, nós temos feito um processo de capacitação profissional, a partir do interesse daquele empreendimento, do que eles pretendem desenvolver. E, ao final dos cursos, nós temos feito uma experiência de fornecer um kit de matéria prima, pra ele iniciar o seu negócio. E, na verdade, eles não recebem, também, em dinheiro, eles recebem em material. Matéria prima, etc.

Em outras entrevistas feitas com representantes de instituições que já desenvolveram parcerias com a Prefeitura, a exemplo da Cáritas, do Banco Palmas, da Associação Santo Dias e de representante da coordenação da RCSES, foi identificado que não há muito conhecimento sobre a formação e o funcionamento da Rede Estrela de Iracema. Quanto aos grupos focados nesta pesquisa, obteve-se informação de que a Dendêsol se inseriu na Rede, após sua ampliação e a Coopsol já ouviu falar da Rede, mas não sabe como fazer para participar.

Entrevistando uma das participantes fundadoras da Rede Estrela, sobre dificuldades de acesso às políticas públicas de economia solidária, ela responde:

Acho que isso já foi mais [...] Mas, hoje, nós já temos vários parceiros, como o BNB, que é um parceiro. O SEBRAE é um parceiro da economia solidária. [...] A UNISOL tá trabalhando num projeto muito amplo com o SEBRAE. [...] E onde é que tinha isso antigamente? Não tinha. Então, hoje, ainda tem as dificuldades, mas ficou bem mais fácil o acesso. Porque nós temos acesso ao crédito através de projetos. Porque, a economia solidária, nós temos uma célula na SDE, onde trabalha o Marcos Arcanjo, e foi de lá que surgiu a Rede Estrela. Por que? Porque os cinco primeiros grupos, eles tinham um projeto com a SDE, com economia solidária. Então, a partir daí, surgiu a Rede Estrela e podemos ampliar, colocar mais grupos. Então, ela já foi muito difícil. [...] Então, ficou mais fácil. Antigamente, era difícil. Hoje em dia, já é bem mais fácil.

Neste caso da Rede Solidária Estrela de Iracema, percebe-se pelas entrevistas, tanto de quem está envolvido neste processo, como de quem está fora do processo, mas participando do movimento da economia solidária, que o planejamento e a execução do mesmo não se deram de forma participativa, como aconteceu com o Projeto Feiras Solidárias.

2.4 Programa Trabalho Comunitário Solidário

O Programa Trabalho Comunitário Solidário, segundo material de divulgação do mesmo, é apresentado como uma estratégia de desenvolvimento de políticas públicas de geração de trabalho e renda, tendo como objetivo o apoio e fomento às práticas de economia solidária no município de Fortaleza, na perspectiva da formação de redes de produção, do consumo sustentável, da comercialização e das finanças solidárias como uma forma de organização econômica e social marcada pelos princípios da autogestão, da cooperação, da solidariedade e da sustentabilidade econômica e ambiental. Suas metas eram: 60 grupos produtivos solidários com o diagnóstico socioeconômico aplicado e os planos de negócios e de trabalho elaborados e implantados; 420 trabalhadores capacitados para o consumo sustentável e 1(um) banco comunitário criado, para viabilizar crédito para o consumo e produção com moeda social.

Esse programa contou com a parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, através da Célula de Economia Solidária, o Instituto Banco Palmas, a Associação Civil Alternativa Terrazul e a Cáritas Brasileira. Sua área prioritária de atuação foi a Secretaria Executiva Regional V (Conjunto José Walter, Mondubim, Genibaú, Conjunto Ceará, Granja Portugal, Bom Jardim, Parque Santana e Planalto Ayrton Sena) e a Secretaria

Executiva Regional VI (Messejana, Jangurussu, Parque Santa Maria, Conjunto Palmeiras, Dendê e Comunidade Rosalina). O público-alvo eram os grupos de produção, de consumo e de comercialização solidária, novos e já existentes, que atuassem na perspectiva da economia solidária.

As ações previstas para serem desenvolvidas eram específicas para cada instituição parceira. À SDE cabiam as seguintes atribuições no processo: elaborar concepções e metodologias; articular políticas de apoio à economia solidária; fortalecer as iniciativas de economia solidária; contribuir na identificação e definição da área de atuação do programa; acompanhar e avaliar as ações previstas no programa; fornecer apoio técnico e financeiro ao programa.

À Cáritas Brasileira cabia o acompanhamento de forma sistemática a 60 grupos produtivos, no período de 12 meses, por intermédio da formação, capacitação e assessoria para implementação dos processos de gestão dos empreendimentos solidários (financeiro-contábil, elaboração de planos de negócios); da animação e fortalecimento da articulação de produtores e consumidores em redes solidárias e da assessoria para captação de crédito solidário.

Era responsabilidade do Instituto Banco Palmas o desenvolvimento de um fundo de crédito solidário, voltado para financiar a produção e o consumo de bens e serviços da economia solidária, tendo como principal objetivo colaborar com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades de baixa renda, estimulando o consumo e a geração de trabalho e renda, através de: crédito produtivo para criação ou ampliação de pequenos negócios de economia solidária; crédito para o consumo, através de uma moeda social circulante, aceita unicamente nas lojas credenciadas pelo projeto.

A Associação Civil Alternativa Terrazul iria definir diretrizes e implementar ações que possibilitassem a construção de pilares para uma prática de consumo e costumes de uma sociedade sustentável, através da capacitação e articulação de grupos interessados em consumir de maneira consciente e responsável. Essa proposta seria desenvolvida mediante: educação para o consumo consciente e direito do consumidor; elaboração de um biomapa (diagnóstico participativo); sensibilização para formação de grupos de consumo; campanhas educativas (consumo consciente e direito do consumidor).

Em relatório disponibilizado pela Cáritas, após entrevista com uma das técnicas da instituição, consta que, para a organização do trabalho, foram realizadas reuniões e oficinas com a SDE e as instituições parceiras, para definir detalhes sobre o programa, seu lançamento, territórios a serem atendidos e foi agendada data para construção do plano de trabalho conjunto e constituição de grupo de trabalho das instituições parceiras, para acompanhamento e socialização dos planos de trabalho.

Posteriormente a isso, foi feita sensibilização e cadastro dos produtores para participarem do programa. Foi realizada uma análise e sistematização dos seguintes mapeamentos já existentes de empreendimentos solidários, na cidade: mapeamento nacional das experiências de economia solidária do estado do Ceará; cadastro de produtores e produtoras acompanhados pela FUNCI; cadastro dos empreendimentos do projeto Feiras Solidárias com a Associação Santo Dias; dados dos empreendimentos apoiados pelo Programa Credjovem; cadastro dos empreendimentos disponibilizado pela SDE.

Junto aos grupos produtivos, também foi aplicado instrumental de cadastro, durante o *V Feirão de Socioeconomia Solidária*, nos dias 07 e 08/12/2007; foi aplicado questionário socioeconômico; foi aplicada metodologia para identificar, na realidade dos grupos, as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças – FOFA.

Com as entidades de apoio aos grupos solidários que compunham a RCSES e que tinham atuação nas Secretarias Executivas Regionais V e VI (territórios definidos para serem atendidos), foram realizadas reuniões, com o propósito de socializar a proposta de trabalho; identificar os grupos que a entidade acompanhava; identificar as demandas destes grupos; encaminhar reuniões com os grupos acompanhados; mobilizar para seminários informativos sobre o projeto; possibilitar parceria no projeto.

No final de janeiro e fevereiro de 2008, foram realizados os seminários para apresentação do Programa Trabalho Comunitário Solidário e sensibilização dos grupos para participarem do mesmo.

Para participar do projeto era exigido ao grupo: ser composto de 3 a 25 pessoas; estar localizado na SER V ou VI; aderir ao termo de compromisso do projeto; participar das ações do projeto, como capacitações, reuniões e consultoria; disponibilizar informações para elaboração do plano de negócio e fornecer informações para cadastro da Cáritas.

Ainda em documentação disponibilizada pela Cáritas, por ocasião da pesquisa, as atividades a serem desenvolvidas por aquela instituição eram: cadastro dos grupos produtivos; reuniões e visitas de acompanhamento aos grupos; capacitações e assessoria para gestão de empreendimentos solidários; elaboração dos planos de negócios solidários; troca de experiência entre os grupos; motivação à participação dos empreendimentos em fóruns, redes e feiras de economia solidária e orientação para o crédito solidário.

Quanto ao cumprimento das atividades previstas, consta também, em um dos relatórios da Cáritas, que 30 grupos produtivos solidários foram acompanhados, nas Regionais I, IV, V e VI; foram realizadas 11 turmas de capacitação em Gestão de Empreendimentos Solidários com 60 horas-aula, além de outras formações sobre Vivência dos Princípios e Valores da EPS, Características Empreendedoras, Estudo e Organização de Mercados Solidários; 1 mapeamento de fundos solidários para empreendimentos em Fortaleza; 3 intercâmbios (Rede de Marcas, Feira Internacional de Economia Solidária e intercâmbio local entre os grupos); registro etnográfico dos empreendimentos; acompanhamento sistemático das ações através de reuniões e visitas para planejamento, monitoramento e avaliação, fomento às práticas de princípios e valores da EPS, assessoria financeira e contábil. Também fizeram parte das atividades realizadas a elaboração dos planos de negócios de cada empreendimento, a orientação para o crédito solidário, a articulação e disponibilização de crédito para implementação ou ampliação das atividades produtivas e aplicação de um instrumental de monitoramento desse crédito.

No diagnóstico socioeconômico, foi identificado como perfil dos grupos atendidos: uma composição média de 8 pessoas, com idade média de 45 anos de idade, sendo a maioria com o ensino fundamental, com uma média de 4 filhos menores, com renda de até 1(um) salário mínimo e tendo como atividades produtivas 30% confecção, 25% artesanato, 15% alimentação e 30% outras atividades.

Como resultados alcançados, a Cáritas aponta:

- 35 entidades articuladas;
- 250 planos de negócios solidários elaborados;
- 1500 pessoas atendidas direta e indiretamente;
- R\$ 60.000,00 de crédito disponibilizado para os empreendimentos;
- fortalecimento de um ponto de comercialização solidária (Bodegama);

- aumento na renda familiar dos grupos produtivos;
- consolidação de uma metodologia de formação e acompanhamento a grupos produtivos solidários na cidade de Fortaleza;
- identificação das principais demandas dos grupos para sua viabilidade econômica;
- indicação pelos grupos de novas estratégias para o trabalho da Cáritas na linha da valorização e promoção da economia popular solidária.

Relatório disponibilizado pela técnica da Terrazul, depois da entrevista, fala sobre o planejamento do Programa Trabalho Comunitário Solidário, realizado em parceria com a SDE e as três instituições parceiras, anteriormente citadas nesta dissertação, afirmando que, durante essa fase do trabalho, foi acordado que a Regional VI seria a área prioritária do programa, citando, ainda, que as instituições procuraram trabalhar de forma integrada nas comunidades beneficiadas. O documento também relata que essa atividade teve como objetivo integrar as quatro instituições parceiras: Banco Palmas, Cáritas, Terrazul e SDE e definir o território a ser trabalhado pelas instituições e as atividades a serem desenvolvidas por cada instituição no projeto.

No relatório da Terrazul consta, em linhas gerais, o papel de cada uma das três instituições parceiras da SDE, registrando que

[...] o Banco Palmas foi o responsável pela moeda solidária do programa, a Cáritas Diocesana de Fortaleza pela capacitação de grupos produtivos e o Terrazul pelo fomento ao consumo sustentável trabalhando assim toda a cadeia produtiva da Sócio Economia Solidária.

A Terrazul também relata sobre o lançamento do Programa Trabalho Comunitário Solidário, realizado na Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI, durante o V Feirão da Socioeconomia Solidária, em final de 2007. Declara, ainda que, em 2008, uma reunião em especial foi realizada na Casa Brasil, no Bairro Granja Portugal, que contou com a participação de diversas entidades, evento esse que teve o intuito de divulgar o programa e convidar as entidades a participar.

Em mesmo documento, é apresentado o *Projeto Fomento ao Consumo Sustentável*, como parte do Programa Trabalho Comunitário Solidário, sendo, aquele, concebido com o objetivo de

[...] através da capacitação e organização de grupos, definir diretrizes e implementar ações que construam práticas de consumo e costumes de sociedades sustentáveis fundamentados numa visão comprometida com a justiça ambiental, equidade social e valores democráticos.

Esse objetivo foi perseguido com trabalho feito através de metodologias como oficinas e encontros sobre consumo consciente, direito do consumidor e elaboração de biomapa, buscando estimular a reflexão e a prática sobre o poder político existente no ato da compra de cada consumidor, discutir e formular estratégias de organização de consumidores e de garantia dos seus direitos, tratar sobre consumo consciente e sustentável e compras coletivas, e elaborar um diagnóstico participativo da realidade local.

Para a preparação desse trabalho, ainda em 2008, aconteceu a capacitação da equipe técnica, tendo como objetivo principal a construção e vivência coletiva, pelos profissionais inseridos no projeto, das metodologias a serem aplicadas posteriormente nos trabalhos com os grupos. A Oficina de Consumo Consciente tinha o objetivo de socializar o Programa Trabalho Comunitário Solidário e o Projeto Fomento ao Consumo Sustentável; a Oficina de Direito do Consumidor tinha o intuito de apresentar a Cartilha sobre Direito do Consumidor, elaborada pelas advogadas sócias da Terrazul, Martha Aguiar Cavalcante e Roberta Braga; a Oficina de Biomapa objetivava preparar a equipe para realizar diagnóstico participativo da realidade local, junto aos grupos.

O Planejamento de Comunicação, outro trabalho realizado pela Terrazul, resultou na produção e confecção de *folder*, *banner*, ficha de cadastro e material didático a ser utilizado pelos facilitadores e participantes do projeto.

No final de 2008, o trabalho começou a ser efetivado junto às comunidades, tendo sido realizadas 14 oficinas por tema, sendo, cada uma delas, desenvolvida em um dos grupos e facilitada por dois técnicos da Terrazul:

- Oficinas de Consumo Sustentável que tiveram duração de 6h30min, com o objetivo sensibilizar os participantes sobre a crise ambiental planetária vivenciada atualmente, refletindo sobre suas causas e consequências ressaltando o papel do consumidor na sua superação.
- Oficinas de Direito do Consumidor, com duração de 3h30min, tendo como objetivo discutir sobre os direitos referentes aos consumidores e suas formas de reivindicações e organizações.

- Oficinas de Biomapa com carga horária de 6h30min, que tiveram o objetivo de construir um minimapa da comunidade na área ambiental, com o foco nos temas: água, lixo, transporte, comércio e serviço e alimentação.

No final de 2009, a Terrazul retomou os trabalhos e em março de 2010, quando aconteceu o repasse da quarta parcela do convênio pela SDE, realizou o I Encontro de Consumidores e Consumidoras Conscientes, com o objetivo de realizar o intercâmbio entre as comunidades, discutir a relação de rede entre elas e pensar estratégia de continuidade desse projeto.

Segundo a Associação Civil Alternativa Terrazul, as metas do Projeto Fomento ao Consumo Sustentável, cumpridas de acordo com o repasse de parcelas do convênio, foram:

- capacitação teórica e prática de 420 consumidores e consumidoras nas quatorze comunidades atingidas pelo projeto através de Oficinas de Consumo Consciente, Direto dos Consumidores e Biomapa;
- realização de um Encontro de Consumidores Conscientes;
- lançamento da Cartilha de Direito do Consumidor;
- fortalecimento da Sócio Economia Solidária.

Através de entrevista de técnica do Banco Palmas, identificou-se, assim como nas falas e relatórios das outras duas instituições parceiras, a realização de uma etapa bem definida e participativa de planejamento, de decisões iniciais de como iria se desenvolver o programa e definição do papel de cada entidade participante, aproveitando as experiências e saberes acumulados e articulação entre eixos fundamentais da economia solidária.

A entrevistada fez referências bem positivas a essa proposta de trabalho integrado, de “juntar três entidades com acúmulos complementares, pra poder fazer alguma coisa junta; uma ideia muito boa, muito interessante.”

No planejamento inicial, ela cita, não estava prevista a criação de um banco, a proposta era desenvolver um fundo de crédito solidário para produção e para consumo, através de uma moeda social, que circulasse entre as lojas credenciadas pelo projeto. A ideia do banco foi sendo amadurecida durante o processo de discussão entre os envolvidos. Assim, também, no início, o programa ia trabalhar em todas as regionais, depois foi percebido que seria uma proposta muito ousada e se deu preferência a fazer numa área menor e ter a

possibilidade de ampliar e incluir outros grupos, outras pessoas. Então foi definida uma proposta de atuação mais especificamente na Regional V.

Um dado considerado importante pela entrevistada foi a formação de um conselho gestor, composto por representantes dos vários bairros a serem atendidos pelo banco comunitário. Nesse processo, foi desenhada coletivamente a moeda, foi escolhido o nome do banco – Rio Sol, porque havia o Rio Maranguapinho que perpassava os bairros. Houve também capacitação das lideranças.

Como resultado desse trabalho, foi efetivamente criado o banco comunitário Rio Sol. Porém, durante o seu funcionamento, houve alguns percalços, como por exemplo, a falta de repasse de verba, conforme previsto no convênio, para o Banco Palmas exercer seu papel no programa, ou seja, dar o suporte necessário à implantação e implementação do banco. Com isso, o Banco Palmas, por muito tempo, assumiu o pagamento dos funcionários do Rio Sol, pra não deixar o banco fechar. Depois, aconteceram outras dificuldades, como um assalto ao banco, houve também problemas para viabilizar pagamento de profissionais de segurança para o banco. Esses transtornos desencadearam outros, como a inadimplência, pois como fala a entrevistada,

“o pessoal ia pagar, chegava lá o banco estava fechado. Você imagina, quem é que vai ficar com o dinheiro na mão esperando... Ai a gente achou melhor, como não tinha recurso de jeito nenhum e a gente já não tinha mais como bancar, acabou que ficou fechado mesmo.”

Ao ser questionada se o Banco Palmas tinha um relatório formalizado, uma avaliação sobre o processo, a técnica do banco respondeu que não, porque o processo ainda não terminou, não foi repassado todo o recurso previsto, então não tem como fechar um relatório sobre isso. Ainda há tratativas com a SDE para retomar o processo, retomar o conselho gestor, reinstalar o banco na Casa Brasil.

Confrontando material de divulgação, relatórios e entrevistas, pode-se perceber que o Programa Trabalho Comunitário Solidário teve um planejamento participativo, porém, a sua execução não aconteceu de forma sincronizada entre as instituições parceiras e ficou carente de acompanhamento e monitoramento da SDE. No próximo capítulo, teceremos outras observações a título de avaliação mais específica desse Programa, inclusive com a visão de sua acessibilidade aos grupos estudados nesta pesquisa.

CAPÍTULO 3

AVALIANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE FORTALEZA FRENTE ÀS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo será apresentada a avaliação dos programas e ações da Prefeitura Municipal de Fortaleza, com ênfase no Programa Trabalho Comunitário Solidário, procurando visualizar a questão do acesso pelos grupos pesquisados, a partir dos dados qualitativos coletados na pesquisa.

Para efeito de avaliação de políticas públicas de economia solidária, esta pesquisa foi focada em programas e ações desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE e, mais especificamente, da Célula de Economia Solidária.

A avaliação, em linhas gerais, objetivou verificar se as políticas públicas municipais de economia solidária se fazem acessíveis a grupos organizados de iniciativa de economia solidária na cidade de Fortaleza, tendo, de forma mais específica, o interesse de, inicialmente, conhecer as políticas públicas de economia solidária disponíveis, na esfera municipal; posteriormente, identificar quais dessas políticas públicas são acessíveis aos grupos estudados; levantar quais as exigências feitas aos grupos estudados, para que tenham acesso a essas políticas públicas; conhecer como se dá o acesso dos grupos estudados às políticas públicas de economia solidária; identificar que características dos grupos estudados são facilitadoras para seu acesso às políticas públicas de economia solidária e quais são obstáculos.

Em busca de atingir o objetivo específico de conhecer as políticas públicas de economia solidária disponíveis, na esfera municipal, foram mantidos alguns contatos com o gestor dessas políticas públicas, o qual concedeu duas entrevistas na sede da própria SDE; foram obtidas mais informações em conversas informais com ele em eventos que tratavam sobre o tema, como também por telefone.

Nesses contatos, especialmente nos eventos, foi possível perceber que esse gestor é uma pessoa que atua bem ativamente na área pela qual é responsável, está muito presente nos acontecimentos do movimento de economia solidária, porém, quanto à formalidade, a célula

da qual é gerente não existia, naquele momento, na estrutura organizacional da SDE. Na realidade, sua atuação se fazia a partir da Célula de Associativismo e Comercialização e contava com o trabalho de apenas quatro servidores. Na última entrevista concedida durante esta pesquisa, em 4 de fevereiro de 2010, falou que na reforma da Secretaria que, à época, tramitava na Câmara estava prevista a criação formal da Célula, o que, para ele, significava que “a economia solidária passa a ter de direito um espaço, com orçamento e tal, da Prefeitura; isso é importante do ponto de vista da institucionalidade”.

Além de ser apresentada à realidade orgânica da economia solidária na PMF, também obtive conhecimento sobre as políticas públicas da área. Por meio das entrevistas com o gestor, observa-se que o que existe são políticas de governo, em seus programas e ações, como o Programa Trabalho Comunitário Solidário, o Projeto Feiras Solidárias e a Rede Solidária Estrela de Iracema. Diz o gestor entrevistado:

“então, essas são as três grandes ações nossas da economia solidária, sendo que o que constitui um programa, não ainda institucionalizado, mas esse caminho que nós estamos fazendo, é o trabalho comunitário solidário, que tem uma forma mais global, que tem uma forma mais integrada de apoio à economia solidária na cidade.”

Quanto aos demais objetivos específicos que dizem respeito à identificação das políticas públicas acessíveis aos grupos estudados, bem como o processo, as exigências que lhes são feitas e as características que facilitam ou dificultam esse acesso, foram pesquisadas tanto junto ao gestor, como junto aos grupos, a uma das lideranças da Rede Solidária Estrela de Iracema e a instituições parceiras da prefeitura.

Há informações repassadas pelas três instituições parceiras da SDE no Programa Trabalho Comunitário Solidário, que dão conta do planejamento conjunto das ações do programa e da valorização das experiências e conhecimentos dessas entidades participantes da RCSES, que pode ser apontado como um aspecto positivo.

Segundo integrante da coordenação da Rede, representante de outra instituição que não participava diretamente do programa, também entrevistado nesta pesquisa, o trabalho suscitou inclusive outras parcerias dentro da RCSES, como, por exemplo, ele cita que

“a partir desse projeto, nós consolidamos uma parceria com a Cáritas, [...] porque toda formação que a Cáritas dá é a mesma que a gente dá, então a gente não tá gastando dinheiro com a mesma coisa, a gente resolveu fazer uma parceria, não é? Onde pudesse otimizar recursos, não é?”

Isso porque a Cáritas, para executar sua missão no programa, buscou envolver as outras instituições que participavam da Rede. Esse aspecto, também pode ser arrolado como um de seus pontos positivos.

Outro aspecto importante do trabalho foi o envolvimento de grupos produtivos que participavam da RCSES. Quando questionada sobre se era exigido ao grupo participar da Rede para receber a capacitação do programa, a técnica da Cáritas Regional afirmou que sim, que “foi um dos critérios de tá um pouco fazendo esse *link* com o movimento da própria economia solidária, que aí, assim, nesse caso, aí é muito interessante quando as políticas públicas podem fazer essa relação, né? Com o próprio movimento”.

Quanto à metodologia do trabalho, pode-se observar pelas falas e relatórios dos representantes das instituições que houve, positivamente, o cuidado com a participação e o aproveitamento dos saberes e experiências dos integrantes dos grupos produtivos e dos técnicos envolvidos; há momentos em que são relatadas também, preocupações com o acompanhamento sistemático do trabalho, com leituras da realidade interna e externa aos grupos, com a participação dos grupos em eventos relacionados à economia solidária.

A participação e o aproveitamento de saberes e experiências são concretizados nos trabalhos desenvolvidos por meio de oficinas pela Cáritas e Terrazul, forma de trabalho essa que favorece o enriquecimento com as trocas, com as reflexões, com as práticas, evitando o simples repasse de conhecimentos. Também o Banco Palmas apresenta esse zelo, quando na sua metodologia de criação do Banco Rio Sol, viabilizou a implantação de um conselho gestor, formado pelos participantes de grupos de cinco bairros envolvidos no programa, gerando um fórum de discussão e tomada de decisões, envolvendo diretamente os interessados.

Na metodologia de trabalho da Cáritas, ainda chama atenção, de forma positiva, o processo que prevê planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização – PMAS junto aos grupos; aliança entre formação, assistência técnica e crédito; e favorecimento de uma autoavaliação dos grupos, a partir de visão interna e externa, identificando as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças – FOFA.

Na forma de desenvolver seu trabalho, a Terrazul inseriu pesquisa de campo, observando o território onde cada grupo estava inserido, para elaborar o biomapa – mini mapa da comunidade na área ambiental – instrumento que visava focar e trabalhar com os grupos as

questões da água, do lixo, do transporte, do comércio e serviço e da alimentação. A instituição trabalhou com cada comunidade em sua realidade e promoveu oportunidade de integração entre elas, por ocasião do Encontro de Consumidores Conscientes, permitindo aos grupos uma visão mais ampliada da realidade.

Alguns pontos, no entanto, foram observados na pesquisa, que indicam distância entre o desenho do programa e sua execução. Como exemplos, pode-se observar a demora entre a concepção do programa e o seu lançamento, irregularidade de tempo entre os repasses de recursos da SDE para as instituições, falta de integração das entidades parceiras após o planejamento e descompasso entre as ações das partes envolvidas na parceria.

A questão da grande distância entre a concepção do programa e seu lançamento pode ser verificada pela assinatura do convênio no ano de 2006, entre a SDE e as instituições parceiras, enquanto que o início do planejamento da operacionalização do programa se deu em novembro de 2007, e a solenidade de lançamento ocorreu em dezembro de 2007, por ocasião do V Feirão de Socioeconomia Solidária.

A demora e descompasso no repasse de recursos podem ser verificados através dos relatórios e entrevistas de técnicos das três instituições que indicam que a Cáritas já obteve os recursos necessários para concluir o trabalho em meados de 2009, com a ida de grupos participantes do programa à feira de economia solidária de Santa Maria-RS.

O relatório da Terrazul, na etapa Desenvolvimento, explicita que houve um momento de planejamento que “teve como objetivo rever o plano de trabalho do projeto devido ao longo período entre a elaboração do projeto e o seu financiamento”. Também a Terrazul teve um período de trabalhos suspensos, no ano de 2009, por falta de repasse de verbas do convênio, pela SDE, tendo concluído as atividades de sua responsabilidade, apenas em março de 2010.

A representante do Banco Palmas, em sua entrevista falou:

“pra você ter uma ideia, esse projeto, quando ele começou, [...] nós tínhamos que fazer um aditivo, porque passou um ano inteiro sem acontecer exatamente nada. A gente tinha aberto conta, a gente tinha feito uma série de despesas pra poder iniciar o projeto e o projeto não iniciou [...] Faz muito tempo que a gente vem arrastando com esse negócio e ainda não concluiu.”

Sobre a falta de integração e descompasso entre as ações das entidades parceiras, a mesma técnica do Palmas explica que

tinham ações conjuntas do pessoal da Cáritas, junto com a gente e junto com o pessoal do Terra Azul. Só que a Cáritas tinha muito mais facilidade pra receber os recursos e ela ia na frente. A gente ficava tentando ver, em alguns casos a gente parou totalmente, mesmo. Teve um momento... Uma coisa é assim: nós vamos começar e fazer uma ação. Está todo mundo empolgado, todo mundo entusiasmado. De repente, você começa a ter esse processo, um está fazendo uma coisa e outro está fazendo outra. Então, veja bem, nenhuma de nós, nenhuma dessas três entidades só desenvolvia o projeto. Porque, também, se desenvolvesse, tinha fechado as portas. Quando começava o processo de descontinuidade... No caso da Cáritas, a Cáritas continuava fazendo seus levantamentos e tudo mais, e a gente tinha muita dificuldade até de manter o banco funcionando. Então, o projeto acabou que ficou assim: a Cáritas conclui sua parte. As oficinas, o recurso que foi pro Terra Azul era pra fazer capacitação e formar uma associação de consumidores, que eu não sei como ficou finalmente essas questões. Talvez, o Marcos Arcanjo tenha uma visão do todo, de tentar juntar esses pedaços todos, mas, pra gente, o processo foi se perdendo. A Cáritas, um dia, fez o seminário que era de devolução, tipo de fechamento do projeto. Mas, assim, pra gente não tinha nenhum significado. Porque a ideia era a gente financiar esses negócios que iam surgir, da capacitação que eles iam fazer, de criar as associações, e a gente financiava. Essa coisa da proposta mais articulada mesmo do projeto, ela acabou se perdendo.

Novamente, entre as três instituições parceiras da SDE, é percebido um desencontro, agora, quanto às áreas da Cidade que foram trabalhadas. No *folder* de divulgação do programa são citadas duas Regionais da cidade de Fortaleza – SER V e SER VI a serem atendidas.

No relatório da Terrazul é citado que “Durante o planejamento foi acordado a Regional VI como a regional prioritária do Programa e as instituições procuraram trabalhar de forma integrada nas comunidades beneficiadas”.

Na entrevista no Banco Palmas foi obtida a informação de que

“inicialmente, o projeto ia trabalhar em todas as Regionais, tinha uma configuração que, depois, quando a gente sentou junto pra ver – até do ponto de vista do impacto, a gente vai fazer uma área grande, não tem como ser, a gente está começando um processo que, se der certo, a gente pode ampliar, incluir outras pessoas, a gente definiu uma área, delimitou uma área mais específica pra atuação. Dentro dessa área, a gente chegou a definição que a gente ia trabalhar um banco comunitário e a proposta de atuação era, mais especificamente, ali na Regional V.”

Um dos relatórios da Cáritas afirma que a instituição trabalhou grupos produtivos solidários nas Secretarias Regionais I, IV, V e VI.

O que se percebe é que faltou integração entre os parceiros e, conseqüentemente, entre as ações que foram disponibilizadas para os grupos, que, ao final, não eram coincidentes entre os trabalhos das três instituições.

Nesse processo, dentre as atribuições da SDE constavam a articulação de políticas de apoio à economia solidária, o acompanhamento e avaliação das ações previstas e o fornecimento de apoio técnico e financeiro ao programa. Para tanto, seria necessário assumir um papel de coordenação, que favorecesse integração entre as instituições durante o planejamento e execução, encadeamento das ações, monitoramento, avaliação e sistematização do que fosse acontecendo, para redirecionamentos, correções de percurso e avanços do programa. Conforme os acontecimentos relatados pelas instituições parceiras, esse papel não foi desenvolvido na íntegra, dificultando conseguir os resultados esperados em termos de articulação, acompanhamento e avaliação das ações; nem mesmo o apoio com os recursos financeiros foi oferecido em sua totalidade.

Após essa visão sobre o Programa Trabalho Comunitário Solidário, repassada por gestor da SDE e representantes de instituições parceiras, verifica-se a seguir, como os grupos organizados na cidade de Fortaleza dialogam com os programas e projetos na esfera municipal com foco na economia solidária.

3.1 O Acesso dos Grupos aos Programas e Ações da Prefeitura Municipal de Fortaleza

Entre os dois grupos pesquisados, verifica-se uma diferença em relação ao acesso às ações de economia solidária desenvolvidas pela prefeitura. A Dendêsol teve participação no Projeto Feiras Solidárias e continua com parte da estrutura de barracas pertencentes ao Projeto, que foram distribuídas ao final do mesmo; participou do Programa Trabalho Comunitário Solidário, tanto na capacitação quanto na tomada de crédito para montagem de uma cozinha; e, mesmo não tendo sido um dos cinco grupos fundadores da Estrela de Iracema, já está participando dessa Rede.

A Coopsol participou de alguns eventos do Projeto Feiras Solidárias, também chegou a participar de capacitação na Cáritas, durante o Programa Trabalho Comunitário Solidário, mas não buscou recursos do crédito disponibilizado pela Cáritas após os cursos. Quanto à Rede Solidária Estrela de Iracema, a Coopsol não participa dessa ação e não tem conhecimento de como poderia participar.

Os dois grupos estudados apresentam algumas características diferentes, que podem interferir, também, no maior ou menor grau de facilidade de acesso às ações de economia solidária disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

A Dendêsol, um dos grupos do estudo de caso, é composto predominantemente de mulheres, localizado na Comunidade do Dendê, no bairro Edson Queiroz, em Fortaleza – CE, contando com um número em torno de 20 associados que trabalham na produção de artesanato e alimentação. É um grupo solidário, cuja experiência teve início no ano 2000, e está formalizada como associação, em que cada participante faz suas atividades, não necessariamente em conjunto, porém mantém reuniões semanais, todas as segundas-feiras, para discussão e avaliação de suas atividades; tem a prática de participar assídua e efetivamente da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária – RCSES, em suas reuniões mensais e nas outras atividades propostas e organizadas pela Rede. Recebe apoio constante do Instituto Florestan Fernandes, desde a sua fundação como grupo, e mantém contato direto com um deputado federal que integra a frente parlamentar nacional de economia solidária, antigo morador da comunidade. O grupo é bem articulado no movimento, sendo sempre informado dos acontecimentos de economia solidária. Seus componentes participam de cursos e eventos em Fortaleza, já participaram de eventos em outros estados e até fora do país. Comercializam sua produção em feiras na comunidade, todas as sextas-feiras e sábados, em um espaço conquistado pelo grupo, junto ao Fórum Clóvis Beviláqua, no próprio bairro; comercializam também na lojinha da Rede Solidária Estrela de Iracema, em feiras e eventos de economia solidária realizadas em Fortaleza, inclusive em outros eventos realizados no Centro de Convenções que fica localizado também no bairro.

A Coopsol situa-se no Grande Jangurussu e trata-se de um grupo organizado em forma de cooperativa, que congrega três subgrupos sediados em três bairros diferentes – Conjunto João Paulo II, Santa Maria e Conjunto Palmeiras. Teve início, como grupo produtivo da economia solidária, também no ano 2000; tem como componentes, em sua grande maioria, mulheres que trabalham na atividade de costura, sendo que um dos subgrupos se caracteriza por confeccionar principalmente moda íntima e moda praia; outro trabalha mais por encomenda, especialmente confeccionando camisetas de malha, uniformes de grupos de capoeira, fardamentos de um colégio com quem têm um contrato e, esporadicamente, confeccionam camisetas e bolsas de tecidos para eventos da UFC, de ONGs e de igrejas; o terceiro subgrupo está, atualmente, trabalhando confecção para uma facção. Quanto ao

funcionamento e organização do grupo, a Coopsol não vem realizando reuniões periódicas; não tem a prática de discussão sobre as questões dos três grupos conjuntamente; não tem participado regularmente de feiras; expõe produtos de um dos grupos na loja da Coopvida, porém não tem regularidade no acompanhamento das vendas realizadas. Já participou da RCSES, mas atualmente tem uma participação esporádica; recebe informações do que acontece por correspondência, por e-mail e por telefone. Para a sua fundação contou com o apoio da Pastoral Operária e de dois padres desse movimento da Igreja Católica; atualmente ainda conta com o apoio da igreja, não na mesma intensidade, mas um dos grupos continua sediado em sala cedida pela paróquia; no momento, conta também com apoio institucional da UNISOL, instituição sediada em São Paulo.

Os recursos das políticas geralmente são escassos. Conforme já referido anteriormente, Arretche (2007) chama a atenção para essa escassez dos recursos públicos frente à população a ser atendida pelos programas sociais. Assim, também afirmam Silva, Yazbek e Giovanni (2007, p. 172-173) que, a partir do final da década de 1980, a prática de acompanhar, monitorar e avaliar programas sociais vem mudando, motivada por dois fatores: “escassez de recursos e exigências da sociedade organizada que vem demandando o controle social dos programas sociais que passaram a ser implementados mais próximos dos usuários, mediante a descentralização desses programas.” Dessa forma, desde a sua concepção, as ações e programas precisam de critérios bem definidos tanto para facilitar seu acompanhamento e avaliação, quanto para ter claros os critérios quanto à participação dos beneficiários, para evitar favoritismos e até desperdício de recursos por falta de condições de um, ou outro, utilizá-los corretamente.

No exemplo prático do Programa Trabalho Comunitário Solidário, no material de divulgação, não eram definidos claramente os critérios de acesso ao mesmo; era descrita a área prioritária de atuação – SER V e SER VI e, de forma bem abrangente, o público-alvo: “grupos de produção, de consumo e de comercialização solidária, novos e já existentes que atuem na perspectiva da economia solidária.

Por sua vez, os critérios adotados pela Cáritas, como executora que iniciava o processo, eram: estar o grupo situado na cidade de Fortaleza; participar da RCSES, ser acompanhado por alguma entidade de apoio; participar dos seminários de apresentação do Programa; ser selecionado a partir de visitas para verificar as condições de o grupo ter aproveitamento e dar continuidade aos resultados. Não eram adotados como critérios nem o tempo de vida, nem a formalização dos grupos. Segundo os relatos do Banco Palmas e da

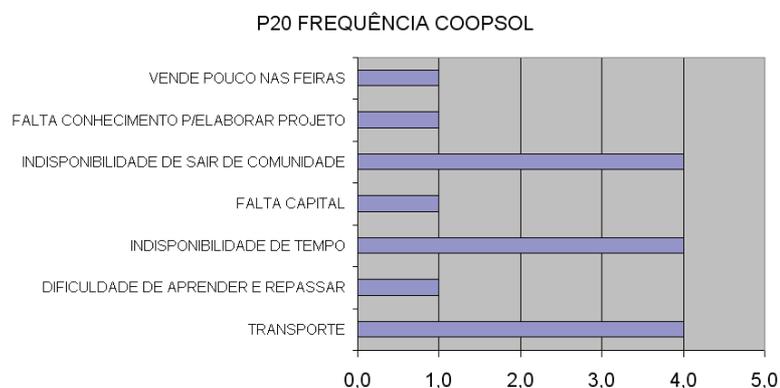
Terrazul, essas duas instituições teriam como critério atender os grupos das Regionais onde estavam desenvolvendo os trabalhos, ou seja, na SER V e SER VI, respectivamente.

Além dos critérios que o poder público e as instituições precisam adotar na perspectiva de obter eficiência e eficácia na utilização dos recursos, que, naturalmente, são limitadores de algumas participações, ainda existem dificuldades inerentes aos próprios grupos para participarem e terem acesso ao que é proposto e oferecido. Como exemplo, podemos apresentar relato de uma das lideranças da Coopsol, que, falando sobre o *Projeto Feiras Solidárias*, diz que

[...] teve um projeto de feiras, o ano trasado, que era até a Associação Santo Dias que tava a frente desse projeto feiras: aí foi comprado barracas, um palco, som. Só que funcionou um ano, mas depois aí eu acho que não deu certo, não funcionou legal. Como era itinerante, precisava estar saindo pra outros bairros. Aí o deslocamento dos produtores ficava difícil, não tinha transporte, terminava tarde pra voltar pra casa. Aconteceram algumas dificuldades que eu acho que deu uma parada esse Projeto Feiras.

Neste caso, o fato de o local de realização das feiras ser distante da comunidade, assim também a questão do transporte para levar as mercadorias para as feiras e para retornar pra casa, além do horário que eram concluídas as atividades, que era tarde, tudo isso somava um conjunto de dificuldade para o grupo participar dessa ação de iniciativa da prefeitura. Está apresentado, abaixo, gráfico representante das respostas obtidas na Coopsol à questão de número 20 do questionário “Quais as Dificuldades para Participar dos Cursos, dos Seminários, de Discussões, das Orientações de Técnicos, da Distribuição do Crédito, das Feiras da Economia Solidária?”.

GRÁFICO 1
DIFICULDADE DE ACESSO ÀS POLÍTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupo Coopsol.

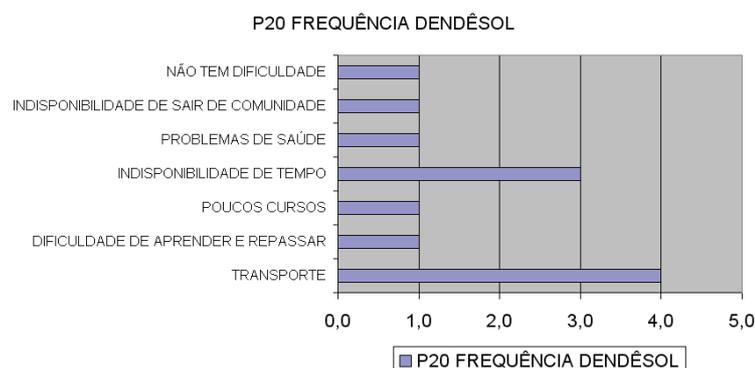
Como resposta, foram obtidas 4 indicações de que as dificuldades à participação são devidas à indisponibilidade de sair da comunidade, 4 indicações de indisponibilidade de tempo, 4 de transporte como dificuldade e foram apontados ainda, 1 indicação de que vende pouco nas feiras, 1 falta conhecimento para elaborar projetos, 1 falta de capital e 1 dificuldade para aprender e para repassar os conhecimentos adquiridos no retorno ao grupo. Pelas respostas, identifica-se que a visão dos participantes da Coopsol foca mais nas dificuldades pessoais ou internas ao grupo. Entendo que falta ainda uma maior percepção dos problemas na dimensão das políticas públicas.

Exemplo semelhante apresenta uma das lideranças da Dendêsol. Falando sobre o *Projeto Feiras Solidárias*, ela diz:

“às vezes, a gente enfrenta dificuldades de se deslocar pra uma feira, porque, por muitas vezes, a grande parte das meninas que vão pra feira, umas trabalham com alimentação. E a alimentação já requer que você tenha recipientes adequados pra fazer esse deslocamento, a questão também de transporte e, também, assim a questão de ser só mulher. Porque tem determinados produtos que são pesados, como, por exemplo... se a gente for pra uma feira fora e lá, quem está organizando o evento, pode não ter mesas e cadeiras, e aí a gente tem que levar. E já tem a questão do transporte, a questão do peso, já se torna meio complicado.”

No caso da Dendêsol, a distância das feiras, o transporte para levar as mercadorias, os recipientes adequados para transportar alimentação e o peso de todos os objetos a conduzir representavam as dificuldades para o grupo participar do Projeto Feiras Solidárias, ou de qualquer ação que envolva feira fora da comunidade. Logo abaixo, disponibilizo gráfico representando as respostas obtidas na Dendêsol, também em relação à questão de número 20 do questionário “*Quais as Dificuldades para Participar dos Cursos, dos Seminários, de Discussões, das Orientações de Técnicos, da Distribuição do Crédito, das Feiras da Economia Solidária?*”.

GRÁFICO 2
DIFICULDADE DE ACESSO ÀS POLÍTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupo Dendêsol.

Como resposta, foram obtidas 4 indicações de que as dificuldades à participação são devidas à questão do transporte, 3 indicações de indisponibilidade de tempo e foram apontados ainda, 1 indicação de indisponibilidade de sair da comunidade, 1 por problemas de saúde, 1 pelo oferecimento de poucos cursos, 1 dificuldade para aprender e para repassar os conhecimentos adquiridos no retorno ao grupo e 1 indicação de que não há dificuldade.

Com as respostas, é possível perceber que a visão dos participantes da Dendêsol foca, igualmente, mais nas dificuldades pessoais ou internas ao grupo, do que na problemática de políticas públicas. É possível perceber, também, que alguns itens se repetem diante da realidade dos dois grupos.

3.2 Resultados e Comentários sobre os Dados Coletados nos Questionários aos Grupos

Os resultados e comentários sobre os dados coletados a partir das respostas às demais perguntas serão apresentados, agora pelo conjunto dos dois grupos estudados e seguirão a ordem e a estrutura do questionário usado no levantamento das informações.

Durante o período da pesquisa, foram obtidas respostas a 21 questionários, sendo 12 da Dendêsol e 9 da Coopsol. Alguns participantes não foram entrevistados, por não estarem indo com frequência aos grupos, por problemas pessoais, fossem questões de saúde com eles próprios ou com familiares, impossibilidade de deixar crianças sozinhas em casa, dentre outros motivos não expostos.

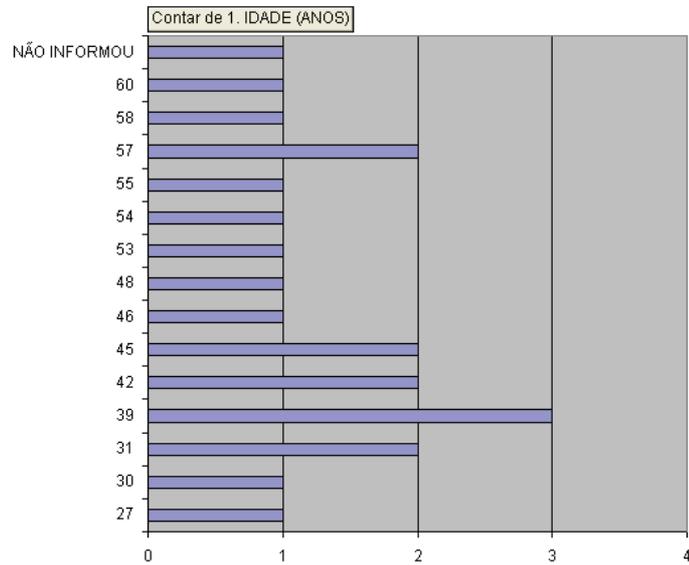
Algumas respostas a questões abertas foram agrupadas, quando foi considerado que, com palavras diferentes, eram fornecidas ideias semelhantes. Também pode ser percebido que, em algumas questões, existem quantidades de respostas diferentes do número de respondentes, pelo fato de comportarem mais de uma alternativa ou por se tratarem de questões abertas. Por outro lado, em alguns casos são registradas questões a que os participantes não se sentiram à vontade ou com conhecimento para emitir resposta.

As primeiras cinco questões apresentarão dados de identificação dos entrevistados.

Quanto à idade dos participantes dos grupos, foram identificadas pessoas na faixa etária entre 27 e 60 anos. Até 30 anos situam-se 2 participantes; de 31 a 40 anos, 5 participantes; de 41 a 50 anos, 6 participantes; de 51 a 60 anos, 7 participantes.

GRÁFICO 3 IDADE DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS

1. IDADE (ANOS)

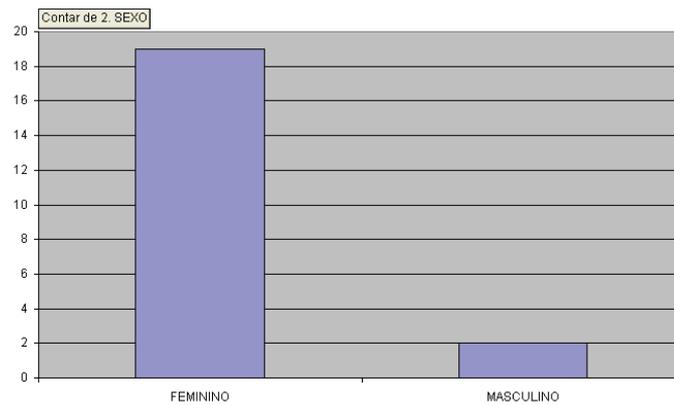


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Nos grupos foram identificadas 19 pessoas do sexo feminino e 2 pessoas do sexo masculino.

GRÁFICO 4 SEXO DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS

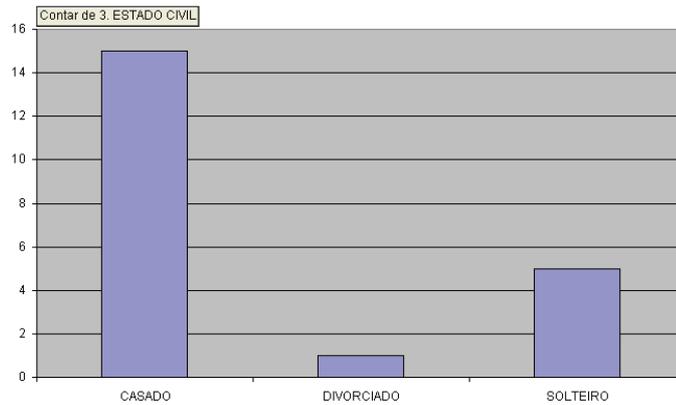
2. SEXO



Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Com relação ao estado civil, 15 declaram-se casados, 1 divorciado e 5 solteiros.

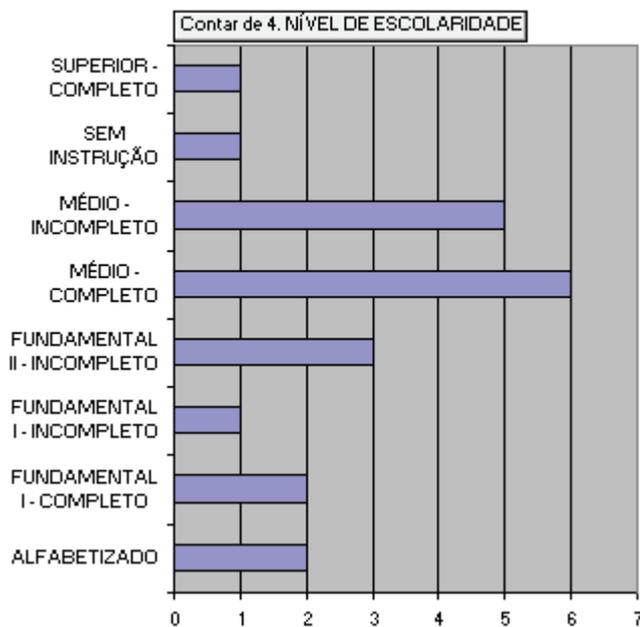
GRÁFICO 5
ESTADO CIVIL DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS
3. ESTADO CIVIL



Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Sobre o nível de escolaridade dos participantes, obtivemos as seguintes informações : 1 tem nível superior completo; 6 têm nível médio completo; 5 têm nível médio incompleto; 3 têm nível fundamental II incompleto; 2 têm nível fundamental I completo; 1 tem nível fundamental I incompleto; 2 são alfabetizados e 1 não tem instrução.

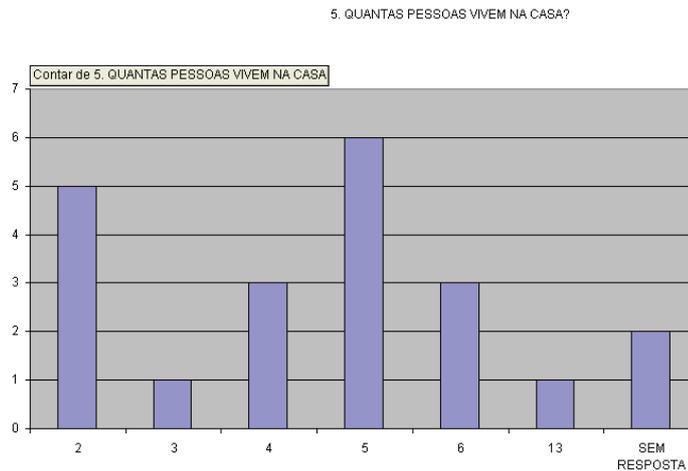
GRÁFICO 6
NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS
4. NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Acerca da quantidade de pessoas que moram na casa, em 1(uma) casa moram 13 pessoas; em 3 casas moram 6 pessoas; em 6 casas moram 5 pessoas; em 3 casas moram 4 pessoas; em 1(uma) casa moram 3 pessoas; em 5 casas moram 2 pessoas e duas pessoas não responderam.

GRÁFICO 7
QUANTIDADE DE MORADORES DAS CASAS DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS



Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

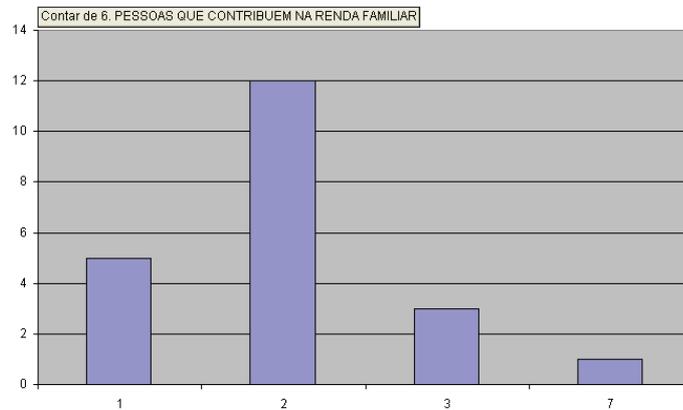
Sobre os dados obtidos com esse primeiro bloco de perguntas, é possível identificar que no perfil dos participantes desses dois grupos, predominam pessoas do sexo feminino, com idade superior a 40 anos, casadas, com nível de escolarização entre fundamental e médio e em cujas casas residem em média de 4 a 5 pessoas.

Da questão 6 a 15, foram feitas indagações acerca da realidade de renda, e ocupação.

A respeito da quantidade de pessoas que contribuem com a renda familiar: em 5 casos apenas 1 pessoa contribui; em 12 casos 2 pessoas contribuem; em 3 casos 3 pessoas contribuem e em 1 caso 7 pessoas contribuem.

GRÁFICO 8
QUANTIDADE DE PESSOAS QUE CONTRIBUEM COM A RENDA FAMILIAR

6. PESSOAS QUE CONTRIBUEM NA RENDA FAMILIAR

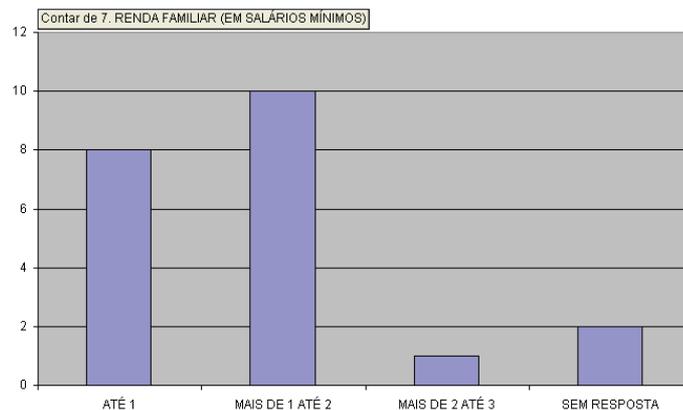


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Quanto à renda familiar, foram agrupadas as respostas em termos de quantidade de salários mínimos: 8 famílias ganham até 1 salário mínimo; 10 famílias ganham mais de 1 até 2 salários mínimos; 1 família ganha mais de 2 até 3 salários mínimos e duas pessoas não informaram.

GRÁFICO 9
RENDA FAMILIAR EM SALÁRIOS MÍNIMOS

7. RENDA FAMILIAR (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)

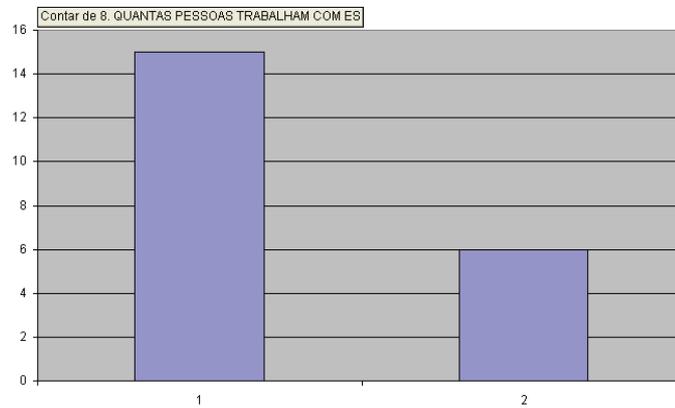


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Em relação à quantidade de pessoas da família que trabalham com a economia solidária, em 15 casos apenas 1 pessoa e em 6 casos 2 pessoas.

GRÁFICO 10
QUANTIDADE DE PESSOAS NA FAMÍLIA QUE TRABALHAM COM ECONOMIA SOLIDÁRIA

8. QUANTAS PESSOAS TRABALHAM COM ES?



Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Sobre a renda obtida somente com a atividade de economia solidária, 3 pessoas informaram que ganham em torno de 1 salário mínimo; 7 informaram que ganham mais de meio salário mínimo; 10 informaram que ganham menos de meio salário mínimo e 1 pessoa respondeu que seu ganho depende do evento de que participar.

GRÁFICO 11
RENDA OBTIDA COM ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SALÁRIOS MÍNIMOS

9. QUAL A RENDA OBTIDA COM ES (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)?

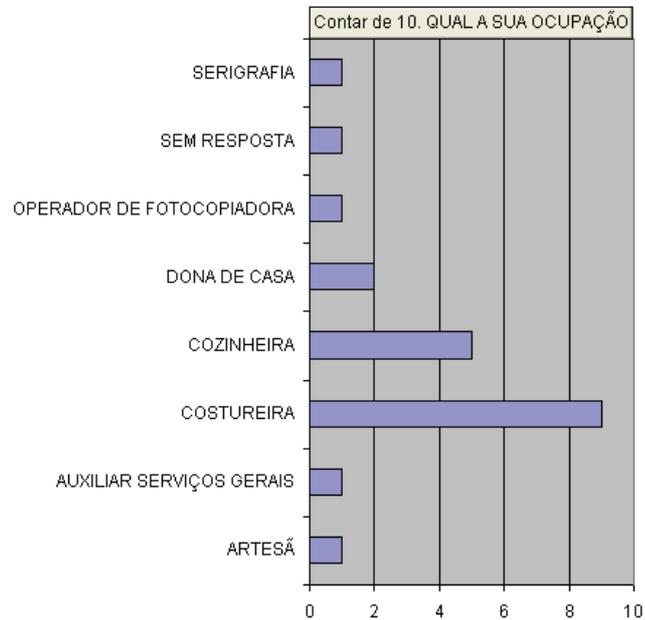


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Quanto à ocupação principal exercida pelos participantes dos grupos, 9 são costureiras, 5 são cozinheiras, 2 são donas-de-casa, 1 é artesã, 1 é auxiliar de serviços gerais, 1 é operador de fotocopiadora, 1 trabalha com serigrafia.

GRÁFICO 12 OCUPAÇÃO PRINCIPAL DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS

10. QUAL SUA PRINCIPAL OCUPAÇÃO?

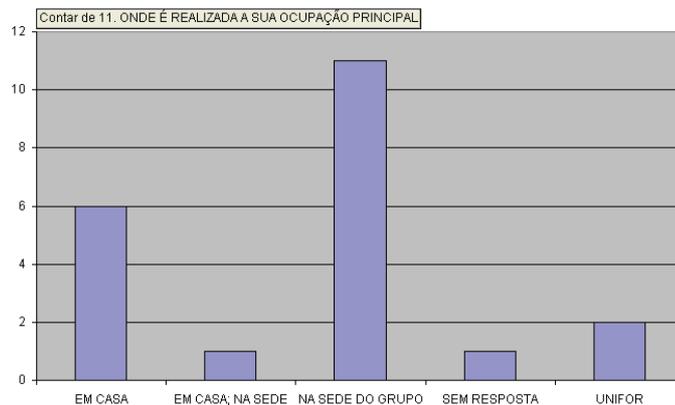


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

A respeito do local onde os participantes realizam sua ocupação principal, 11 trabalham na sede do grupo, 6 trabalham em casa, 1 trabalha tanto na sede do grupo quanto em casa, 2 na Unifor e 1 não deu resposta.

GRÁFICO 13 LOCAL ONDE É REALIZADA A OCUPAÇÃO PRINCIPAL DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS

11. ONDE É REALIZADA SUA OCUPAÇÃO PRINCIPAL?

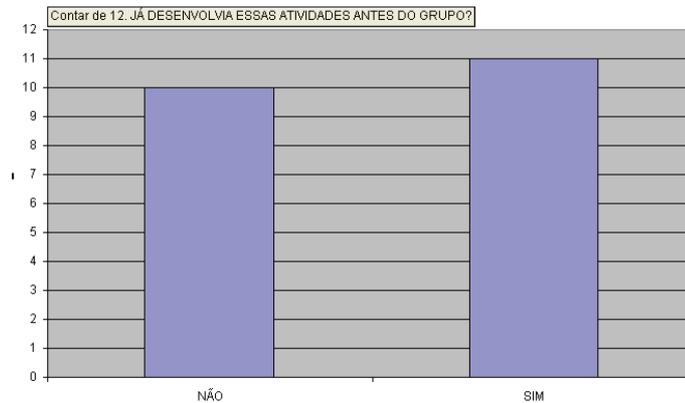


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Ao questionamento se a pessoa já desenvolvia suas atividades antes do grupo, 11 responderam que sim e 10 responderam que não.

GRÁFICO 14 OCUPAÇÃO PRINCIPAL DESENVOLVIDA ANTES DO GRUPO

12. JÁ DESENVOLVIA ESSAS ATIVIDADES ANTES DO GRUPO?

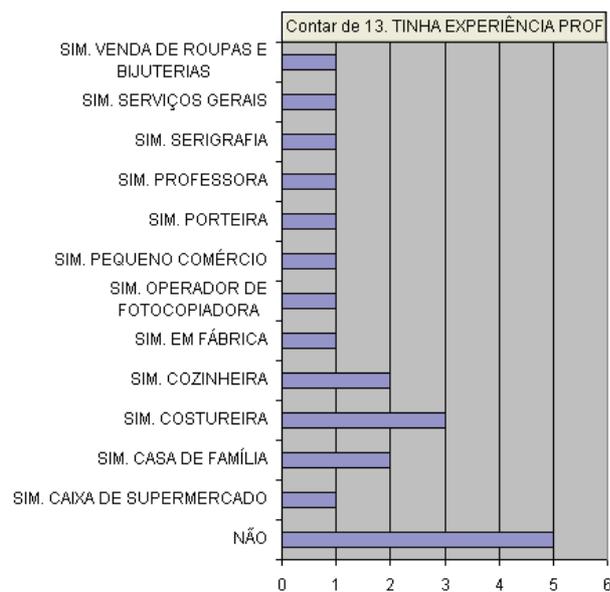


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Se tinham experiência anterior, 16 responderam que sim e 5 responderam que não. Dos que responderam sim, 3 eram costureiras, 2 trabalharam em casa de família, 2 eram cozinheiras e 9 pessoas responderam que sim, porém cada um em uma atividade diferente, por exemplo, com venda de roupa e bijuterias, serviços gerais, serigrafia, professora, porteira, em pequeno comércio, operador de fotocopiadora, em fábrica e como caixa de supermercado.

GRÁFICO 15 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ANTERIOR DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS

13. TINHA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ANTERIOR? QUAL?

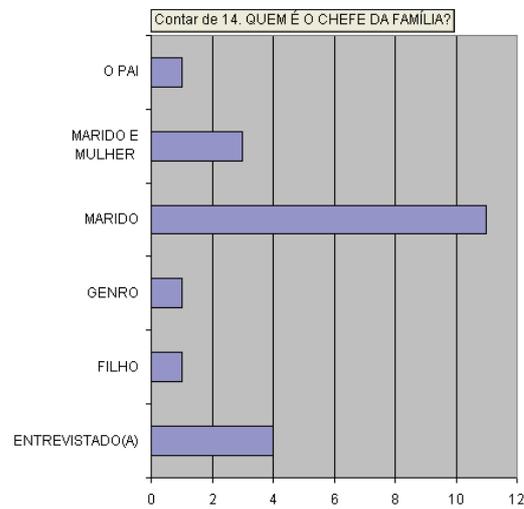


Fnte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Sobre o chefe da família, 11 responderam que é o marido, 4 o próprio entrevistado, 3 o marido e a mulher juntos, 1 o pai, 1 o genro e 1 o filho.

GRÁFICO 16 QUEM É O CHEFE DA FAMÍLIA

14. QUEM É O CHEFE DA FAMÍLIA?

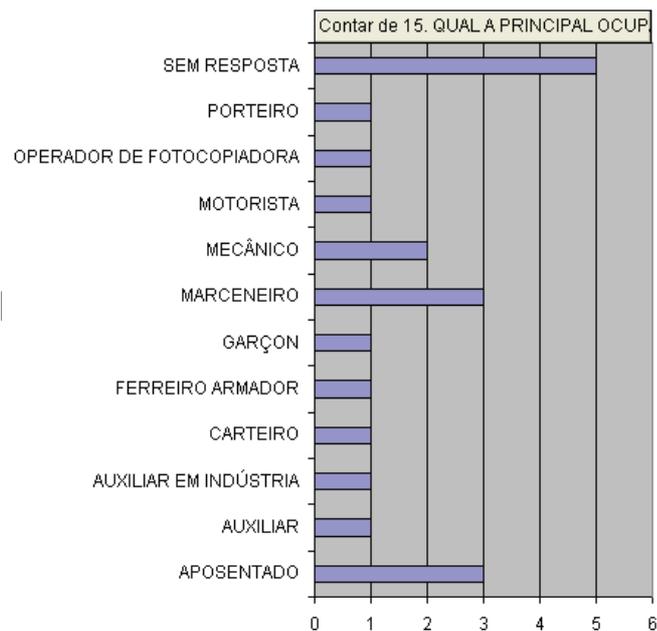


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Em relação à principal ocupação do chefe da família, 3 informaram que é aposentado, 3 marceneiro, 2 mecânico, 1 porteiro, 1 operador de fotocopiadora, 1 motorista, 1 garçom, 1 ferreiro armador, 1 carteiro, 1 auxiliar em indústria, 1 auxiliar; 5 pessoas não responderam.

GRÁFICO 17 PRINCIPAL OCUPAÇÃO DO CHEFE DA FAMÍLIA

15. QUAL A PRINCIPAL OCUPAÇÃO DO CHEFE DA FAMÍLIA?



Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

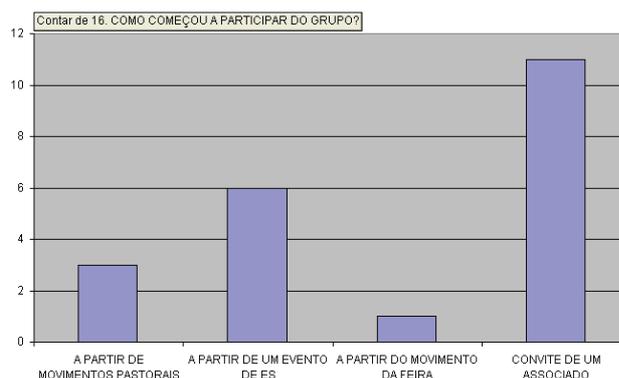
Sobre os dados obtidos com o segundo bloco de perguntas, podemos verificar que, quanto à renda e à ocupação, na maioria dos casos, 2 pessoas contribuem com a renda familiar e essa renda varia até 3 salários mínimos, sendo a maior concentração de famílias com renda de mais de 1 até 2 salários mínimos; na maioria dos casos apenas 1 pessoa trabalha com a economia solidária na família e a renda com a economia solidária na maioria dos casos fica abaixo de 1 salário mínimo; a ocupação principal dos entrevistados corresponde às atividades que desenvolvem nos grupos, com uma concentração de costureiras e cozinheiras, sendo essas atividades desenvolvidas em sua maioria ou no grupo ou em casa; entre os que desenvolviam essas atividades antes, ou não, as respostas foram bem semelhantes, sendo que a quantidade dos que já desenvolviam foi maior em apenas 1 pessoa; dos entrevistados, 5 não tinham experiência profissional anterior, a maioria tinha essa experiência, com uma concentração nas mesmas atividades atualmente realizadas no grupo, como cotureiras ou cozinheiras; a maioria dos chefes das famílias foi apontado como marido das entrevistadas, em segundo lugar é apontado o próprio entrevistado; à questão sobre a ocupação principal do chefe da família, obteve-se como resultado mais concentrado a falta de resposta, pois se o chefe fosse o entrevistado, não seria necessário responder, em segundo lugar, as ocupações de marceneiro ou aposentado receberam mesma pontuação.

Da questão 16 a 9, foram feitas perguntas a respeito do acesso das pessoas ou do grupo à economia solidária.

Sobre como a pessoa começou a participar do grupo, 11 iniciaram a convite de um outro participante do grupo, 5 a partir da participação em um evento da economia solidária, 3 a partir de movimentos pastorais da igreja e 1 a partir do movimento da feira local.

GRÁFICO 18
INÍCIO DA PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS

16. COMO COMEÇOU A PARTICIPAR DO GRUPO?

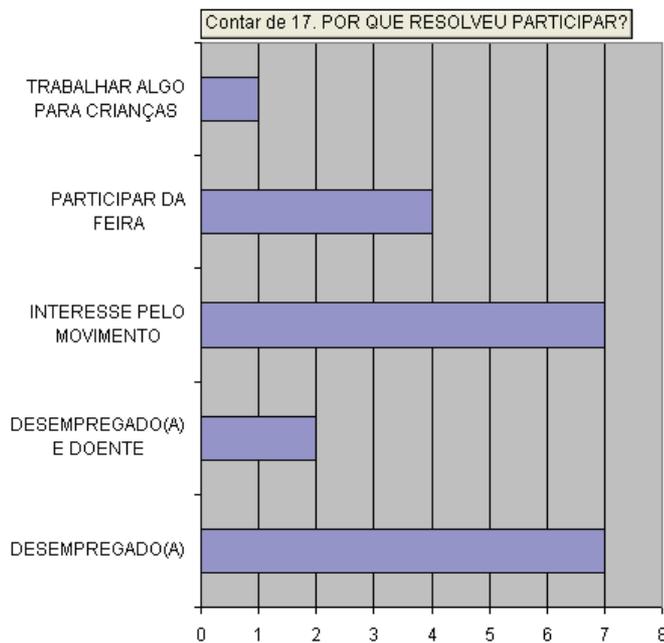


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Quanto à justificativa para iniciar a participação no grupo, 9 informaram que estavam desempregados, destes 2 também estavam doentes; 7 disseram ter tido interesse pelo movimento; 4 tiveram interesse em participar da feira semanal no biarro; 1 porque queria trabalhar algo para crianças.

GRÁFICO 19
MOTIVO DO INÍCIO DA PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS

17. POR QUE RESOLVEU PARTICIPAR?



Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Sobre a autoavaliação de qual a importância do participante no grupo, 8 responderam que se sentem importantes pela participação nas reuniões e por ajudar no grupo, 7 pela participação nos trabalhos e por ajudar no grupo, 2 se consideram importantes pela troca de experiências, 1 por valorizar colegas, 1 por fazer parte da tesouraria do banco, 1 simplesmente respondeu que sente-se muito importante para o grupo e 1 não respondeu.

GRÁFICO 20 IMPORTÂNCIA DO PARTICIPANTE NO GRUPO

18. QUAL SUA IMPORTANCIA NO GRUPO?

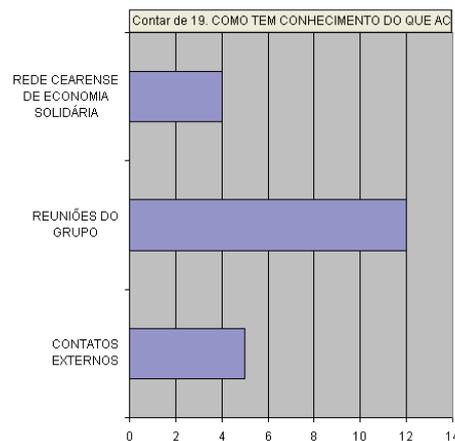


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Perguntando como o participante tem conhecimento do que acontece em termos de economia solidária em Fortaleza, no Ceará ou no Brasil, obteve-se as seguintes respostas: 12 informaram que têm conhecimento através das reuniões do grupo; 5 através de contatos externos ao grupo e 4 especificaram que obtêm informações através de reuniões da Rede Cearense de Economia Solidária.

GRÁFICO 21 COMO TEM CONHECIMENTO DO QUE ACONTECE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

19. COMO TEM CONHECIMENTO DO QUE ACONTECE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM FORTALEZA, CEARÁ E BRASIL?



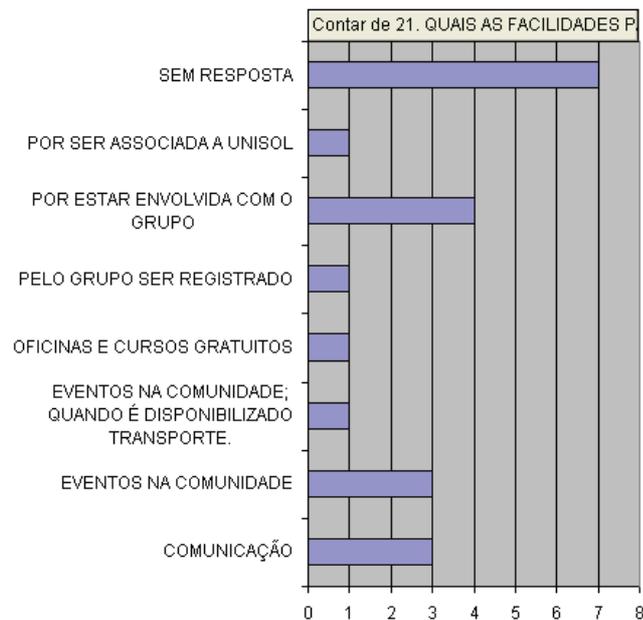
Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Em relação a quais facilidades existem para participar dos eventos de formação, das orientações de técnicos, de distribuição de créditos e de feiras de economia solidária, 4

participantes responderam que essa facilidade se dá por estarem envolvidos com o grupo, 3 pela comunicação dos eventos, 3 quando os eventos se realizam na comunidade, 1 quando é disponibilizado transporte, 1 quando os eventos de formação são gratuitos, 1 pelo fato de o grupo ser registrado, 1 por ser associado da UNISOL e 7 deixaram essa questão sem resposta.

GRÁFICO 22 FACILIDADES PARA PARTICIPAR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

21. QUAIS AS FACILIDADES PARA ESSA PARTICIPAÇÃO?



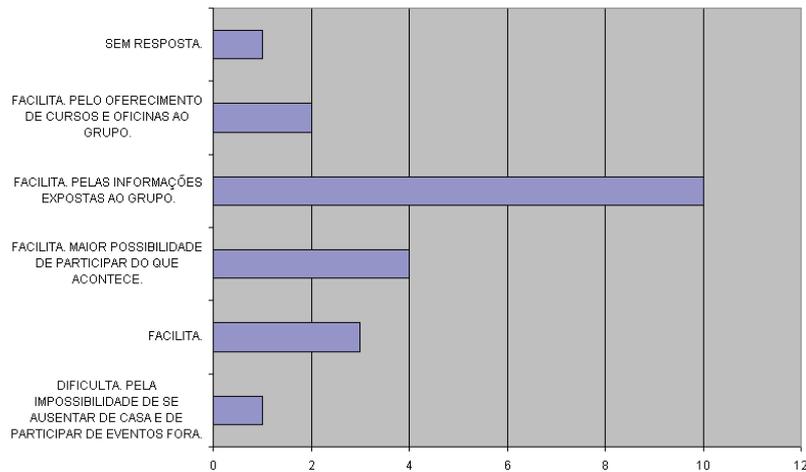
Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Questionando se o fato de estar no grupo facilita ou dificulta essa participação, 19 pessoas responderam que facilita, sendo que 10 pelo fato de obterem informações no grupo, 4 por verem maior possibilidade de participar do que acontece, 2 pelo oferecimento de eventos de formação ao grupo e 3 não expuseram justificativa; 1 respondeu que dificulta e justificou que é porque não tem disponibilidade para se ausentar de casa, para participar de eventos fora; 1 não respondeu.

GRÁFICO 23

INFLUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO NO GRUPO PARA A FACILIDADE OU DIFICULDADE DE ACESSO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

22. ESTAR NO GRUPO FACILITA, OU DIFICULTA O ACESSO A ESSA PARTICIPAÇÃO? COMO?



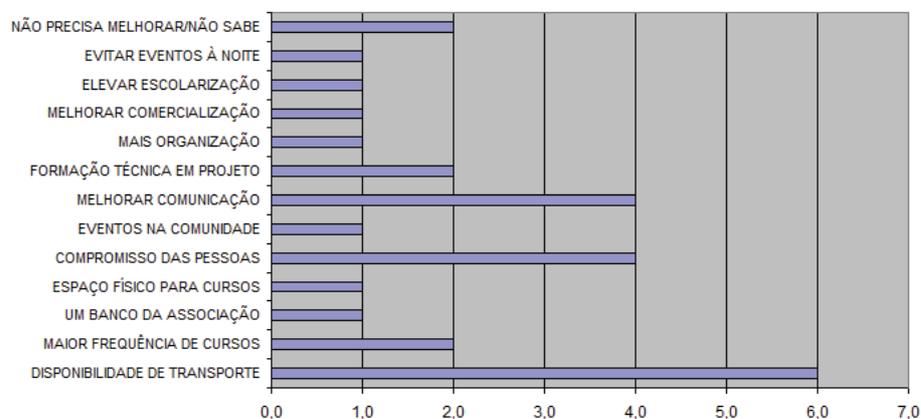
Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Quanto ao que pode ser melhorado para facilitar essa participação, houve 6 indicações sobre a necessidade de disponibilização de transporte; 4 indicações de que precisa mais compromisso dos próprios participantes; 4 que é preciso melhorar a comunicação sobre o que acontece; 2 que é necessário maior frequência de cursos; 2 que é preciso formação técnica em relação a elaboração de projetos; 1 evitar eventos à noite; 1 elevar o nível de escolarização; 1 melhorar o aspecto de comercialização; 1 ter mais organização; 1 ter mais eventos na própria comunidade; 1 ter espaço físico para cursos; 1 ter um banco da própria associação e 2 pessoas responderam que ou não precisa melhorias ou não sabe responder.

GRÁFICO 24

O QUE MELHORAR PARA FACILITAR A PARTICIPAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

23. O QUE PODE SER MELHORADO PARA FACILITAR A PARTICIPAÇÃO?

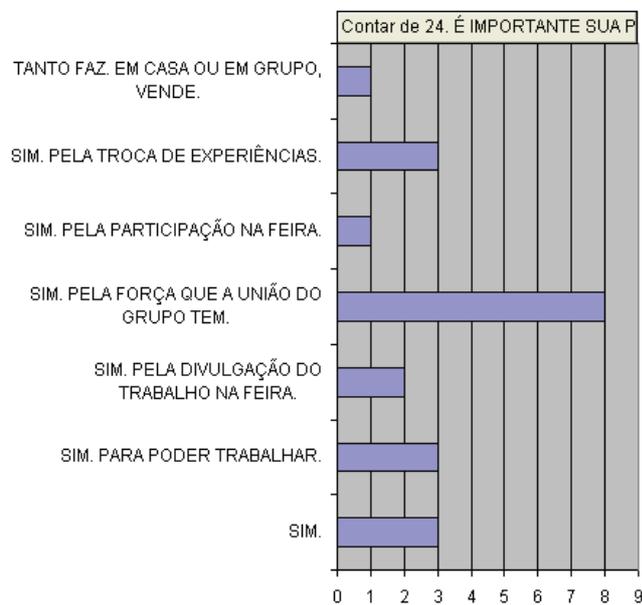


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Se acha importante a participação no grupo para a realização das atividades profissionais e para maior participação no mercado e por que, 20 responderam positivamente, pela força que tem a união do grupo, pela troca de experiências, pela participação na feira, para poder trabalhar, ou simplesmente responderam que sim sem justificar; 1 pessoa respondeu que tanto faz, que vende mesmo que trabalhe em casa ou no grupo.

GRÁFICO 25
IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES E PARA A PARTICIPAÇÃO NO MERCADO

24. É IMPORTANTE SUA PARTICIPAÇÃO NA ASSOCIAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DAS SUAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS E PARA MAIOR PARTICIPAÇÃO NO MERCADO? POR QUE?

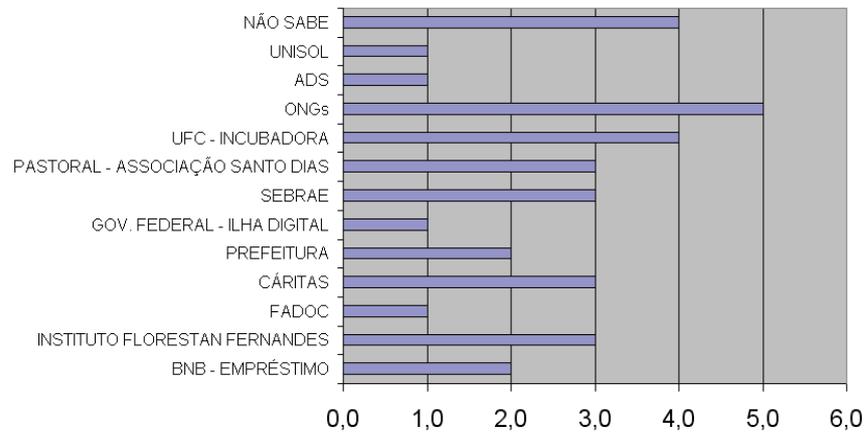


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Quando perguntados sobre que relação a pessoa ou o grupo tem com o Estado, a Prefeitura e outros órgãos a exemplo do BNB, UFC, SEBRAE e outros: houve 5 respostas de que têm/tiveram alguma relação com ONGs diversas; 4 com a incubadora da UFC; 3 com a Pastoral Operária e Associação Santo Dias; 3 com o SEBRAE; 3 com a Cáritas; 3 com o Instituto Florestan Fernandes; 2 com a Prefeitura; 2 com o BNB; 1 UNISOL; 1 ADS; 1 Governo Federal, através da Ilha Digital; 1 FADOC e 4 não souberam informar.

GRÁFICO 26
RELAÇÃO COM O ESTADO, PREFEITURA E OUTROS ÓRGÃOS

25. QUE RELAÇÃO TEM COM O ESTADO, PREFEITURA E OUTROS ÓRGÃOS?

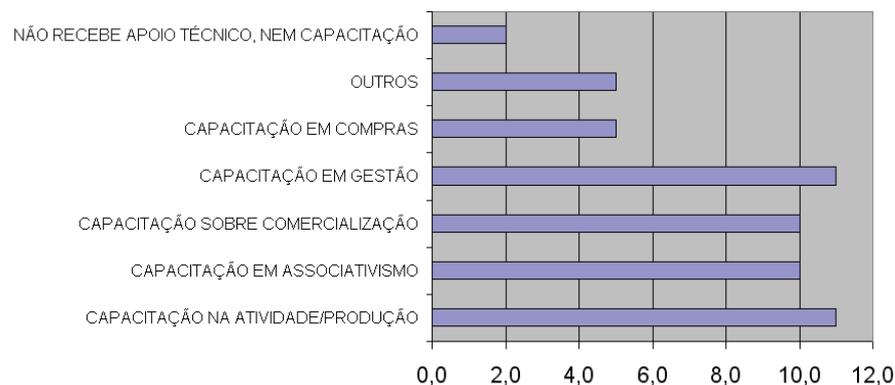


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Solicitados a apontar as formas de apoio técnico ou cursos recebidos na implantação e/ou no desenvolvimento das atividades de economia solidária, foram emitidas 11 respostas de que houve capacitação na área de gestão; 11 capacitação na atividade / produção; 10 capacitação sobre comercialização; 10 capacitação em associativismo; 5 capacitação em compras; 5 indicações para outros apoios recebidos e 2 informações de que não recebeu apoio técnico, nem capacitação.

GRÁFICO 27
FORMAS DE APOIO TÉCNICO RECEBIDO EM FUNÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

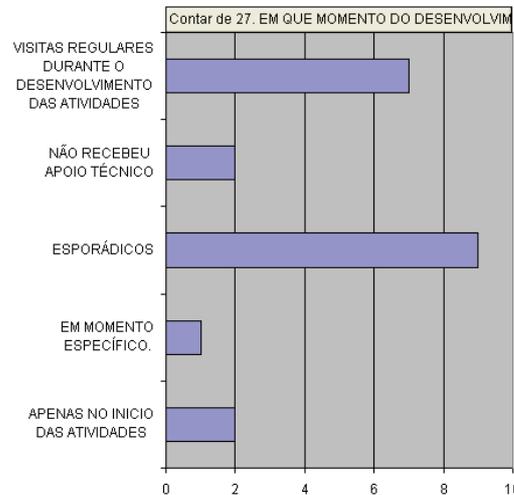
26. FORMAS DE APOIO TÉCNICO RECEBIDO NA IMPLANTAÇÃO E/OU NO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE, EM FUNÇÃO DA ES



Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Consultando em que momento do desenvolvimento das atividades receberam apoio técnico, responderam: 9 que em momentos esporádicos durante as atividades do grupo; 7 que recebem visitas regulares; 2 apenas no início; 1 em momento específico e 1 informou que não recebeu apoio técnico.

GRÁFICO 28
MOMENTO EM QUE RECEBEU APOIO TÉCNICO
 27. EM QUE MOMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES RECEBEU ESSE APOIO TÉCNICO

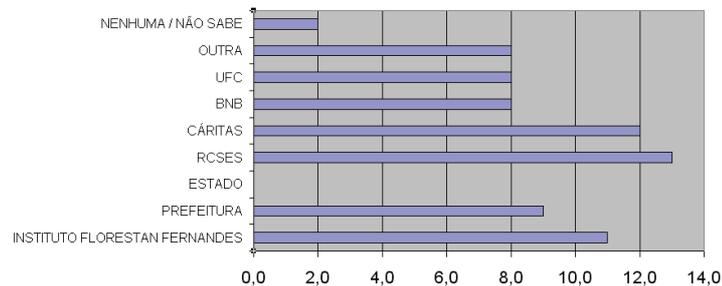


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Quanto às instituições que se fizeram presentes no apoio às suas atividades produtivas, houve 13 indicações para a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária; 12 para a Cáritas; 11 para o Instituto Florestan Fernandes; 9 para a Prefeitura; 8 para o BNB; 8 para a UFC; 8 para outras instituições; 2 informações de que nenhuma instituição se fez presente, ou não sabe e nenhuma indicação de que o governo do estado tenha se feito presente no apoio às atividades produtivas.

GRÁFICO 29
INSTITUIÇÕES MAIS PRESENTES NO APOIO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS

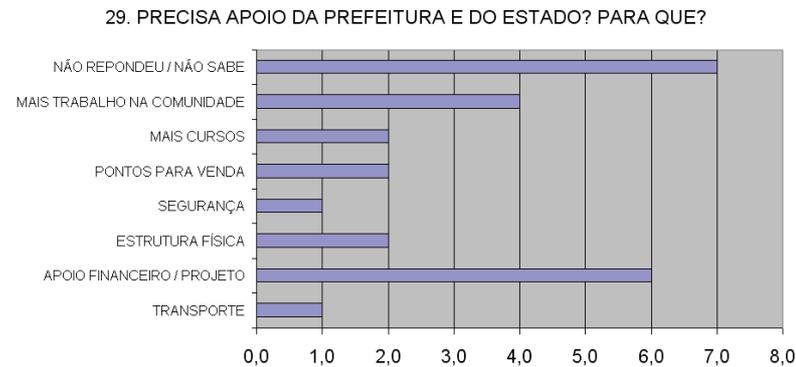
28. QUE INSTITUIÇÕES SE FIZERAM MAIS PRESENTES NO APOIO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS?



Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Questionados se acham que precisam de apoio da Prefeitura e do Estado e para que: houve 18 respostas que precisam de apoio, sendo 6 em relação a apoio financeiro, via financiamento de projetos, 4 destinação de mais trabalhos na comunidade, 2 mais cursos, 2 mais pontos para venda, 2 disponibilização de estrutura física, 1 transporte, 1 segurança; 7 não responderam ou não sabem.

GRÁFICO 30
NECESSIDADE DE APOIO DA PREFEITURA E DO ESTADO



Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Sobre os dados obtidos com o terceiro bloco de perguntas, podemos verificar que, quanto ao acesso à economia solidária, o primeiro acesso da maioria dos entrevistados se deu a convite de uma outra pessoa que já participava do movimento, é significativo também o ingresso a partir de participação em evento de economia solidária e de movimentos pastorais; os motivos principais para iniciar essa participação foram, igualmente, o fato de estarem desempregados e o interesse despertado pelo movimento; nessa participação, as pessoas demonstram sentimento de importância, por participarem nas reuniões e nos trabalhos do grupo. Para terem conhecimento do que acontece de economia solidária, a maioria das pessoas se restringe a obter informações dentro do próprio grupo; para participarem desses acontecimentos, a facilidade que as pessoas mais apontam é o fato de estarem envolvidas com o grupo; sobre o que pode ser melhorado para participarem mais do que acontece de economia solidária, apontam a necessidade de disponibilidade de transporte, de melhorar a comunicação e de elevar o próprio comprometimento dos associados/cooperativados. Quanto à importância da participação no grupo para a realização das atividades profissionais e para participação no mercado, a maioria afirma que sim, e atribui essa importância à união existente no grupo. Quando questionamos em pergunta aberta sobre a relação do grupo com o Estado e a Prefeitura e outros órgãos, as respostas são bem diversificadas, porém prevalecem as relações com ONGs e entidades de apoio ao movimento da economia solidária, não aparece relação com o governo estadual, aparece um pouco com a prefeitura e com o governo federal, com este através da instalação de uma ilha digital e de instituições federais como UFC e BNB. Quando oferecemos opções para serem indicadas instituições que oferecem ou ofereceram apoio, foram indicadas de forma significativa a RCSES, a Cáritas, o Instituto Florestan Fernandes, a Prefeitura, a UFC e BNB; novamente o governo estadual não foi apontado como apoiador. Quanto à necessidade de apoio da prefeitura e do governo estadual, teve mais

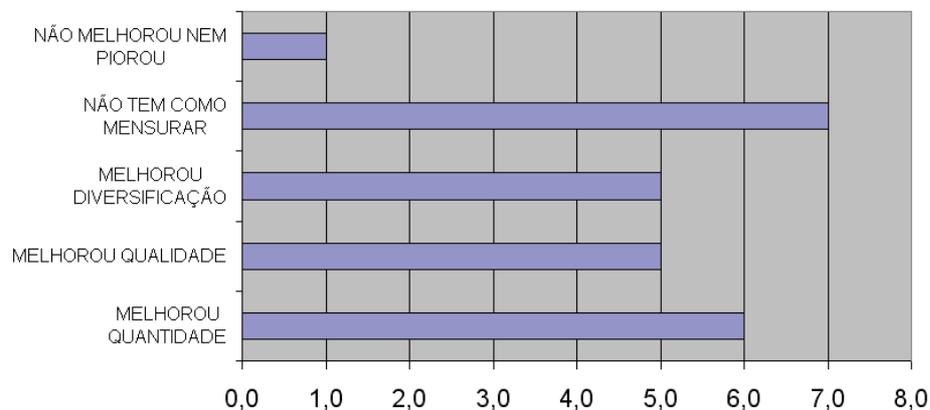
indicação o apoio financeiro via projeto e mais trabalho na própria comunidade. A respeito das formas de apoio técnico recebido, prevalecem as formações em gestão, na atividade produtiva, em comercialização e em associativismo, tendo acontecido a maioria em momentos esporádicos da atividade do grupo e outros em visitas regulares.

Da questão 30 a 35, foram feitas perguntas a respeito de produção e mercados.

Se a participação no grupo melhorou ou piorou o desenvolvimento das atividades profissionais, foram dadas 7 informações de que não tem como mensurar, 6 de que melhorou a quantidade, 5 de que melhorou a diversificação e 5 de que melhorou a qualidade dos produtos, 1 de que não melhorou nem piorou o desenvolvimento das atividades.

GRÁFICO 31
INFLUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO NO GRUPO, MELHORANDO OU PIORANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

30. A PARTICIPAÇÃO NO GRUPO MELHOROU OU PIOROU O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES?

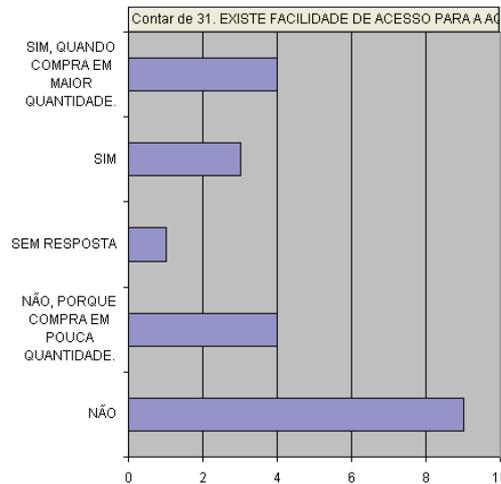


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Se existe facilidade de acesso para a aquisição de insumos / matéria-prima, 13 responderam que não há facilidade, sendo que 4 informaram que essa não facilidade acontece porque compram em pequena quantidade; 7 responderam que veem facilidade nessa aquisição, sendo que 4 afirmam que acontece essa facilidade quando compram em maior quantidade; 1 pessoa não respondeu.

GRÁFICO 32 FACILIDADE PARA AQUISIÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA

31. EXISTE FACILIDADE DE ACESSO PARA A AQUISIÇÃO DE INSUMOS/MATÉRIA-PRIMA?

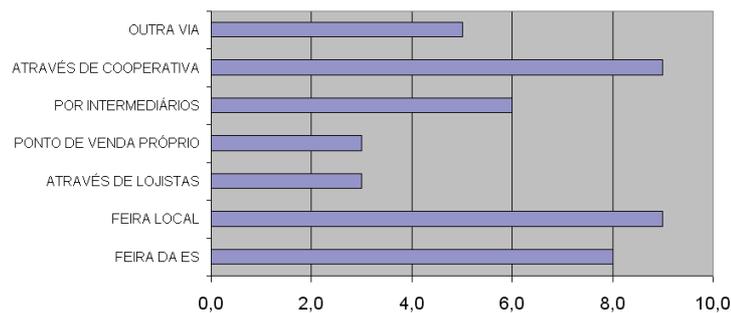


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Em relação de como é feita a comercialização do produto, houve 9 informações de que é feita através de cooperativa; 9 na feira local; 8 na feira da economia solidária; 6 por intermediários; 3 em ponto de venda próprio ou em casa e 3 através de lojistas; 5 informaram que fazem a venda por outra via, esclarecendo que pode ser de porta-em-porta, ou por encomenda, ou o interessado vai à própria sede do grupo.

GRÁFICO 33 COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

32. COMO É FEITA A COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO?

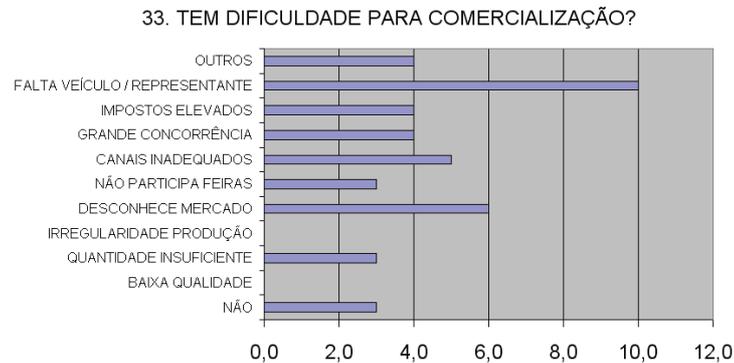


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Quanto a dificuldades de comercialização, houve 10 indicações para a falta de veículo e representantes; 6 para desconhecimento do mercado e de compradores potenciais; 5 para canais de comercialização inadequados; 4 para impostos elevados; 4 para grande concorrência; 3 que não têm possibilidade de participar de feiras; 3 que a quantidade que produz é insuficiente; 4 indicaram como outras dificuldades, como, por exemplo, o local da comercialização e a falta de habilidade dos participantes para vender e 3 disseram que não

encontram dificuldade de comercializar. Quanto a irregularidade de produção e baixa qualidade do produto, foram opções não indicadas como motivo de dificuldade de comercialização.

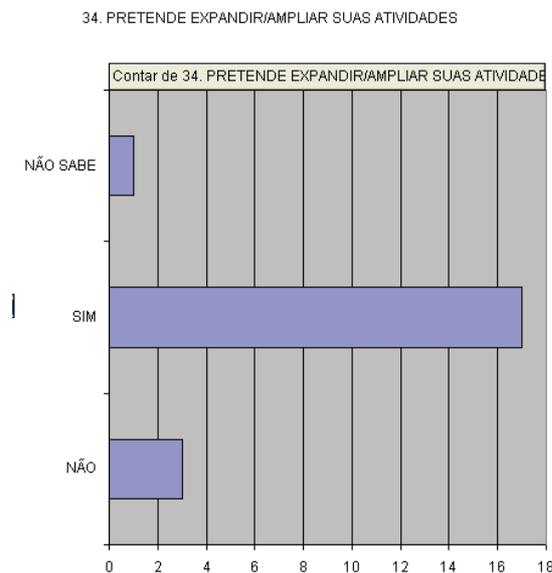
GRÁFICO 34
DIFICULDADE PARA COMERCIALIZAÇÃO



Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Se pretende expandir as atividades, 17 informaram que sim, 3 disseram que não e 1 pessoa respondeu que não sabe.

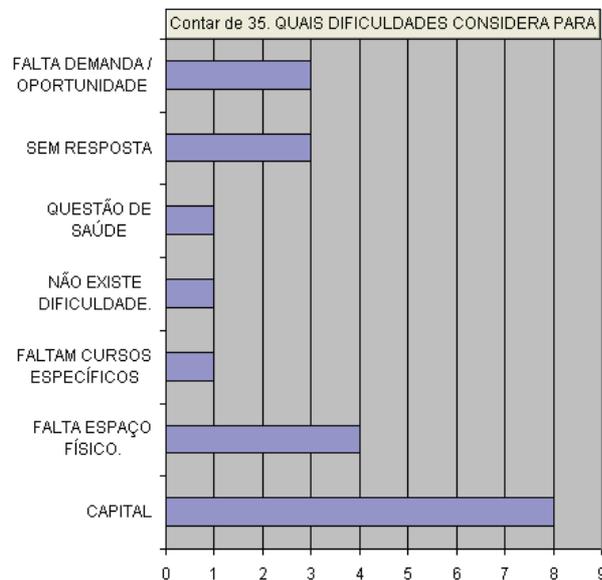
GRÁFICO 35
PRETENSÃO DE EXPANDIR AS ATIVIDADES



Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Acerca das dificuldades consideradas para ampliar as atividades, 8 apontaram a falta de capital, 4 por falta de espaço físico, 3 por falta de demanda ou de oportunidade, 1 por falta de cursos específicos, 1 por problema de saúde do participante; 1 pessoa respondeu que não existe dificuldade e 3 não responderam.

GRÁFICO 36
DIFICULDADES PARA AMPLIAR AS ATIVIDADES
35. QUAIS DIFICULDADES CONSIDERA PARA AMPLIAR SUAS ATIVIDADES?



Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Sobre os dados obtidos com o quarto bloco de perguntas, podemos verificar que, quanto a produção e a mercados, a maioria das respostas dá conta de que a participação no grupo, de alguma forma, melhorou o desenvolvimento das atividades, apesar de ter havido grande quantidade de entrevistados indicando que não têm como mensurar essa variação, uma vez que grande parte não realizava essas atividades antes. A comercialização dos produtos é feita, na maioria dos casos, na feira local da comunidade e através de cooperativa que congrega venda de vários grupos; quanto às dificuldades para a atividade de comercialização, foram apontados com mais frequência a falta de veículo e de representante e o desconhecimento do mercado. Sobre a pretensão de expandir as atividades, quase a totalidade dos entrevistados respondeu que tem esse interesse, porém apontaram a falta de capital como principal dificuldade para fazer essa expansão.

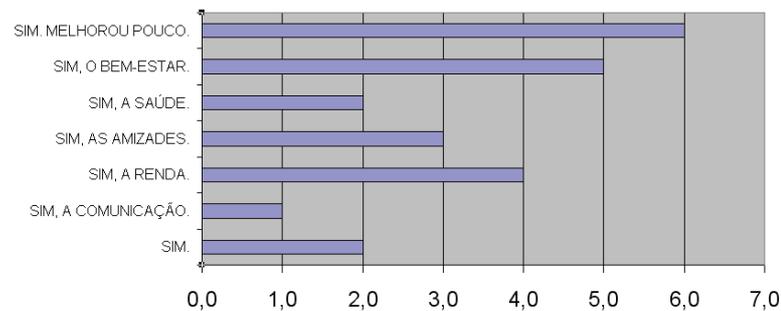
Nas questões 36 e 37, foram feitas perguntas a respeito de mudanças nas condições de vida dos participantes, após o início de participação nos grupos.

Se o participante percebe mudanças nas condições de sua vida, para melhor, depois da participação no grupo, houve 17 indicações de que melhorou, sendo que 5 informaram sobre um bem-estar geral pelo fato de estarem participando do grupo, 4 informaram melhoria na renda da família, 3 atribuíram essa melhoria às amizades que fizeram no grupo, 2 informações

de melhoria da saúde e 1 de melhoria na forma de se comunicar com as outras pessoas; 6 pessoas informaram que houve apenas uma pequena melhoria.

GRÁFICO 37
MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA APÓS PARTICIPAÇÃO NO GRUPO

36. PERCEBE MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE SUA VIDA, PARA MELHOR, DEPOIS DA PARTICIPAÇÃO NO GRUPO?

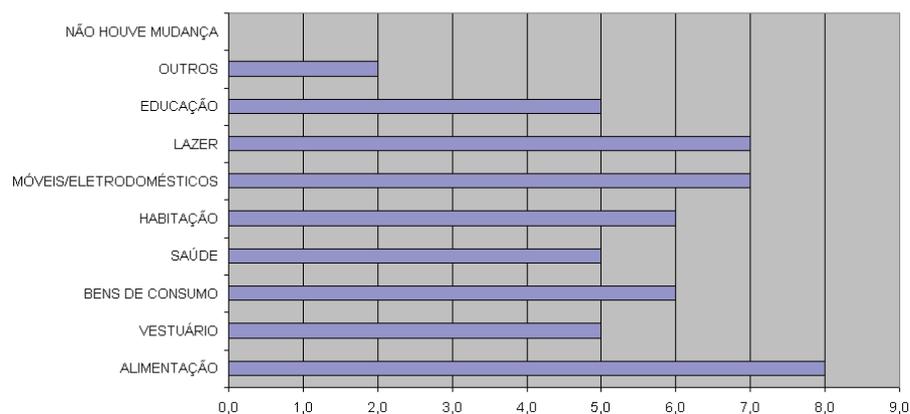


Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Questionando em quais aspectos da vida o participante percebe mudanças, vários dos participantes indicaram mais de um aspecto em que perceberam mudanças e para melhor, sendo que houve 8 indicações para mudança na alimentação, 7 no lazer, 7 na aquisição de móveis e eletrodomésticos, 6 em melhorias na própria habitação, 6 em aquisição de bens de consumo, 5 em educação, 5 em saúde, 5 em vestuários, 2 em outros aspectos e ninguém apontou que não ocorreram mudanças.

GRÁFICO 38
EM QUE ASPECTOS SÃO PERCEBIDAS MUDANÇAS APÓS PARTICIPAÇÃO NO GRUPO

37. EM QUE ASPECTOS DA VIDA PERCEBE MUDANÇAS?



Fonte: Pesquisa Direta – Estudo de Caso – Grupos Coopsol e Dendêsol.

Sobre os dados obtidos com o quinto bloco de perguntas, é possível verificar que, quanto às condições de vida, para a maioria dos entrevistados, houve melhoria sentida tanto internamente no bem-estar das pessoas, quanto nas relações com os demais, como em relação ao que já puderam usufruir ou adquirir de alguns bens materiais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São retomados, agora, os objetivos desta pesquisa, que nortearam todas as leituras, estudos, entrevistas, observações, todas as ações e esforços para realizar, concluir e apresentar esta dissertação. O objetivo geral de avaliar se as políticas públicas municipais de economia solidária fazem-se acessíveis a grupos organizados na cidade de Fortaleza, especificamente à Coopsol e à Dendêsol, foi perseguido a partir da busca de conhecimento sobre as políticas públicas de economia solidária disponíveis na esfera municipal, bem como da identificação de quais delas são acessíveis aos grupos estudados; do levantamento de quais as exigências feitas a esses grupos, para que tenham acesso a essas políticas; do conhecimento de como se dá esse acesso e, por fim, da identificação de que características dos grupos estudados são facilitadoras ou obstáculos para seu acesso às políticas públicas de economia solidária.

Com aprofundamento no estudo teórico foi possível adquirir segurança para construir instrumentos, para ir a campo e para escrever, especialmente, os primeiro e segundo capítulos que trazem breve panorama do que vem sendo discutido sobre economia solidária no Brasil, pelos intelectuais que a estudam e pesquisam e, mais especificamente, sobre políticas públicas de economia solidária, também na realidade brasileira, nas esferas federal, estadual e no município de Fortaleza.

Além da fundamentação teórica, para embasar o segundo capítulo, foi buscada a realidade empírica, em que foi possível conhecer o que existe de políticas públicas de economia solidária disponíveis na esfera municipal. Esse conhecimento força a afirmação de que a prefeitura de Fortaleza dispõe apenas de políticas de governo sobre a economia solidária, que se apresentam através do Programa Trabalho Comunitário Solidário, do Projeto Feiras Solidárias e da Rede Solidária Estrela de Iracema. Essas políticas ainda se constituem como ações pontuais, carentes de continuidade, uma vez que dispõem de uma temporalidade definida, temporalidade essa, às vezes prejudicada por questões burocráticas. Tais questões burocráticas, tão próprias do setor público, são ressaltadas nessa situação, pelo fato de, nem formalmente, existir estrutura de economia solidária na PMF, o que dificulta a ação das pessoas que trabalham nessa área, uma vez que não dispõe, por exemplo, de orçamento próprio nem de quadro de técnicos em quantidade suficiente. Afora essa dificuldade orgânica,

existe um desalinhamento estratégico, pois a célula de economia solidária está disposta em uma secretaria cujo foco é preferencialmente o desenvolvimento econômico.

Continuando com a pesquisa, foi possível identificar, dentre as ações disponíveis na Prefeitura, o que é acessível aos grupos estudados. A Dendêsol teve acesso ao Projeto Feiras Solidárias, tendo continuado com parte da estrutura física do Projeto; participou do Programa Trabalho Comunitário Solidário, recebendo formação e crédito através da Cáritas e, atualmente, é integrante da Rede Solidária Estrela de Iracema. A Coopsol teve um acesso mais tímido, tendo participado de alguns momentos do Projeto Feiras Solidárias, com dificuldades devido a questões de deslocamentos e horários; tomou parte apenas em formação da Cáritas no Programa Trabalho Comunitário Solidário e não participa, nem tem conhecimento de como pode vir a participar, da Rede Estrela.

Na busca de saber quais exigências são feitas aos grupos e como se dá o acesso às ações, foi identificado que não há maior grau de regulamentação em relação a isso. Por não dispor de estrutura, nem de recursos que atendam à demanda de todos os grupos de economia solidária de Fortaleza, a coordenação das ações estabelece critérios, a depender da possibilidade de abrangência do que está sendo proposto.

Quanto ao Projeto Feiras uma exigência, aos grupos, era estar na Rede Cearense de Economia Solidária, uma vez que toda a tratativa foi iniciada no GT de Comercialização da Rede.

Já o Programa Trabalho Comunitário Solidário, apesar de também ter trabalhado com entidades, à época participantes da RCSES, em seu próprio âmbito não teve unidade de critérios, pois enquanto a Cáritas trabalhou com grupos de quatro Regionais da cidade e exigia, para participação, que os grupos contassem com apoio de alguma entidade que favorecesse continuidade ao trabalho, o Banco Palmas trabalhou com grupos de apenas uma Regional, que, por sua vez, era distinta da Regional trabalhada pela Associação Terrazul.

A participação na ação Rede Solidária Estrela de Iracema foi ainda mais restrita, ou seja, não envolveu a RCSES, inicialmente abrangeu alguns grupos que tinham projetos sob avaliação na SDE, no entanto outras entidades que também tinham projetos na Secretaria ressentem-se de não terem sido contempladas, nem esclarecidas do motivo e, mesmo após duas ampliações dos grupos participantes da Rede Estrela, várias entidades participantes do

movimento da economia solidária na Cidade, não sabem em profundidade como é o seu funcionamento.

Nas formas de fazer as ações de economia solidária da Prefeitura de Fortaleza, acessíveis aos grupos produtivos do movimento, é possível perceber, na maior parte das situações, um envolvimento efetivo entre parte dos gestores da área com o próprio movimento, valorizando as instâncias de discussão, aproveitando as experiências de outras instituições, no entanto, por várias limitações já expostas, essa acessibilidade se faz de forma ainda muito restrita em relação à demanda, carente de sistematização, de institucionalização que contenha regras e critérios bem definidos, claros e de conhecimento de todos os interessados.

Por outro lado, o acesso também pode ser facilitado ou dificultado por características da outra parte envolvida nesse processo, ou seja os grupos e seus componentes. Ainda como um dos objetivos específicos desta pesquisa, foi buscado conhecimento sobre essas características nos grupos estudados. Assim, uma característica que desperta atenção é a participação. Em algumas depoimentos, foi visto que há, dentre os participantes dos grupos, quem não tenha maiores interesses pelo próprio desenvolvimento, nem pelo desenvolvimento do grupo. Outros querem crescer e levar os outros junto. Há quem ainda tenha inibição pela falta do conhecimento formal. Para outros, isso não é problema, enfrentam as plateias que forem necessárias para defenderem seus ideais. Existem casos de não participação, especialmente, em eventos fora da comunidade por problemas familiares, por problemas de logística, por problemas de capital. Por outras pessoas, tudo isso é contornável. Ocorrem decepções com posturas divergentes que inibem também a participação. Outros discutem, expõem as divergências e crescem e fazem crescer. Foi possível perceber que, algumas vezes, existem autoexclusões do processo de participação, ou seja, as próprias pessoas resolvem deixar de participar dos grupos por motivos particulares.

Da mesma forma que essas situações acontecem com pessoas, acontecem também com grupos, com entidades. E como foi visto no estudo sobre a participação e a economia solidária, o próprio Singer ensina que o abalo à cultura alienante acontece quando ocorre a participação, quando há envolvimento nas lutas emancipatórias. Como observado também no ensinamento de Tzoni, o modelo econômico inclusivo considera as capacidades e os potenciais de cada um, como base de relações justas, livres e democráticas. Juntando os dois conceitos, não dá pra esperar ser incluído por outro, sem a própria participação efetiva. É

necessário observar o cuidado com a participação, com o envolvimento, com a conquista dos espaços. Com todas as limitações, é percebido que os grupos têm mais facilidade de acesso às ações, ou, pelo menos de reivindicá-las, tanto mais participem do movimento.

Além da necessidade de esforço da institucionalização e da participação dos grupos, é importante voltar a frisar a importância de legislação que contribua com a definição das regras que venham a facilitar e tornar claro o acesso às políticas públicas. A Lei Municipal, por exemplo, sancionada em janeiro de 2010, foi fruto de uma discussão participativa nas instâncias políticas e do movimento, descreve em que se constitui a economia solidária, as características e os princípios norteadores dos empreendimentos, aponta a formação de redes como uma prioridade, define objetivos e instrumentos da política, traz indicativos de fomento ao desenvolvimento da economia solidária, no entanto carece de descrição do como as coisas deverão acontecer para viabilizar na prática a economia solidária. Por exemplo, falta no texto legal a previsão de um fundo que dê suporte às políticas e de um Conselho, do qual participem todas as instâncias interessadas, para discutir melhor essas políticas.

Por fim, apesar do cuidado na realização deste estudo, fica a certeza de que ele não se encerra nesta avaliação, pelo contrário, sabe-se que, daqui, podem ser iniciados vários outros estudos com mais desdobramentos, aprofundamentos e contribuições para a consolidação de políticas públicas de economia solidária consistentes e, cada vez mais, inclusivas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Rizioneide S. *A economia solidária, um passo além da informalidade: a experiência do Dendê - Fortaleza-Ceará*. 2005. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=90&Itemid=18. Acesso em: 14/01/2008.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth M. (Org). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. 5. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2007. p. 29-39.

ARRUDA, Marcos. O “feminino criador”: socioeconomia solidária e educação. In: _____; BOFF, Leonardo. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do sul*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 119-43.

_____. BOFF, Leonardo. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do sul*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da. Das Alternativas de Sobrevivência à Economia Solidária: a trajetória da Cáritas Brasileira. *Revista Proposta*. Rio de Janeiro, n. 97, 2003, p. 80-89. Disponível em: <http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta97/ademareroberto97.pdf>. Acesso em: 02/04/2009.

BOFF, Leonardo; ARRUDA, Marcos. Educação e desenvolvimento na perspectiva da democracia integral. In: ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do sul*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 09-24.

BRAGA, Elza Maria Franco. Socioeconomia solidária e a questão democrática desvendando caminhos e utopias. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza: UFC, v. 5, n. 1, 2004, p. 57-67.

CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. *Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010*. Edições CNBB, 2010, 47p.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1987.

FIEGE, Hans-Jurgen. Socioeconomia solidária no Ceará compartilhando avanços e desafios – uma reflexão depois de 10 meses. In: PINHEIRO, Margarida M. S.; SOUZA, Maria V. S. (Orgs.). *Socioeconomia solidária: um outro olhar e um novo fazer – Diálogos do I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária*. Fortaleza: Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA, 2007, p. 115-22.

GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. 1Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802008000100013&script=sci_arttext. Acessado em 01/02/2009.

_____. *Experiências em economia solidária*. Campinas: UNICAMP/CMU Publicações; Arte Escrita Editora, 2009.

GUSSI, Alcides Fernando. A abordagem biográfica e suas implicações epistemológicas entre a Antropologia e a Educação. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 24, no. 2, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, julho/dezembro, 2008, p. 173-186.

_____. *Microcrédito e dimensões do desenvolvimento*. Mesa temática coordenada “Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento”. Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas – MAPP. Laboratório de Estudos de Políticas Públicas – LEPP. Centro de Ciências Agrárias - CCA/Universidade Federal do Ceará – UFC.

LECHAT, Noelle Marie Paule. *Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2004, 392p.

MANCE, Euclides. Redes de economia solidária. *Cadernos FLEM* v. 5. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2003. p. 71-82.

MELO, Alberto. A ação local dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In Loco no Sul de Portugal, (tradução de Antônio Calheiros). In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 435-471.

MILANI, Carlos R. S. O “princípio participativo” na formulação de políticas públicas locais: análise comparativa de experiências européias e latino-americanas. In: Encontro Anual da ANPOCS, 29, 2005. Disponível em: www.cooperaremporugues.org/.../img_upload/b90e04472576dd31550b30512ae582d3/Anpocs_paper_2005_final.pdf. Acesso em: 13 fev. 2009.

OLIVEIRA, Aécio Alves de. Significado e inferências sobre a economia solidária a partir do quadro empírico do Ceará. In: GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 323-369.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. A Socioeconomia Solidária e as Práticas de Vida Humana: diálogo em construção. In: PINHEIRO, Margarida M. S.; SOUZA, Maria V. S. (Orgs.). *Socioeconomia solidária: um outro olhar e um novo fazer – Diálogos do I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária*. Fortaleza: Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA, 2007. p. 11-36.

REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – MTE. CENTRO DE

ESTUDOS E PESQUISA JOSUÉ DE CASTRO. *Políticas públicas em economia solidária: reflexões da Rede de Gestores*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. 100 p.

SABÓIA, Luís Alberto Aragão. *Desafios para a consolidação da regulação de serviços públicos no estado do Ceará: o caso ARCE*. 2007. 170f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://wpmapp.oktiva.com.br/wp-mapp/files/2010/02/Dissertacao-Luis-Alberto1.pdf>. Acesso em: 13/09/2010.

SILVA, Cassandra R. O. *Metodologia e organização do projeto de pesquisa (guia prático)*. Fortaleza: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET\Universidade Federal do Ceará – UFC, 2004, 34p.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e, YAZBEK, Maria Carmelita, GIOVANI, Geraldo di. *A Política Social Brasileira no Século XXI. A prevalência dos programas de transferência de renda*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 81-129.

TAUILE, José Ricardo. Do socialismo de mercado à economia solidária. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro: UFC, v. 6, n. 1, 2002, p. 107-122.

TAVARES, Maria da Conceição. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: _____. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 129-154.

TZONI, Margarita C. Gênero e economia solidária – debate necessário, (tradução de Luana Mourão). In: PINHEIRO, Margarida M. S.; SOUZA, Maria V. S. (Orgs.). *Socioeconomia solidária: um outro olhar e um novo fazer – Diálogos do I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária*. Fortaleza: Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA, 2007, p. 93-114.

ANEXO I
QUESTIONÁRIO PARA PARTICIPANTES DOS GRUPOS
QUESTIONÁRIO PARA PARTICIPANTES DOS GRUPOS

Nº do Questionário: _____ Data: ____/____/_____

Nome do Entrevistado: _____

Telefones: _____

E-mail: _____

Endereço: _____

Complemento Endereço (Localidade/Bairro): _____

I. IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

1. Data de Nascimento: ____/____/_____

2. Sexo

1. Masculino 2. Feminino

3. Estado civil

1. solteiro (a) 5. viúvo (a)
 2. casado (a) 6. separado (a)
 3. desquitado (a) 7. convive maritalmente
 4. divorciado (a) 8. outros, especificar _____

4. Nível de escolaridade

1. Sem instrução 6. Ensino Fundamental II (5º a 9º Ano)-Completo
 2. Alfabetizado 7. Ensino Médio – Incompleto
 3. Ensino Fundamental I (1º a 4º Ano) - Incompleto 8. Ensino Médio – Completo
 4. Ensino Fundamental I (1º a 4º Ano) - Completo 9. Superior – Incompleto
 5. Ensino Fundamental II (5º a 9º Ano) - Incompleto 10. Superior - Completo

5. Quantas pessoas vivem na sua casa (incluindo o(a) Sr(a)) _____

II. RENDA, OCUPAÇÃO/EMPREGO

6. Quantas pessoas contribuem com a renda familiar? _____

7. Qual a renda familiar? _____

8. Quantas pessoas trabalham com a economia solidária? _____

9. Qual a renda obtida somente com a atividade de economia solidária? _____

10. Qual a sua ocupação principal? _____

11. Onde é realizada sua ocupação principal?

1. Em casa 3. Outro (especificar) _____
 2. Na sede do grupo

12. O (a) Sr. (a) já desenvolvia essas atividades antes da economia solidária?

1. Sim 2. Não

13. O(a) Sr(a). tinha experiência profissional anterior? _____ Se tinha, qual?

14. Quem é o chefe da família?

1. O(a) entrevistado(a)
 2. O esposo da entrevistada
 3. A esposa do entrevistado
 4. Outro (especificar): _____

15. Qual a principal ocupação do chefe da família? (Responder caso o chefe da família não seja o(a) próprio(a)) _____

III. ACESSO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

16. Como o(a) senhor(a) começou a participar do grupo?

17. Por que resolveu participar do grupo?

18. Qual a sua importância no grupo?

19. Como o(a) senhor(a) tem conhecimento do que acontece em termos de economia solidária em Fortaleza, no Ceará ou no Brasil?

20. Quais as dificuldades para participar dos cursos, dos seminários de discussão, das orientações de técnicos, da distribuição do crédito, das feiras da economia solidária?

21. E quais as facilidades para essa participação?

22. Estar no grupo facilita, ou dificulta o acesso a essa participação? Como?

23. O que pode ser melhorado para facilitar essa participação?

24. O(a) senhor(a) acha importante a sua participação na associação / cooperativa para a realização das suas atividades profissionais e maior participação no mercado? Por que?

25. Que relação o(a) senhor(a), ou o grupo tem com o Estado, a Prefeitura e outros órgãos (p.ex. BNB, UFC, SEBRAE, ...)?

26. Assinale as formas de apoio técnico/cursos recebidas na implantação e/ou desenvolvimento de sua atividade, em função da economia solidária?

- | | |
|--|--|
| 1. Capacitação na sua atividade/produção | 5. Capacitação em compras |
| 2. Capacitação em associativismo | 6. Outros (citar): _____ |
| 3. Capacitação sobre comercialização | 7. Não recebe apoio técnico, nem capacitação |
| 4. Capacitação em gestão e administração | |

27. Em que momento do desenvolvimento de suas atividades o(a) senhor(a) recebeu esse apoio técnico?

- | | |
|---|------------------------------|
| 1. Apenas no início das atividades | 3. Outro _____ |
| 2. Visitas regulares durante o desenvolvimento das atividades | 4. Não recebeu apoio técnico |

28. Que instituições se fizeram mais presentes no apoio às suas atividades produtivas?

- | | |
|--|-----------------|
| 1. Instituto Florestan Fernandes | 5. Cáritas |
| 2. Prefeitura / SDE | 6. BNB |
| 3. Estado / STDS | 7. UFC |
| 4. Rede Cearense de Economia Solidária | 8. Outra: _____ |
| | 9. Nenhuma |

29. O(a) senhor(a) acha que precisa de apoio da Prefeitura e do Estado? Por que?

IV. PRODUÇÃO E MERCADOS

30. A participação no grupo melhorou ou piorou o desenvolvimento das atividades profissionais?

1. Quantidade de produção (Antes: _____ Depois: _____)
2. Qualidade da produção (Antes: _____
Depois: _____)
3. Diversificação da produção (Antes: _____
Depois: _____)
4. Não melhorou, nem piorou.

31. Existe facilidade de acesso para a aquisição de insumos/matéria-prima?

1. Sim
2. Não

Em caso negativo, qual o principal motivo?

32. Como é feita a comercialização do produto?

1. Venda em feira da economia solidária
2. Venda na feira local
3. Para Lojistas
4. Venda em ponto de venda próprio / em casa
5. Através de Intermediários
6. Através de Cooperativa

33. O (a) senhor (a) tem dificuldades de Comercialização? – Assinalar com um “X”

1. Não tem dificuldades
 2. Reclamação sobre a baixa qualidade do produto
 3. Reclamação sobre a quantidade insuficiente do produto
 4. Reclamação sobre a irregularidade na entrega do produto
 5. Desconhecimento do mercado e dos compradores potenciais
 6. Impossibilidade de participar de feiras
 7. Canais de comercialização inadequados
 8. Concorrência acirrada
 9. Tarifas e impostos elevados
 10. Falta de veículo e representantes
 11. Outros (citar) _____
-

34. O (a) Sr. (a) pretende expandir/ampliar suas atividades?

1. Sim
2. Não
- 3 – Não sabe

Justifique: _____

35. Quais dificuldades o (a) Sr. (a) considera para ampliar suas atividades?

V. CONDIÇÕES DE VIDA

36. O(a) senhor(a) percebe mudanças nas condições de sua vida, para melhor, depois da participação no grupo?

1. Sim
2. Sim, pouco
3. Não
- 4 Não sabe

Justifique: _____

37. Em quais aspectos de sua vida o (a) Sr.(a) percebe mudanças?

1. Alimentação
2. Aquisição de vestuário
3. Aquisição de bens de consumo
4. Melhoria da saúde
5. Habitação (reforma, possibilidade de pagar aluguel, compra)
6. Aquisição de móveis e eletrodomésticos
7. Maior participação em lazer
8. Educação
9. Outro: _____
10. Não houve mudança

ANEXO II
ROTEIRO DE ENTREVISTA A PARTICIPANTES DOS GRUPOS

Nº da Entrevista: Data:/...../.....

1. Rotina antes de participar do grupo (atividades; trabalho).
2. Início da participação no grupo (ajudou a criar o grupo, convite de alguém, ouviu falar e procurou o grupo).
3. O significado do grupo (para a vida, para as relações, para o trabalho).
4. Situação em que ouviu falar em economia solidária pela primeira vez (ambiente, forma, através de quem).
5. O pensamento que traz a “economia solidária”.
6. O significado da economia solidária para o grupo de que participa.
7. Dificuldades de acesso à economia solidária.
8. Facilidades de acesso à economia solidária.
9. O que diria para alguém que quer entrar para a economia solidária?

ANEXO III
ROTEIRO DA PRIMEIRA ENTREVISTA A GESTOR DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Nº da Entrevista:

Data:/...../.....

1. Políticas públicas de economia solidária no âmbito da Prefeitura.
2. Programas dessas políticas públicas disponíveis.
3. Ações já realizadas dentro dos programas.
4. Recursos disponíveis para os programas.
5. Programas com maior adesão.
6. Locais com maior público dos programas.
7. Tipo de apoio que a Prefeitura dá aos grupos.
8. Tipo de exigências feitas aos grupos.
9. Economia solidária e desenvolvimento local sustentável.
10. Tipos de grupos com mais facilidade de acesso aos programas.
11. Dificuldades de acesso aos programas.
12. Facilidades de acesso aos programas.

ANEXO IV
ROTEIRO DA SEGUNDA ENTREVISTA A GESTOR DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

- Como está a construção do Sistema Nacional de Economia Solidária?
- Quantos seminários para gestores já foram realizados no Ceará? Quando?
- Existe uma rede de gestores e há sistematização de reuniões?
- Os seminários são sempre em parceria entre Governo do Estado e Prefeitura?
- Sempre envolve também a própria economia solidária (produtoras e produtores)?
- O que tem sido observado de resultados positivos e/ou negativos em função dos seminários?
- Como é o funcionamento do FBES? Tem envolvido os gestores e a própria economia solidária?
- O PRONADES – Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária saiu do status de proposta da I Conferência Nacional de Economia Solidária, ou ainda é só proposta?
- Se saiu do papel, como funciona? Utiliza recurso do FAT?
- Como está a inserção da economia solidária nos Sistemas Nacionais existentes (Sistema Público de Emprego..., SISAN e SUAS)?
- O PPDLES – Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária teve ou tem expressividade no Ceará?
- Existe legislação específica sobre o trabalho associado e cooperativado?
- Existe legislação específica sobre o cooperativismo?
- Como se dá o acesso às políticas de crédito, assistência técnica, formação socioprofissional, desenvolvimento tecnológico e a melhoria das condições de infraestrutura para a produção e comercialização?
- Sobre a Rede Estrela de Iracema – como começou (legalização / documentação); como é o seu funcionamento?
- Quais as perspectivas da Estrela de Iracema?
- Como funciona o quiosque do terminal?
- Como está o projeto da Casa da Economia Solidária? Como está previsto o funcionamento?
- O projeto da lei municipal de economia solidária foi aprovado em dezembro na Câmara. Quais os próximos passos para sua publicação?
- Projeto de criação da Célula de Economia Solidária da SDE.

ANEXO V
ROTEIRO DE ENTREVISTA A ENTIDADES DE APOIO À ECONOMIA
SOLIDÁRIA

Nº da Entrevista: Data:/...../.....

Instituição:

1. Desde quando está no movimento de ES?
2. Que tipo de apoio dá à ES?
3. Há alguma parceria com a Prefeitura?
4. Conhece políticas públicas de ES no âmbito da Prefeitura?
5. O que sabe sobre o Programa Trabalho Comunitário Solidário?
 - Ações realizadas.
 - Recursos disponíveis.
 - Tipo de apoio aos grupos.
 - Como são escolhidos os grupos? Critérios / exigências.
 - Tipos de grupos com mais facilidade de acesso ao programa.
 - Dificuldades de acesso ao programa.
6. Sobre o Programa Feiras Solidárias e Rede Estrela de Iracema?
7. Sobre a lei municipal, você tem alguma consideração?
 - O que ela vem ajudar?
 - O que fica aquém das expectativas?

ANEXO VI

SÍNTESE HISTÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL*

Quadro sintético e histórico da economia solidária no Brasil

Período	Acontecimento	Breve descrição
Anos 1980 e 1990	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiras experiências de economia solidária 	Experimentação de variadas experiências de geração de renda e trabalho por ONGs isoladamente e pela Cáritas através dos PACs
1998	<ul style="list-style-type: none"> • Encontro Latino-Americano de Cultura e Socioeconomia Solidárias — Porto Alegre (RS) 	Com a participação de países como México, Peru, Nicarágua, Bolívia, Espanha, Argentina e Brasil, elaborou-se a “Carta de Porto Alegre”, em que se definiu entendimento sobre a economia solidária como alternativa social para a internacionalização do capital e a pobreza dos países periféricos, estabelecendo estratégias para a constituição de uma rede na região.
1995/Anos 2000	<ul style="list-style-type: none"> • Experiências de políticas públicas regionais de economia solidária 	Práticas de fomento e fortalecimento de programas de geração de renda e trabalho baseadas em economia solidária em governos municipais e estaduais, com destaque para o protagonismo do Rio Grande do Sul.
1997/2001	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação Internacional 	Articulação intercontinental liderada pela Rede Peruana de Economia Solidária, Redes do Quebec/Canadá e da França em torno de uma globalização solidária.
2000	<ul style="list-style-type: none"> • I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias, em Mendes (RJ) • Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária — RBSES 	Com a participação de movimentos sociais, produtores populares e instituições de assessoria da sociedade civil, criou-se a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, com o objetivo de constituir redes regionais para fortalecer, articular e divulgar os grupos de produtores e consumidores a fim de dinamizar a cadeia produtiva de economia solidária.
2002	<ul style="list-style-type: none"> • Rede Intercontinental pela Promoção da Economia Social e Solidária (Canadá) 	Criação da rede com o objetivo de desenvolver respostas inovadoras para os problemas da internacionalização da economia e promover o intercâmbio entre países dos hemisférios Norte e Sul.
2001/2004	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum Social Mundial 	Nas quatro edições do fórum, três delas realizadas em Porto Alegre e a última na Índia, os debates e intercâmbios de idéias e práticas em economia solidária foram paulatinamente crescendo e ganhando as principais atenções do evento.

2001	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária⁵⁶ 	Instituído durante o I Fórum Social Mundial (FSM) para articular o debate e as entidades interessadas no tema nacionalmente; representou as redes internacionais de economia solidária junto ao comitê internacional que promove as edições do FSM.
2001	<ul style="list-style-type: none"> • Rede Global de Socioeconomia Solidárias 	Criação da rede, com a participação de 21 países, durante o I Fórum Social Mundial, objetivando integrar e divulgar a produção e comercialização locais e nacionais.
2002	<ul style="list-style-type: none"> • I Plenária Brasileira de Economia Solidária 	Essa plenária discutiu e definiu a articulação nacional de trabalhadores envolvidos com economia solidária e entidades de assessoria.
2003	<ul style="list-style-type: none"> • III Fórum Social Mundial — Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, recém-empossado. • II Plenária Brasileira de Economia Solidária 	O presidente assume compromisso de fortalecer a economia solidária em seu governo através de uma secretaria.
2003	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Nacional de Economia Solidária 	Instituída a secretaria no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, com a posse de Paul Singer, por sugestão dessa articulação nacional de economia solidária.
2003	<ul style="list-style-type: none"> • III Plenária Brasileira de Economia Solidária • Fórum Brasileiro de Economia Solidária-FBES (Brasília) • Fórum Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária 	Plenária Nacional de Economia Solidária convocada pelo GT Brasileiro de Economia Solidária, precedida de plenárias regionais em 18 estados, constituiu, com 800 delegados de todo o país, o Fórum que passou a ser instância máxima de organização da sociedade nessa área. O fórum ficou composto por trabalhadores empreendedores da economia solidária, assessorias, gestores públicos e movimentos sociais atuantes nesse campo. A partir do crescimento das práticas de economia solidária nos governos — iniciadas no governo do Rio Grande do Sul (1999-2002) e na prefeitura de Porto Alegre (2000-2004) — desde 2002 iniciou-se uma articulação entre os gestores governamentais e em agosto de 2003 a rede de gestores de políticas públicas foi formalizada.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de documentação do FBES e da RBSES.

56. Formado pelas seguintes entidades: RBSES, Anteag, Fase, Cáritas Brasileira, Ibase, Pacs, ITCPs, Rede Unitrabalho, ADS/CUT, Abcred, Concrab, Secretarias de Economia do Governo do Rio Grande do Sul (1999-2002) e da Prefeitura de Porto Alegre (2000-2004).

*Síntese constante no livro da pesquisadora Rosângela Barbosa (2007, p. 175-176).